

Gerência Nacional do Contencioso
Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4 – 17ª andar
Edifício Matriz I – CAIXA
70092-900 - Brasília - DF

OF GETEN/GETRI 0001/2017

Brasília, DF, 22 de junho de 2017

A
Sua Excelência o Senhor
Senador da República PAULO PAIM
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência

Referência : Audiência Pública realizada em 19/06/2017 (Requerimento nº 142/2017).

Senhor Senador da República

1. Em atenção aos novos questionamentos formulados pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência – CPIPREV do Senado Federal, em Audiência Pública realizada em 19/06/2017, que decorreu da aprovação do REQ nº 142/2017 – CPIPREV, cumpre-nos prestar os esclarecimentos abaixo.

“1) (...) a) A jurisprudência dos tribunais, nos casos em questão, ampara a pretensão da Caixa Econômica Federal?”

2. Indicamos a seguir a existência ou não de jurisprudência consolidada sobre cada um dos principais questionamentos jurídicos que versam sobre a divergência de interpretação da natureza (salarial ou indenizatória) dos pagamentos que foram inseridos pela União na base de cálculo das contribuições previdenciárias, informados anteriormente por meio do Ofício nº. 0214/2017/CAIXA (Anexo 1):

- a) **Da não incidência sobre a Licença - Prêmio – LP e sobre a Ausência Permitida para tratar de Interesse Particular – APIP:**

Não há jurisprudência consolidada (julgamento de corte especial, plenário ou recurso repetitivo) acerca do tema.

Recebido na COCETI em 23/06/17


Donaldo Portela Rodrigues
Matrícula 226339

10:13

000.01

Entretanto, recordamos que consoante já explicitado por meio do Ofício nº. 0214/2017/CAIXA, o entendimento dos tribunais tem sido reiterado no sentido de reconhecer a natureza indenizatória de valores pagos nas situações das respectivas conversões em pecúnia, a refutar a incidência de contribuição previdenciária.

Ademais, destacamos que a matéria já foi objeto de orientação pela autoridade fazendária (Anexo 3), por meio das quais foi reconhecida expressamente a natureza indenizatória de tais verbas, o que ensejou a cessação das autuações fiscais sobre o tema.

b) Da não incidência sobre valores percebidos pelos empregados da Caixa referentes a prêmio pela venda de produtos da Caixa Seguros, Caixa Consórcios, Caixa Vida Previdência e FENAE:

Não há jurisprudência consolidada (julgamento de corte especial, plenário ou recurso repetitivo) acerca do tema nos casos que envolvem esta empresa pública.

c) Da não incidência sobre auxílio alimentação:

Identificamos o julgamento do de Recurso Especial Repetitivo (REsp 1.207.071/RJ), no qual o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que tais verbas possuem natureza indenizatória, não incidindo, portanto, a contribuição previdenciária.

RECURSO ESPECIAL PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL.

AUXÍLIO CESTA-ALIMENTAÇÃO. CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR - PAT. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA INDEVIDA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MULTA. SÚMULA 98/STJ. RECURSO REPETITIVO.

1. "Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório" (Súmula 98/STJ).

2. Compete à Justiça Estadual processar e julgar litígios instaurados entre entidade de previdência privada e participante de seu plano de benefícios. Precedentes.

3. O auxílio cesta-alimentação estabelecido em acordo ou convenção coletiva de trabalho, com amparo na Lei 6.321/76 (Programa de Alimentação do Trabalhador),

apenas para os empregados em atividade, não tem natureza salarial, tendo sido concebido com o escopo de ressarcir o empregado das despesas com a alimentação destinada a suprir as necessidades nutricionais da jornada de trabalho. Sua natureza não se altera, mesmo na hipótese de ser fornecido mediante tíquetes, cartões eletrônicos ou similares, não se incorporando, pois, aos proventos de complementação de aposentadoria pagos por entidade de previdência privada (Lei 7.418/85, Decreto 5/91 e Portaria 3/2002).

4. A inclusão do auxílio cesta-alimentação nos proventos de complementação de aposentadoria pagos por entidade fechada de previdência privada encontra vedação expressa no art. 3º, da Lei Complementar 108/2001, restrição que decorre do caráter variável da fixação desse tipo de verba, não incluída previamente no cálculo do valor de contribuição para o plano de custeio da entidade, inviabilizando a manutenção de equilíbrio financeiro e atuarial do correspondente plano de benefícios exigido pela legislação de regência (Constituição, art. 202 e Leis Complementares 108 e 109, ambas de 2001).

5. Julgamento afetado à Segunda Seção com base no procedimento estabelecido pela Lei nº 11.672/2008 e pela Resolução STJ nº 8/2008.

6. Recurso especial provido.

(REsp 1207071/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/06/2012, DJe 08/08/2012)

d) Da não incidência sobre Auxílio-Creche:

Identificamos o julgamento do de Recurso Especial Repetitivo (REsp 1146772/DF), no qual o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que tais verbas possuem natureza indenizatória, não incidindo, portanto, a contribuição previdenciária.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 458, II E 535, I E II DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. AUXÍLIO-CRECHE. NÃO INCIDÊNCIA. SÚMULA 310/STJ. RECURSO SUBMETIDO AO REGIME PREVISTO NO ARTIGO 543-C DO CPC.

1. Não há omissão quando o Tribunal de origem se manifesta fundamentadamente.

respeito de todas as questões postas à sua apreciação, decidindo, entretanto, contrariamente aos interesses dos recorrentes. Ademais, o Magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos apresentados pelas partes.

2. A demanda se refere à discussão acerca da incidência ou não de contribuição previdenciária sobre os valores percebidos pelos empregados do Banco do Brasil a título de auxílio-creche.

3. A jurisprudência desta Corte Superior firmou entendimento no sentido de que o auxílio-creche funciona como indenização, não integrando, portanto, o salário de contribuição para a Previdência. Inteligência da Súmula 310/STJ. Precedentes: EREsp 394.530/PR, Rel.

Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, DJ 28/10/2003; MS 6.523/DF, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJ 22/10/2009; AgRg no REsp 1.079.212/SP, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ 13/05/2009; REsp 439.133/SC, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 22/09/2008; REsp 816.829/RJ, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 19/11/2007.

4. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.

5. Recurso especial não provido.

(REsp 1146772/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 24/02/2010, DJe 04/03/2010)

e) Da não incidência sobre parcela de Participação nos Lucros e Resultados:

Nos casos que envolvem esta empresa pública ainda não há jurisprudência consolidada (julgamento de corte especial, plenário ou recurso repetitivo) acerca do tema.

Lembramos, contudo, que os pagamentos feitos sob essa rubrica não constituem remuneração destinada a retribuir o trabalho, conforme expressamente previsto no art. 7º, XI¹, da Constituição Federal, tratando-se de verba de natureza indenizatória. Ademais, a

¹ “Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...)XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei”.

Lei nº 8.212, exclui da incidência das contribuições previdenciárias a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com lei específica².

f) Da não incidência sobre ressarcimento de diárias:

Não há jurisprudência consolidada (julgamento de corte especial, plenário ou recurso repetitivo) acerca do tema em relação à Caixa.

“1) (...) b) Todas as dívidas apontadas pela PGFN estão devidamente amparadas por garantias prestadas pelo Banco?”

3. Conforme subitem 3.3 da NT VIFIC/DIJUR nº 0001/2017, encaminhado a essa Comissão através do Ofício nº 0214/2017/CAIXA, as dívidas vinculadas a esta instituição não são exigíveis, porquanto “[...] *devidamente garantidas por penhora, depósito judicial, ou ainda em razão de determinação judicial*”.

“1) (...) c) Nas dívidas previdenciárias em discussão judicial, quais são as principais discordâncias da Caixa Econômica Federal em relação à fundamentação das cobranças da Receita Federal do Brasil?”

4. Conforme esclarecimentos prestados por meio do Ofício PRESI 217/17, a Caixa apresenta a seguir a síntese dos principais³ questionamentos jurídicos, que versam, em sua grande maioria, sobre a natureza (salarial ou indenizatória) dos pagamentos que foram inseridos, pela União, na base de cálculo das contribuições previdenciárias, e cujo somatório totaliza cerca de R\$ 953 milhões⁴, correspondendo a aproximadamente 60% da totalidade de registros informados:

- a) Da não incidência sobre a Licença - Prêmio – LP e sobre a Ausência Permitida para tratar de Interesse Particular – APIP:** os processos judiciais de maior relevância em termos de valores e que ocupam o topo da lista de apontamentos previdenciários da Caixa

² Art. 28. Entende-se por salário-de-contribuição:

(...)

§ 9º Não integram o salário-de-contribuição para os fins desta Lei, exclusivamente:

(...)

j) a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com lei específica”.

³ Além dos questionamentos sobre a não incidência da contribuição previdenciária propriamente dita, algumas ações contêm discussões sobre nulidade formais dos autos de infração, sobre prescrição e decadência, bem como sobre outras questões consideradas preliminares ou prejudiciais ao mérito.

⁴ Posição extraída em abril/2017.

tem por objeto lançamentos realizados sobre APIP e LP, totalizando cerca de R\$ 745 milhões (47% do somatório dos registros).

O questionamento desta empresa pública nesses casos refere-se ao fato de que os pagamentos feitos sob essa rubrica não constituem remuneração destinada a retribuir o trabalho, mas sim verba de natureza indenizatória – logo, não habitual – devida em razão da impossibilidade da empresa dispor de seu empregado que adquiriu o direito de utilizá-las.

A propósito do tema, lembramos que o entendimento dos tribunais tem sido reiterado no sentido de reconhecer a natureza indenizatória de valores pagos nas situações das respectivas conversões em pecúnia, a refutar a incidência de contribuição previdenciária.

- b) **Da não incidência sobre valores percebidos pelos empregados da Caixa referentes a prêmio pela venda de produtos da Caixa Seguros, Caixa Consórcios, Caixa Vida Previdência e FENAE:** a Caixa atua apenas como interveniente nas operações, não lhe sendo prestado serviços; as premiações ficam a cargo das empresas e não têm natureza salarial, não havendo habitualidade, periodicidade e nem mesmo certeza dos créditos.
- c) **Da não incidência sobre auxílio alimentação:** os pagamentos feitos sob essa rubrica não constituem remuneração destinada a retribuir o trabalho, mas sim verba de natureza indenizatória.
- d) **Da não incidência sobre Auxílio-Creche:** os pagamentos feitos sob essa rubrica não constituem remuneração destinada a retribuir o trabalho, sendo pagas apenas aos empregados com filhos entre 3 (três) meses a 7 (sete) anos, constituindo verba de natureza indenizatória destinada a ressarcir as despesas com creche.
- e) **Da não incidência sobre parcela de Participação nos Lucros e Resultados:** os pagamentos feitos sob essa rubrica não constituem remuneração destinada a retribuir o trabalho, conforme expressamente previsto no art. 7º, XI, da Constituição Federal⁵, tratando-se de verba de natureza indenizatória.
- f) **Da não incidência sobre ressarcimento de diárias:** os pagamentos feitos sob essa rubrica não constituem remuneração destinada a retribuir o trabalho, não havendo

⁵ “Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...)XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei”.

habitualidade e periodicidade, tratando-se, portanto, de verba de natureza indenizatória destinada a ressarcir as despesas com as diárias nas viagens a trabalho dos empregados.

- 4.1 Outrossim, com relação aos demais questionamentos, referem-se a processos que somam cerca de R\$ 637 milhões (posição extraída em abril/2017), o que representa cerca de 40% do valor total do estoque relacionado no Anexo I da NT VIFIC/DIJUR 0001/17, encaminhada a essa Comissão por meio do Ofício nº. 0214/2017/CAIXA.
- 4.2 Tais processos abrangem situações diversas com características específicas, tais como: a imprecisão de procedimento fiscal diante da consideração de balancetes não consolidados, com posições de prévia e utilização de saldos acumulados, no lançamento de diferenças de contribuições, SAT, INCRA e salário-educação; inexistência de materialidade, não enquadramento no aspecto pessoal da hipótese de incidência de contribuição previdenciária, e a desconsideração de recolhimentos realizados por terceiro que cumpre as obrigações inerentes à condição de contribuinte; e a impossibilidade de caracterização de vínculo empregatício entre a CAIXA e seus estagiários, a infirmar, no caso, a pretensão de cobrança de contribuição previdenciária.
- 4.3 Observa-se, ainda, a existência de registros originários de “Débito Confessado em GFIP – DCG”, os quais decorrem de inconsistências de informações da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP). A complexidade ampliada em razão do volume significativo de ocorrências geradas no processamento eletrônico de informações nos sistemas do INSS determinaram a inclusão do referido processo judicial no REFIS instituído através da Lei nº 11.941/2009, em relação ao qual se aguarda a comunicação de baixa definitiva.

“1) (...) d) (...) Na opinião de Vossa Senhoria o REFIS incentiva o inadimplemento dos recolhimentos espontâneos das contribuições previdenciárias, em detrimento das contribuições extraordinárias oriundas do parcelamento? Por que?”

5. Em nosso entendimento, os programas designados por “REFIS” conferem alternativa para o encerramento imediato de litígios administrativos ou judiciais relacionados a créditos tributários e não tributários. Desconhecemos práticas que possam ensejar a formação de juízo de valor sobre utilização considerada inadequada de tais programas.

“1) (...) e) Que tipo de controvérsias jurídicas levaram Caixa Econômica Federal a deixar de recolher esse expressivo volume de contribuições previdenciárias?”

6. A resposta ao presente questionamento encontra-se compreendida nos esclarecimentos constantes no item 4 e subitens.

“1) (...) f) Tais cobranças de dívida previdenciária se encontram dispersos ou concentrados em alguns poucos processos? Em que fase se encontram esses processos? Os débitos discutidos encontram-se devidamente amparados por garantias?”

7. Dos 82 registros de inscrições em dívida ativa informados pela Caixa, 81 se encontram concentrados em 23 grupos de processos judiciais (execuções fiscais, ações anulatórias e embargos à execução, que, conforme o caso, referem-se a um mesmo grupo de registros).

7.1 A respectiva situação encontra-se discriminada no Anexo 2.

7.2 Quanto à existência de garantias que amparem os débitos discutidos, tal informação já se encontra no item 3 da presente manifestação.

“2) (...) a) A Caixa Econômica Federal já adotou algum procedimento para a compensação de crédito tributário federal com débito previdenciário, oriundo de contribuições patronais?”

8. A CAIXA não adotou procedimento para a compensação de créditos tributários não previdenciários com débitos previdenciários.

“2) (...) b) Na opinião de Vossa Senhoria esse procedimento é legal, uma vez que a Corte Especial do STJ entende não ser possível que os contribuintes compensem créditos de contribuição previdenciária, reconhecidos judicialmente, com débitos de quaisquer outros tributos administrado pela RFB - Receita Federal do Brasil, nos termos da regra geral prevista no caput do art. 74 da lei 9.430/967, pois há expressa vedação no parágrafo único do art. 26 da lei 11.457/076?”

9. A utilização da sistemática de compensação tributária - pelo contribuinte -, para o adimplemento de débitos perante a Fazenda Pública, somente pode ser utilizada em caso de específica e própria previsão legal.

9.1 Considerando a inexistência de autorização legal para esse procedimento, conforme apontado, pela CAIXA esse procedimento não é adotado.

“3) (...) a) Qual opinião de Vossa Senhoria sobre a MPV 784/2017 que permite que o BC e a CVM façam acordos de leniência com as instituições bancárias?”

10. As disposições da MPV 784/2017 tratam do regramento próprio do “processo administrativo sancionador” instaurado e promovido por aquelas entidades (BACEN e CVM), com vistas à fiscalização da atuação própria das instituições a elas submetidas, não se pronunciando, em momento algum, quanto à configuração (ou não) de atividade criminal dos fatos relacionados.
- 10.1 O ideal do diploma, ao nosso sentir, encontra-se em consonância com as mais recentes inovações no âmbito do regramento das atividades fiscalizadoras, representando, com toda a certeza, um importante instrumento para a viabilização e ampliação da eficácia dos procedimentos relacionados.

“3) (...) b) Vossa Senhoria concorda que o não recolhimento das contribuições previdenciárias constitui ato lesivo praticado contra a instituição previdenciária?”

11. A CAIXA priva pelo integral e regular cumprimento de suas obrigações legais, sempre destacando a necessidade de adequada e completa interpretação das correspondentes normas aplicáveis e o estreito atendimento de suas respectivas disposições.

“3) (...) c) Na opinião de Vossa Senhoria, a Previdência Social poderia ser futura destinatária de multas estabelecidas no acordo de leniência firmado entre o BC e qualquer outra Instituição bancária, por ter sido lesada por atos criminosos praticados pelas instituições bancárias que não recolhem as contribuições previdenciárias de forma providencial?”

12. A pena de multa, prevista e aplicada no regular procedimento sancionador, tem como objetivo próprio e específico desencorajar possíveis infratores à prática das atividades irregulares especificamente relacionadas, não estando, por isso, atrelada a qualquer providência eventual de ressarcimento de quaisquer perdas. A sua destinação deve ser prevista nas respectivas normas de controle, e a sua incidência e aplicação não afeta em absolutamente nada as providências próprias da Fazenda Pública para a cobrança de seus créditos.

“4) (...) a) O que Vossa Senhoria tem a dizer sobre o Projeto de Lei do Senado - PLS 204/2016, no tocante as vinculações e desvinculações previstas na Constituição Federal?”

13. A definição e admissão de eventual (des)vinculação de receitas públicas é matéria de

competência própria do Congresso Nacional, descabendo, ao nosso sentir, qualquer avaliação a esse respeito.

“4) (...) b) Vossa Senhoria concorda que a proposta desvia recursos da Previdência Social, uma vez que 30% dos recursos obtidos com a securitização serão destinados a investimentos, que por determinação constitucional deveriam ser empregados na Seguridade Social? Justifique!”

14. A definição e admissão de eventual (des)vinculação de receitas públicas é matéria de competência própria do Congresso Nacional, descabendo, ao nosso sentir, qualquer avaliação a esse respeito.

“4) (...) c) (...) Vossa Senhoria concorda que a criação de parcelamentos especiais enfraquece a arrecadação atual das contribuições previdenciárias, pelo aumento da sonegação e diminuição da disposição do contribuinte em cumprir voluntariamente suas obrigações tributárias? Por que?”

15. O questionamento acima já se encontra respondido no item 5 da presente manifestação.

Respeitosamente,



GRYECOS ATTOM VALENTE LOUREIRO

Superintendente Nacional

SN Contencioso



MARCOS BRASILIANO ROSA

Superintendente Nacional

SN Contabilidade e Tributos

Anexo 1

Presidência
SBS Quadra 04 LOTES 3/4
Ed. Matriz I, 21º ANDAR
70.070-140 - Brasília - DF

Ofício nº 0214/2017/CAIXA

Brasília, 14 de junho de 2017

A Sua Excelência o Senhor
Paulo Paim
Senador da República
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência
Praça dos Três Poderes, Anexo II, Alexandre Costa, Sala 15 - Subsolo
70.165-900 - Brasília - DF

Assunto: Ofício nº 61/2017 – CPIPEV (Requerimento nº 137/2017)

Senhor Senador da República.

1. Em atenção ao Ofício nº 61/2017 – CPIPEV, que encaminhou o Requerimento nº 137/2017 aprovado na 6ª Reunião da CPI da Previdência, ambos de 16/05/2017, encaminhamos a Nota Técnica VIFIC/DIJUR nº 001/2017, prestando os esclarecimentos acerca da situação fiscal relacionada às Contribuições Previdenciárias.

Respeitosamente.


GILBERTO OCCHI
Presidente

Recebido em 14/06/2017

Rafael Castelo de Carvalho
Ass. Relacionamento Institucional
Mat: 068.619-0
SN Relacionamento Institucional
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



000012

NT VIFIC/DIJUR nº 0001/2017

Brasília, DF, 14 JUN 2017

À
Presidência da Caixa

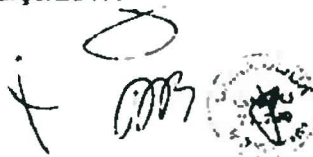
Assunto : Informações solicitadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado sobre valores inscritos em dívida ativa da União relativas a contribuições previdenciárias.

Referência : Ofício nº 61/2017 – CIPREV (Requerimento nº 137/2017)

Senhor Presidente

1. Em atenção ao Ofício nº 61/2017 – CIPREV, que encaminhou o Requerimento nº 137/2017 aprovado na 6ª Reunião da CPI da Previdência, ambos de 16/05/2017, cumpre-nos prestar a Vossa Excelência os seguintes esclarecimentos:
2. Inicialmente, para melhor contextualizar a sua situação fiscal, acreditamos pertinente registrar que, a título de contribuição previdenciária, a Caixa Econômica Federal recolheu aos cofres públicos R\$2.437.335,00 em 2014, R\$2.647.483 em 2015 e R\$2.789.681,00 em 2016, o que, em média, perfaz a quantia de R\$2.624.833,00 por ano.
3. Os Valores Inscritos na Dívida Ativa da União (Contribuições Previdenciárias) estão relacionados em anexo (Anexo I), que contém a relação de apontamentos previdenciários da CAIXA extraídos dos relatórios da Receita Federal (RFB) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)¹.
- 3.1 Ressaltamos que do quantitativo de 82 registros, 81 possuem correspondência com ações judiciais, sendo que o registro remanescente na esfera administrativa se refere a processo não relevante no valor de R\$ 276,6 mil (março/2017), em que se discute cobrança de salário educação.
- 3.2 Outrossim, a totalidade dos registros soma R\$ 1,590 bilhão, dos quais cerca de R\$ 1 bilhão se refere a processos previdenciários da CAIXA perante a RFB, e cerca de R\$ 590 milhões ao estoque vinculado à PGFN, até março/2017.

¹ Posição em 07/04/2017.



- 3.3 Importa esclarecer ainda que, como inclusive atestado pelo controle da União, tais dívidas não são exigíveis (exigibilidade suspensa), uma vez que devidamente garantidas por penhora, depósito judicial, ou ainda em razão de determinação judicial.
4. No que diz respeito à solicitação constante do item "b", relativamente à especificação de montantes originais inscritos em dívida ativa por tipo de contribuição, registra-se que a CAIXA não dispõe de base de dados com informações no formato em referência, o que se alinha à inexistência de histórico de demanda similar ou de situação que justificasse o seu aproveitamento. Neste ponto, devemos reportar a inviabilidade da geração de tais informações de forma consistente na atualidade, em razão de fatores como o volume de dados, a mudança de padrões das peças fiscais ao longo do tempo, e, ainda, a existência de processos antigos apenas em meio físico, com trato e acompanhamento de forma descentralizada nas respectivas regiões de origem.
- 4.1 Não obstante, com objetivo de agregar informações sobre o ponto em referência, esclarecemos que as discussões havidas nos contenciosos previdenciários usualmente envolvem lançamentos fiscais sobre verbas consideradas não tributáveis, a exemplo das questões afetas à natureza indenizatória, e outras situações de lançamentos considerados indevidos, ensejando, via de regra, a realização de cobrança de contribuições do empregador.
- 4.2 As situações de lançamento de contribuições de empregados sobre verbas consideradas de natureza salarial são escassas e, quando existentes, não se mostram relevantes sobre a totalidade da autuação em termos de valores, mormente por se considerar, neste caso, a existência de recolhimentos pelo teto da previdência. Ressalta-se, ainda, que, nos casos em que se discute não incidência, a CAIXA não realizou retenções na fonte de contribuição previdenciária de empregados.
- 4.3 No mais, é importante pontuar que o volume de depósitos judiciais da Caixa com saldos atualizados, independentemente das situações de penhora ou suspensão de exigibilidade por decisão judicial nos contenciosos, cobre integralmente a soma dos valores do seu estoque de processos previdenciários, e que, de acordo com o § 2º do art. 1º da Lei nº 9.703/1998, tais recursos são repassados à Conta Única do Tesouro Nacional, não permanecendo na instituição.



NT VIFIC/DIJUR nº 0001/2017 Fl. 3

5. Quanto à alínea "c", a Caixa apresenta a seguir a síntese dos principais² questionamentos jurídicos, que versam, em sua grande maioria, sobre a natureza (salarial ou indenizatória) dos pagamentos que foram inseridos, pela União, na base de cálculo das contribuições previdenciárias, e cujo somatório totaliza cerca de R\$ 953 milhões³, correspondendo a aproximadamente 60% da totalidade de registros informados:

- a) **Da não incidência sobre a Licença - Prêmio - LP e sobre a Ausência Permitida para tratar de Interesse Particular - APIP:** os processos judiciais de maior relevância em termos de valores e que ocupam o topo da lista de apontamentos previdenciários da Caixa tem por objeto lançamentos realizados sobre APIP e LF, totalizando cerca de R\$ 745 milhões (47% do somatório dos registros).

O questionamento desta empresa pública nesses casos refere-se ao fato de que os pagamentos feitos sob essa rubrica não constituem remuneração destinada a retribuir o trabalho, mas sim verba de natureza indenizatória – logo, não habitual – devida em razão da impossibilidade da empresa dispor de seu empregado que adquiriu o direito de utilizá-las.

A propósito do tema, lembramos que o entendimento dos tribunais tem sido reiterado no sentido de reconhecer a natureza indenizatória de valores pagos nas situações das respectivas conversões em pecúnia, a refutar a incidência de contribuição previdenciária.

- b) **Da não incidência sobre valores percebidos pelos empregados da Caixa referentes a prêmio pela venda de produtos da Caixa Seguros, Caixa Consórcios, Caixa Vida Previdência e FENAE:** a Caixa atua apenas como interveniente nas operações, não lhe sendo prestado serviços; as premiações ficam a cargo das empresas e não têm natureza salarial, não havendo habitualidade, periodicidade e nem mesmo certeza dos créditos.

- c) **Da não incidência sobre auxílio alimentação:** os pagamentos feitos sob essa rubrica não constituem remuneração destinada a retribuir o trabalho, mas sim verba de natureza indenizatória.



² Além dos questionamentos sobre a não incidência da contribuição previdenciária propriamente dita, algumas ações contêm discussões sobre nulidade formais dos autos de infração, sobre prescrição e decadência, bem como sobre outras questões consideradas preliminares ou prejudiciais ao mérito.

³ Posição extraída em abril/2017.

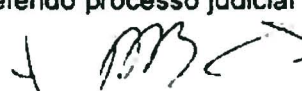


NT VIFIC/DIJUR nº 0001/2017 Fl. 4

- d) **Da não incidência sobre Auxílio-Creche:** os pagamentos feitos sob essa rubrica não constituem remuneração destinada a retribuir o trabalho, sendo pagas apenas aos empregados com filhos entre 3 (três) meses a 7 (sete) anos, constituindo verba de natureza indenizatória destinada a ressarcir as despesas com creche.
- e) **Da não incidência sobre parcela de Participação nos Lucros e Resultados:** os pagamentos feitos sob essa rubrica não constituem remuneração destinada a retribuir o trabalho, conforme expressamente previsto no art. 7º, XI, da Constituição Federal⁴, tratando-se de verba de natureza indenizatória.
- f) **Da não incidência sobre ressarcimento de diárias:** os pagamentos feitos sob essa rubrica não constituem remuneração destinada a retribuir o trabalho, não havendo habitualidade e periodicidade, tratando-se, portanto, de verba de natureza indenizatória destinada a ressarcir as despesas com as diárias nas viagens a trabalho dos empregados.

- 5.1 Outrossim, com relação aos demais questionamentos, referem-se a processos que somam cerca de R\$ 637 milhões (posição extraída em abril/2017), o que representa cerca de 40% do valor total do estoque relacionado no Anexo III.
- 5.2 Tais processos abrangem situações diversas com características específicas, tais como: a imprecisão de procedimento fiscal diante da consideração de balancetes não consolidados, com posições de prévia e utilização de saldos acumulados, no lançamento de diferenças de contribuições, SAT, INCRA e salário-educação; inexistência de materialidade, não enquadramento no aspecto pessoal da hipótese de incidência de contribuição previdenciária, e a desconsideração de recolhimentos realizados por terceiro que cumpre as obrigações inerentes à condição de contribuinte; e a impossibilidade de caracterização de vínculo empregatício entre a CAIXA e seus estagiários, a infirmar, no caso, a pretensão de cobrança de contribuição previdenciária.
- 5.3 Observa-se, ainda, a existência de registros originários de "*Débito Confessado em GFIP – DCG*", os quais decorrem de inconsistências de informações da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP). A complexidade ampliada em razão do volume significativo de ocorrências geradas no processamento eletrônico de informações nos sistemas do INSS determinaram a inclusão do referido processo judicial

⁴ "Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...)XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei".



000014

NT VIFIC/DIJUR nº 0001/2017 Fl. 5

no REFIS instituído através da Lei nº 11.941/2009, em relação ao qual se aguarda a comunicação de baixa definitiva.

6. Por fim, registra-se que, na condição de ente da Administração Indireta e principal agente de políticas públicas do Governo Federal, a Caixa mantém acompanhamento de sua situação perante os cadastros restritivos federais com a emissão regular e periódica de certidão de regularidade fiscal, observando o prazo de vigência de tais documentos, o que se coaduna com a informação constante do *Requerimento 137/2017 - CPIPREV* de que a lista de 100 maiores devedores com dívidas exigíveis não inclui esta instituição.

É o que temos a relatar.



GRYECOS ATTOM VALENTE LOUREIRO
Superintendente Nacional
SN Contencioso



JAILTON ZANON DA SILVEIRA
Diretor Jurídico
Diretoria Jurídica



PAULO HENRIQUE BEZERRA RODRIGUES COSTA
Diretor Executivo
DE Controladoria



ARNO MEYER
Vice-Presidente
Vice-Presidência Finanças e Controladoria

Nº	Nº Inscrição	Dt. Origem	Base	Esfera	Objeto	Referência	Valor Total	Posição
1	350899100	26/11/1999	RFB	JUD	APIP e LP	Verba indenizatória	451.764.123,95	mar/17
2	356753611	15/03/2004	RFB	JUD	APIP e LP	Verba indenizatória	242.743.533,55	mar/17
3	371144663	03/12/2007	PGFN	JUD	Premiação	Outros	181.512.626,36	jan/14
4	317231324	01/11/1994	PGFN	JUD	Diferenças de contribuições, SAT e INCRA	Outros	138.268.356,28	mar/17
5	356753689	22/10/2004	RFB	JUD	PLR	Outros	85.915.509,40	mar/17
6	317231316	18/11/1994	PGFN	JUD	Auxílio Alimentação / LP / APIP / PAA	Verba indenizatória	71.224.906,96	mar/17
7	356753638	15/03/2004	RFB	JUD	PLR	Outros	55.940.251,41	mar/17
8	356753654	22/10/2004	RFB	JUD	APIP e LP	Verba indenizatória	50.496.780,11	mar/17
9	499018052	02/02/1995	PGFN	JUD	Salário-Educação	Outros	46.657.563,93	mar/17
10	327111151	03/12/1998	PGFN	JUD	APIP e LP	Verba indenizatória	35.620.946,19	fev/00
11	373482361	23/05/2012	RFB	JUD	Premiação	Outros	30.432.832,21	mar/17
12	10166.724.075/2012-92	23/05/2012	RFB	JUD	Premiação	Outros	30.152.618,60	jul/16
13	371144612	03/12/2007	PGFN	JUD	Premiação	Outros	16.506.177,82	jan/14
14	318456702	26/10/1994	PGFN	JUD	LP	Verba indenizatória	16.474.356,29	mar/17
15	321764889	24/05/1995	PGFN	JUD	LP	Verba indenizatória	14.005.967,75	mar/17
16	356753697	22/10/2004	RFB	JUD	Auxílio-Creche	Verba indenizatória	11.694.694,92	mar/17
17	327111160	03/12/1998	PGFN	JUD	Abono Salarial	Verba indenizatória	10.950.317,78	fev/00
18	371144655	03/12/2007	RFB	JUD	Premiação	Outros	10.610.125,06	mar/17
19	318456710	26/10/1994	PGFN	JUD	Estágários	Outros	8.639.214,14	mar/17
20	314897593	25/02/1993	PGFN	JUD	Auxílio-Alimentação	Verba indenizatória	7.098.034,39	abr/16
21	318456729	26/10/1994	PGFN	JUD	Auxílio-Alimentação	Verba indenizatória	6.959.489,49	mar/17
22	318456745	26/10/1994	PGFN	JUD	Auxílio-Creche	Verba indenizatória	6.654.741,27	mar/17
23	370788885	03/12/2007	RFB	JUD	Premiação	Outros	5.393.288,30	mar/17
24	356753620	15/03/2004	RFB	JUD	Diárias acima de 50%	Outros	5.300.052,01	mar/17
25	319329950	15/12/1993	PGFN	JUD	Auxílio-Alimentação	Verba indenizatória	5.030.198,55	mar/17
26	353710725	26/04/2001	PGFN	JUD	APIP, LP e Abono	Verba indenizatória	4.919.600,59	set/02
27	319329925	15/12/1993	PGFN	JUD	LP	Verba indenizatória	4.622.376,05	mar/17
28	319329941	15/12/1993	PGFN	JUD	Auxílio-Creche	Verba indenizatória	4.214.128,38	mar/17
29	499006119	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	3.993.775,11	mar/17
30	373482388	23/05/2012	RFB	JUD	Premiação	Outros	3.241.251,32	mar/17
31	499035062	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	3.219.248,94	mar/17
32	10166.724.060/2012-24	23/05/2012	RFB	JUD	Premiação	Outros	3.130.347,84	jul/16
33	321768302	26/05/1995	PGFN	JUD	APIP e LP	Verba indenizatória	2.879.219,54	mar/17
34	321764870	24/05/1995	PGFN	JUD	Auxílio-Creche	Verba indenizatória	2.430.894,19	mar/17
35	373482400	23/05/2012	RFB	JUD	Premiação	Outros	2.314.228,08	mar/17
36	312199708	30/06/1989	PGFN	JUD	Auxílio-Alimentação / LP	Verba indenizatória	902.596,04	out/09
37	307995070	28/07/1987	PGFN	JUD	Auxílio-Alimentação	Verba indenizatória	868.234,15	mar/17
38	371144620	03/12/2007	RFB	JUD	Premiação	Outros	836.760,62	mar/17
39	499000420	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	762.300,28	mar/17
40	307996220	30/10/1987	PGFN	JUD	Auxílio-Alimentação	Verba indenizatória	742.210,85	mar/17
41	499024923	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	717.927,12	mar/17
42	499007263	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	660.611,82	mar/17
43	373482370	23/05/2012	RFB	JUD	Premiação	Outros	519.489,57	mar/17

Nº	Nº Inscrição	Dt. Origem	Base	Esfera	Objeto	Referência	Valor Total	Posição
44	318456737	26/10/1994	PGFN	JUD	Auxílio Moradia	Verba indenizatória	514.830,29	mar/17
45	499012321	16/12/2006	RFB	ADM	Salário-Educação	Outros	276.599,98	mar/17
46	499060067	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	251.040,38	mar/17
47	356753670	22/10/2004	RFB	JUD	Diárias acima de 50%	Outros	193.433,94	mar/17
48	401681351	03/08/2012	PGFN	JUD	DCG - Divergência entre GFIP x GPS	Outros	187.195,51	jan/14
49	499314980	16/12/2006	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	166.159,90	mar/17
50	310048915	29/09/1988	PGFN	JUD	Auxílio-Alimentação	Verba indenizatória	158.816,66	fev/14
51	499062949	16/12/2006	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	154.627,65	mar/17
52	319329933	15/12/1993	PGFN	JUD	Auxílio Moradia	Verba indenizatória	130.347,96	mar/17
53	499058186	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	126.300,72	mar/17
54	353710717	30/04/2001	PGFN	JUD	APIP, LP e Abono	Verba indenizatória	126.005,03	set/02
55	401681378	03/08/2012	PGFN	JUD	DCG - Divergência entre GFIP x GPS	Outros	121.616,64	jan/14
56	499009827	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	111.607,73	mar/17
57	310048923	29/09/1988	PGFN	JUD	Auxílio-Alimentação / LP	Verba indenizatória	97.700,97	fev/14
58	401681360	03/08/2012	PGFN	JUD	DCG - Divergência entre GFIP x GPS	Outros	87.683,68	jan/14
59	403612675	03/08/2012	RFB	JUD	DCG - Divergência entre GFIP x GPS	Outros	84.960,30	mar/17
60	499017412	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	83.836,78	mar/17
61	499041372	16/12/2006	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	65.092,56	mar/17
62	499023307	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	61.661,91	mar/17
63	499058178	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	51.314,34	mar/17
64	499012259	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	49.687,86	mar/17
65	499045327	16/12/2006	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	43.698,83	mar/17
66	499056779	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	37.286,59	mar/17
67	499007115	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	32.911,01	mar/17
68	499014464	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	24.858,38	mar/17
69	499007158	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	22.866,92	mar/17
70	499056345	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	21.006,55	mar/17
71	370587251	03/12/2007	PGFN	JUD	Premiação	Outros	14.341,45	jan/14
72	499010469	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	11.427,40	mar/17
73	499031008	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	11.364,06	mar/17
74	499000676	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	5.454,60	mar/17
75	499060717	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	2.783,33	mar/17
76	370587243	03/12/2007	PGFN	JUD	Premiação	Outros	1.434,16	jan/14
77	499011600	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	1.411,37	mar/17
78	370788877	03/12/2007	RFB	JUD	Premiação	Outros	1.195,13	mar/17
79	499745396	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	933,70	mar/17
80	310048931	29/09/1988	PGFN	JUD	Auxílio-Alimentação / APPI	Verba indenizatória	610,41	fev/14
81	499047869	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	470,55	mar/17
82	499021355	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	457,95	mar/17

Fonte: Relatório da Situação Fiscal e Situação Fiscal Complementar RFB/PGFN - Educação 07/04/2017

1.990.357.000,39



CAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL

Valores inscritos em Dívida Ativa da União - Receita Federal

N	Nº Inscrição	Dt. Origem	Base	Esfera	Objeto	Referência	Valor Total	Posição
1	350899100	26/11/1999	RFB	JUD	LP e APIP	Verba indenizatória	451.764.123,95	mar/17
2	356753611	15/03/2004	RFB	JUD	LP e APIP	Verba indenizatória	242.743.533,55	mar/17
5	356753689	22/10/2004	RFB	JUD	PLR	Outros	85.915.509,40	mar/17
7	356753638	15/03/2004	RFB	JUD	PLR	Outros	55.940.251,41	mar/17
8	356753654	22/10/2004	RFB	JUD	LP e APIP	Verba indenizatória	50.496.780,11	mar/17
11	373482361	23/05/2012	RFB	JUD	Premiação	Outros	30.432.832,21	mar/17
12	10166 724 075/2012-92	23/05/2012	RFB	JUD	Premiação	Outros	30.152.618,60	jul/16
16	356753697	22/10/2004	RFB	JUD	Auxílio-Creche	Verba indenizatória	11.694.694,92	mar/17
18	371144655	03/12/2007	RFB	JUD	Premiação	Outros	10.610.125,06	mar/17
23	370788885	03/12/2007	RFB	JUD	Premiação	Outros	5.393.288,30	mar/17
24	356753620	15/03/2004	RFB	JUD	Díarias acima de 50%	Outros	5.300.052,01	mar/17
29	499006119	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	3.993.775,11	mar/17
30	373482388	23/05/2012	RFB	JUD	Premiação	Outros	3.241.251,32	mar/17
31	499035062	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	3.219.248,94	mar/17
32	10166 724 060/2012-24	23/05/2012	RFB	JUD	Premiação	Outros	3.130.347,84	jul/16
35	373482400	23/05/2012	RFB	JUD	Premiação	Outros	2.314.228,08	mar/17
38	371144620	03/12/2007	RFB	JUD	Premiação	Outros	836.760,62	mar/17
39	499000420	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	762.300,28	mar/17
41	499024923	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	717.927,12	mar/17
42	499007263	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	660.611,82	mar/17
43	373482370	23/05/2012	RFB	JUD	Premiação	Outros	519.489,57	mar/17
45	499012321	16/12/2006	RFB	ADM	Salário-Educação	Outros	276.599,98	mar/17
46	499060067	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	251.040,38	mar/17
47	356753670	22/10/2004	RFB	JUD	Díarias acima de 50%	Outros	193.433,94	mar/17
49	499314980	16/12/2006	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	166.159,90	mar/17
51	499062949	16/12/2006	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	154.627,65	mar/17
53	499058186	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	126.300,72	mar/17
56	499009827	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	111.607,73	mar/17
59	403612675	03/08/2012	RFB	JUD	DCG - Divergência entre GFIP x GPS	Outros	84.960,30	mar/17
60	499017412	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	83.836,78	mar/17
61	499041372	16/12/2006	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	65.092,56	mar/17
62	499023307	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	61.661,91	mar/17
63	499058178	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	51.314,34	mar/17
64	499012259	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	49.687,86	mar/17
65	499045327	16/12/2006	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	43.698,83	mar/17
66	499056779	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	37.286,59	mar/17
67	499007115	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	32.911,01	mar/17
68	499014464	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	24.858,38	mar/17
69	499007158	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	22.866,92	mar/17
70	499056345	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	21.006,55	mar/17
72	499010469	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	11.427,40	mar/17
73	499031008	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	11.364,06	mar/17

Anexo I

BASE_RFB_SEGREGADO

000016



CAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL

Valores inscritos em Dívida Ativa da União - Receita Federal

Nº	Nº Inscrição	Dt. Origem	Base	Esfera	Objeto	Referência	Valor Total	Posição
74	499000676	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	5.454,60	mar/17
75	499060717	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	2.783,33	mar/17
77	499011600	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	1.411,37	mar/17
78	370788877	03/12/2007	RFB	JUD	Premiação	Outros	1.195,13	mar/17
79	499745396	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	933,70	mar/17
81	499047869	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	470,55	mar/17
82	499021355	16/03/2001	RFB	JUD	Salário-Educação	Outros	457,95	mar/17

Fonte: Retenções de Situação Fiscal e Situação Fiscal Complementar RFB/PGFN - 07/04/2017

1.001.734.200,64

#	Nº Inscrição	Dt. Origem	Base	Esfera	Objeto	Referência	Valor Total	Posição
1	371144663	03/12/2007	PGFN	JUD	Premiação	Outros	181.512.626,36	jan/14
4	317231324	01/11/1994	PGFN	JUD	Diferenças de contribuições, SAT e INCRA	Outros	138.268.356,28	mar/17
6	317231316	18/11/1994	PGFN	JUD	Auxílio-Alimentação / LP / APIP / PAA	Verba indenizatória	71.224.906,96	mar/17
9	499018052	02/02/1995	PGFN	JUD	Salário-Educação	Outros	46.657.563,93	mar/17
10	327111151	03/12/1998	PGFN	JUD	APIP e LP	Verba indenizatória	35.620.946,19	fev/00
13	371144612	03/12/2007	PGFN	JUD	Premiação	Outros	16.506.177,82	jan/14
14	318456702	26/10/1994	PGFN	JUD	LP	Verba indenizatória	16.474.356,29	mar/17
15	321764889	24/05/1995	PGFN	JUD	LP	Verba indenizatória	14.005.967,75	mar/17
17	327111160	03/12/1998	PGFN	JUD	Abono Salarial	Verba indenizatória	10.950.317,78	fev/00
19	318456710	26/10/1994	PGFN	JUD	Estagiários	Outros	8.639.214,14	mar/17
20	314897593	25/02/1993	PGFN	JUD	Auxílio-Alimentação	Verba indenizatória	7.098.034,39	abr/16
21	318456729	26/10/1994	PGFN	JUD	Auxílio-Alimentação	Verba indenizatória	6.959.489,49	mar/17
22	318456745	26/10/1994	PGFN	JUD	Auxílio-Creche	Verba indenizatória	6.654.741,27	mar/17
25	319329950	15/12/1993	PGFN	JUD	Auxílio-Alimentação	Verba indenizatória	5.030.198,55	mar/17
26	353710725	26/04/2001	PGFN	JUD	APIP, LP e Abono	Verba indenizatória	4.919.600,59	set/02
27	319329925	15/12/1993	PGFN	JUD	LP	Verba indenizatória	4.622.376,05	mar/17
28	319329941	15/12/1993	PGFN	JUD	Auxílio-Creche	Verba indenizatória	4.214.128,38	mar/17
33	321768302	26/05/1995	PGFN	JUD	APIP e LP	Verba indenizatória	2.879.279,54	mar/17
34	321764870	24/05/1995	PGFN	JUD	Auxílio-Creche	Verba indenizatória	2.430.894,19	mar/17
36	312199708	30/06/1989	PGFN	JUD	Auxílio-Alimentação / LP	Verba indenizatória	902.596,04	out/09
37	307995070	28/07/1987	PGFN	JUD	Auxílio-Alimentação	Verba indenizatória	868.234,15	mar/17
40	307996220	30/10/1987	PGFN	JUD	Auxílio-Alimentação	Verba indenizatória	742.210,85	mar/17
44	318456737	26/10/1994	PGFN	JUD	Auxílio-Moradia	Outros	514.830,29	mar/17
48	401681351	03/08/2012	PGFN	JUD	DCG - Divergência entre GFIP x GPS	Outros	187.195,51	jan/14
50	310048915	29/09/1988	PGFN	JUD	Auxílio-Alimentação	Verba indenizatória	158.816,66	fev/14
52	319329933	15/12/1993	PGFN	JUD	Auxílio-Moradia	Verba indenizatória	130.347,96	mar/17
54	353710717	30/04/2001	PGFN	JUD	APIP, LP e Abono	Verba indenizatória	126.005,03	set/02
55	401681378	03/08/2012	PGFN	JUD	DCG - Divergência entre GFIP x GPS	Outros	121.616,64	jan/14
57	310048923	29/09/1988	PGFN	JUD	Auxílio-Alimentação / LP	Verba indenizatória	97.700,97	fev/14
58	401681360	03/08/2012	PGFN	JUD	DCG - Divergência entre GFIP x GPS	Outros	87.683,68	jan/14
71	370587251	03/12/2007	PGFN	JUD	Premiação	Outros	14.341,45	jan/14
76	370587243	03/12/2007	PGFN	JUD	Premiação	Outros	1.434,16	jan/14
80	310048931	29/09/1988	PGFN	JUD	Auxílio-Alimentação / APIP	Verba indenizatória	610,41	fev/14

Fonte: Relatório de Situação Fiscal e Situação Fiscal Complementar PIB/PGFN - Extração: 07/04/2017

588.622.799,75



Handwritten signature and initials.

Anexo 2

Anexo 2 - situação dos processos

REGISTROS	PROCESSO	Situação atual
1	00326464420044013400	Processo no TRF 1ª Região para análise de admissibilidade de Recurso Especial e Recurso Extraordinário da União.
4	00563025119984025101	Processo suspenso a pedido da Fazenda Nacional.
5	00179355320124013400	Autos conclusos para sentença.
6	00752830219964025101	Aguarda o julgamento do RE da União.
7	00225638520124013400	Aguarda o julgamento da apelação da Caixa pelo TRF.
9	05241576920044025101	Aguarda o julgamento do RE da União.
16	00242349020054013400	Aguarda o julgamento da apelação do INSS pelo TRF.
19	00105296019984013500	A Execução aguarda o julgamento dos Embargos à Execução nº 00134802719984013500, que se encontra suspenso aguardando julgamento do recurso da Caixa quanto à majoração dos honorários (a sentença foi favorável à Caixa e o REsp e RE do INSS já tiveram decisão definitiva).
20	199733000002934	Aguarda decisão sobre divergência de cálculos.
36	00031629219924013500	Aguarda decisão sobre divergência de cálculos.
10 e 17	00224301119994025101	Processo extinto com decisão favorável à CAIXA.
11, 12, 30, 32, 35 e 43	00433136920164013400	Autos retirados pela Fazenda Pública para contestação
14, 21, 22 e 44	00135183919984013500	Pendente julgamento dos Embargos de Declaração da Caixa no TRF.
15, 25, 27, 28, 33, 34 e 52	00194902119964058100	Aguarda apreciação do Recurso Especial interposto pelo INSS.
2 e 8	00036437320064013400	Processo pendente de julgamento pelo TRF da apelação da União.
24 e 47	00242330820054013400	Aguarda o julgamento da apelação da Caixa pelo TRF.
26 e 54	00064537120024025101	Recurso Extraordinário do INSS contra acórdão do TRF favorável à Caixa sobrestado aguardando pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal nos RE 565.160/SC (tema: 020).
29, 31, 39, 41, 42, 46, 53, 56, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 81 e 82	00235397320044013400	Aguarda o julgamento da apelação da Caixa pelo TRF.
3, 13, 18, 23, 38, 71, 76 e 78	00560403620114013400	Aguarda o julgamento da apelação do INSS e da Caixa pelo TRF.
37 e 40	00042125519984013400	A Execução aguarda o julgamento dos Embargos à Execução nº 00180211519984013400, que se encontra pendente de julgamento em 1ª grau.
48, 55, 58 e 59	00453085920124013400	Aguarda julgamento em 1ª instância.
49, 51, 61 e 65	00364547120154013400	Aguarda julgamento em 1ª instância.
50, 57 e 80	00009828619904036000	Aguarda julgamento do Recurso Extraordinário da CAIXA, em que se discute apenas o auxílio alimentação. Os demais temas tiveram julgamento favorável à Caixa pelo TRF.

Anexo 3

ATOS DECLARATÓRIOS DA PGFN - DESTAQUES DA TABELA DE DISPENSA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

#	MATÉRIA	PARECER PGFN/CRJ/Nº	PUBLICAÇÃO DESPACHO MF	ATO DECLARATÓRIO DO PGFN	ATO DECLARATÓRIO DO PGFN
1	IR sobre o pagamento (in pecunia) de licença-prêmio não gozada – por necessidade do serviço – pelo servidor público	1458/99	DOU de 31/03/2000, Seção I – pag. 13	Nº 8, de 12/8/2002 DOU de 15 08 2002 Seção I – pag. 24	Nº 8, de 12/8/2002 DOU de 15 08 2002 Seção I – pag. 24
2	Não incidência de imposto de renda sobre as verbas recebidas a título de abono assiduidade e ausências permitidas ao trabalho para trato de interesse particular – APIP	1643/2003	DOU de 04/12/2003, Seção I – pag. 28	Nº 1, de 23/09/2003 DOU de 09/12/2003 Seção I – pag. 23	Nº 1, de 23/09/2003 DOU de 09/12/2003 Seção I – pag. 23
3	Decisões que afastaram a incidência do imposto de renda das pessoas físicas sobre as verbas recebidas em face da conversão em pecunia de licença-prêmio e férias não gozadas por necessidade do serviço, na hipótese do empregado não ser servidor público	1905/2004	DOU de 18/02/2005, Seção I – pag. 29	Nº 1, de 18/02/2005 DOU de 25/02/2005 Seção I – pag. 13	Nº 1, de 18/02/2005 DOU de 25/02/2005 Seção I – pag. 13

Fonte: <http://www.pgfn.fazenda.gov.br/legislacao-e-normas/atos-declaratorios-arquivos/atos-declaratorios-da-pgfn>

PARECERES DA PGFN - LISTA DE DISPENSA DE CONTESTAR E RECORRER (At. 2º, V, VII e §§ 3º a 8º, da Portaria PGFN Nº 502/2016)

#	MATÉRIA	PARECER PGFN/CRJ/Nº
1	Análise de inclusão de tema em lista de dispensa de recurso especial: Contribuição previdenciária sobre abono-assiduidade. Jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça. Sugestão de inclusão: Portaria PGFN nº 294/2010	101/2016
2	Contribuição previdenciária: Servidores Públicos. Licença-prêmio convertida em pecunia. Inexigibilidade. Análise quanto a inclusão do tema na lista de jurisprudência reiterada e pacífica do STJ, desfavorável à Fazenda Nacional, conforme art. 2º, VII, da Portaria PGFN nº 502/2016. Oitiva prévia da RFB acerca da possível edição de ato declaratório sobre a matéria pacificada	953/2016

Fonte: <http://www.pgfn.fazenda.gov.br/legislacao-e-normas/documentos/portaria-502/lista-de-dispensa-de-contestar-e-recorrer-art-2o-v-vii-e-a7a7-3o-a-8o-da-portaria-pgfn-no-502-2016>

000021

PARECER
PGFN/CRJ/Nº 1643/2003

Tributário. Não incidência de imposto de renda sobre as verbas recebidas a título de abono assiduidade e ausências permitidas ao trabalho para trato de interesse particular - APIP.

Jurisprudência pacífica do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

Aplicação da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não interpor recursos e a desistir dos já interpostos.

I

O escopo do presente Parecer é analisar a possibilidade de se promover, com base no inciso II do artigo 19 da Lei nº 10.522, de 19.07.2002, e no Decreto n.º 2.346, de 10.10.1997, a dispensa de interposição de recursos ou o requerimento de desistência dos já interpostos, com relação às decisões que afastaram a incidência do imposto de renda das pessoas físicas sobre as verbas recebidas em face da conversão em pecúnia de abono assiduidade e de ausências permitidas ao trabalho para trato de interesse particular - APIP.

2. Este estudo é feito em razão da existência de decisões reiteradas da Primeira e da Segunda Turmas do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, no sentido de considerar que a conversão em dinheiro das referidas rubricas têm caráter indenizatório, a impedir a incidência do imposto de renda.

II

3. Várias ações foram propostas por pessoas físicas contra a União (Fazenda Nacional) com o objetivo de que o Poder Judiciário declarasse a não incidência do imposto de renda sobre as verbas recebidas a título de abono assiduidade e ausências permitidas ao trabalho para trato de interesse particular - APIP.

4. Nas instâncias inferiores sucederam-se as decisões favoráveis às pessoas físicas, até que essas questões chegaram ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça, onde, na esteira do quanto decidido acerca das férias e da licença-prêmio, concluiu-se pelo caráter indenizatório dos valores recebidos a título de abono assiduidade e ausências permitidas ao trabalho para trato de interesse particular - APIP, não devendo, portanto, ser exigido o imposto de renda.

5. Com efeito, relativamente à licença-prêmio e às férias, foram editadas, respectivamente, as Súmulas nºs 136 e 125 do Superior Tribunal de Justiça.

6. Com relação ao abono assiduidade e às ausências permitidas ao trabalho para o trato de interesse particular - APIP, não há, ainda, a edição de súmulas, mas já se consolidou jurisprudência pacífica no Egrégio Superior Tribunal de Justiça em sentido desfavorável à União.

7. O entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que é de natureza indenizatória os valores relativos ao não gozo do abono assiduidade e das ausências permitidas ao trabalho para trato de interesse particular - APIP, e como tal, violaria o art. 43 do Código Tributário Nacional a incidência do imposto de renda.

8. Veja-se as seguintes decisões colegiadas proferidas na Primeira e Segunda Turmas do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, acerca da não incidência do imposto de renda sobre as verbas recebidas a título de ausências permitidas ao trabalho para trato de interesse particular - APIP:

“TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. FÉRIAS E LICENÇAS-PRÊMIO NÃO GOZADAS. AUSÊNCIAS PERMITIDAS AO TRABALHO (APIP). NÃO INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA. SUSPENSÃO DO DESCONTO. SÚMULAS NºS 125 E 136/STJ.

1. Agravo Regimental interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial da parte agravante.

2. Debate desenvolvido no curso da presente ação, ora examinada contra v. Acórdão que entendeu pela não incidência do imposto de renda sobre verbas indenizatórias de férias, licenças-prêmio não gozadas e ausências permitidas ao trabalho (APIP).

3. O imposto sobre a renda tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica da renda (produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos) e de proventos de qualquer natureza (art. 43, do CTN).

4. A indenização especial, o 13º salário e as férias não gozadas não configuram acréscimo patrimonial de qualquer natureza ou renda e, portanto, não são fatos imponíveis à hipótese de incidência do IR, tipificada pelo art. 43, do CTN. A referida indenização não é renda, e também não pode ser tida como proventos, pois não representa nenhum acréscimo patrimonial.

5. As ausências permitidas ao trabalho - APIP's -, por guardarem a mesma natureza jurídica da licença-prêmio, também não estão sujeitas à incidência do tributo.

6. Inteligência das Súmulas nºs 125 e 136/STJ.

7. Agravo regimental não provido.”

(STJ, Primeira Turma, AGRESP nº 359637/SC, rel. Ministro José Delgado, DJ 22/04/2002, p. 167).

“TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS. AUSÊNCIAS PERMITIDAS PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR (APIP). NÃO INCIDÊNCIA.

Por possuírem caráter indenizatório, as verbas pagas a título de abono pecuniário de férias e de ausências permitidas ao trabalho (APIP) não estão sujeitas à incidência do imposto de renda.

Recurso de Selma Wanderley Porto e Outros provido.

Recurso da Fazenda Nacional improvido.”

(STJ, Primeira Turma, RESP nº 341321/AL, rel. Ministro Garcia Vieira, DJ 11/03/2002, p. 203).

“TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA - PARCELA INDENIZATÓRIA: NÃO-INCIDÊNCIA (ART. 43 DO CTN).

1. Os empregados da Caixa Econômica Federal - CEF, por disposição regulamentar, fazem jus a cinco dias de ausência para tratar de assunto particular.

2. A não-fruição deste direito gera o recebimento de indenização, recebida em pecúnia.

3. Tal quantitativo não é renda, não é riqueza incorporada, não é salário. É o substitutivo de um direito não gozado.

4. A definição do que seja ausências permitidas ao trabalho (APIP) retira-a da base de cálculo do Imposto de Renda, por estar fora da definição constante do art. 43 do CTN.

5. Dissídio jurisprudencial superado pela atual jurisprudência da Corte.

6. Recurso especial improvido.”

(STJ, RESP nº 313017/AL, Segunda Turma, rel. Ministra Eliana Calmon, DJ 08/10/2001, p. 204).

9. Atualmente, as decisões monocráticas no Egrégio Superior Tribunal de Justiça são as que põe fim aos processos nos quais se discute a incidência do imposto de renda sobre a conversão em pecúnia das ausências permitidas ao trabalho para trato de interesse particular - APIP:

“RECURSO ESPECIAL Nº 529.324 - PE (2003/0062320-2)

RELATOR : MINISTRO LUIZ FUX

RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR : MARIA HELENA URBANO RIBEMBOIM E OUTROS

RECORRIDO : CARLOS ALBERTO DE ALBUQUERQUE E OUTROS

ADVOGADO : MARCO ANTÔNIO DE SÁ DOWSLEY

DECISÃO

TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA - VERBAS INDENIZATÓRIAS - NÃO-INCIDÊNCIA - FÉRIAS E LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADAS. DISPENSA INCENTIVADA - AUSÊNCIAS PERMITIDAS PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES - APIPs. - PROCESSUAL CIVIL - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - FAZENDA PÚBLICA - LIMITES DO § 3º DO CPC - INAPLICABILIDADE.

1. As verbas rescisórias percebidas a título de férias e licença-prêmio não gozadas, bem como pela dispensa incentivada, não estão sujeitas à incidência do Imposto de Renda. Aplicação das Súmulas 125, 136 e 215 do STJ.

2. No mesmo sentido, as ausências permitidas ao trabalho, tendo previsão no Regulamento de Pessoal da Caixa Econômica Federal, são ausências permitidas pelo próprio empregador e, desta forma, possuem natureza indenizatória, e não salarial, o que afasta a incidência do imposto de renda sobre referidas verbas.

3. O § 4º do art. 20 do CPC, aplicável nos casos em que é vencida a Fazenda Pública, estabelece a fixação dos honorários de forma equitativa pelo juiz, não impondo limites mínimo e máximo para o respectivo quantum.

4. Recurso especial a que se nega seguimento (art. 557, caput, do CPC).

Trata-se de recurso especial interposto pela FAZENDA NACIONAL, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas, "a" e "c", do permissivo constitucional, contra acórdão do Egrégio Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

‘TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. VERBAS INDENIZATÓRIAS. ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS E LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADAS E AUSÊNCIAS PERMITIDAS AO TRABALHO. NÃO INCIDÊNCIA DO IR.

1. A natureza jurídica da indenização não se confunde com a de rendimento, naquela inexistente riqueza nova, portanto falta de capacidade contributiva, escapando assim a incidência do Imposto de Renda, enquanto nesta há um acréscimo patrimonial e portanto tributável.

2. As férias e licenças-prêmio não gozadas não sofrem a incidência do Imposto de Renda, uma vez que constituem espécie de verba indenizatória.

3. No que se refere a ausências permitidas ao trabalho, prevista no Regulamento de Pessoal da Caixa Econômica Federal, também possui natureza indenizatória e como tal, não deve incidir o imposto de renda na fonte.

4. Tendo o Imposto de Renda fato gerador na aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica, e não encontrando-se as verbas indenizatórias das férias, licenças-prêmios não gozadas e ausências permitidas ao trabalho inseridas na referida conceituação, impossível a incidência do Imposto de Renda nas aludidas verbas.

5. Apelação e remessa oficial improvidas.’

A recorrente sustenta, em síntese, violação ao art. 43 do CTN, 20, § 4º, do CPC, além de divergência jurisprudencial.

Oferecidas contra-razões, pugnando pelo desprovimento do recurso. O apelo foi admitido na instância de origem.

Relatados, decido.

O recurso merece ser conhecido, ante a demonstração da divergência, nos moldes exigidos pelo RISTJ, além do prequestionamento dos dispositivos apontados.

As verbas rescisórias especiais recebidas pelo trabalhador a título de indenização por férias em pecúnia, licença-prêmio não gozada, conversão de 1/3 das férias, ausência permitida ao trabalho ou extinção do contrato de trabalho por dispensa incentivada não ensejam acréscimo patrimonial exatamente por seu caráter indenizatório. Disso decorre a impossibilidade da incidência do imposto de renda sobre as mesmas. Sobre este tema versam as Súmulas 125, 136 e 215 do Superior Tribunal de Justiça, abaixo transcritas com os comentários do ilustre jurista Roberto Rosas (in Direito Sumular, 10ª Edição, Editora Malheiros):

‘- 125. O pagamento de férias não gozadas por necessidade do serviço não está sujeito à incidência do Imposto de Renda. O pagamento, ao empregado, das férias não gozadas, em dinheiro, por necessidade do serviço, não constitui renda, porque é pagamento como compensação pelo não-lazer.’

‘- 136. O pagamento de licença-prêmio não gozada por necessidade do serviço não está sujeito à incidência do Imposto de Renda. A licença-prêmio é estimulada como estímulo à assiduidade, decorre do trabalho, simples prêmio pela inexistência de faltas ao serviço; e não gozadas porque a administração necessitou dos serviços do beneficiário e, portanto indenização pelo não afastamento do serviço, não significa rendimento do trabalho.’

‘- 215. A indenização recebida pela adesão a programa de incentivo à demissão voluntária não está sujeita à incidência do imposto de renda. O Poder Público instituiu forma de diminuição dos quadros funcionais mediante indenização da estabilidade do servidor com sua saída do serviço público. Não há renda nessa percepção e, portanto, é hipótese de não incidência, porque a proteção constitucional da relação empregatícia contra a despedida arbitrária é substituída pela indenização compensatória.’

A questão principal da discussão é saber qual a natureza jurídica das verbas recebidas pelo trabalhador por férias em pecúnia, licença-prêmio não gozada e extinção do contrato de trabalho por dispensa incentivada. A respeito disso, ensina-nos Roque A. Carazza:

‘Não é qualquer entrada de dinheiro nos cofres de uma pessoa (física ou jurídica) que pode ser alcançada pelo IR, mas, tão-somente, os acréscimos patrimoniais, isto é, a aquisição de disponibilidade de riqueza nova.

Tudo que não tipificar ganhos durante um período, mas simples transformação de riqueza, não se enquadra na área traçada pelo art. 153, III, da CF.

É o caso das indenizações. Nelas, não há geração de rendas ou acréscimos patrimoniais (proventos) de qualquer espécie. Não há riquezas novas disponíveis, mas reparações, em pecúnia, por perdas de direitos.’ (IR – Indenização – in RDT 52/90).

Assim, as verbas recebidas pelo trabalhador em tais casos são a título de indenização e não podem ser tributadas como se renda fossem. Segue este raciocínio a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA. VERBAS INDENIZATÓRIAS. IMPOSTO DE RENDA. NÃO INCIDÊNCIA. SÚMULAS Nºs 125, 136 E 215/STJ.

(...)

2. O imposto sobre a renda tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica da renda (produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos) e de proventos de qualquer natureza (art. 43, do CTN).

3. As verbas rescisórias especiais recebidas pelo trabalhador quando da extinção do contrato de trabalho por dispensa incentivada têm caráter indenizatório, não ensejando acréscimo patrimonial de qualquer natureza ou renda. As referidas indenizações não são renda nem proventos. Disso decorre a impossibilidade da incidência do imposto de renda sobre as mesmas. Inteligência das Súmulas nºs 125, 136 e 215/STJ.

4. Questão que envolve aplicação pura e simples das referidas Súmulas, por conter matéria que dispensa quaisquer comentários em face da uniformização da jurisprudência a respeito.

5. Agravo regimental não provido.

(Resp nº 421881/RJ, 1ª T., Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ 29/04/2002).

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO - RECURSO ESPECIAL - ART. 535, II DO CPC - OFENSA - INOCORRÊNCIA - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE- VERBAS INDENIZATÓRIAS (FÉRIAS, FOLGAS, ABONOS E LICENÇAS-PRÊMIO) NÃO GOZADAS - NÃO INCIDÊNCIA - PRECEDENTES.

(...)

As férias, folgas, abonos e licenças-prêmio, quando não gozadas por necessidade do serviço, tem caráter indenizatório, fato que as torna inalcançáveis pelo imposto de renda. Precedente. Súmulas 125 e 136 do STJ.

Recurso provido.

(Resp nº 331669/SP, 1ª T., Rel. Min. LUIZ FUX, DJ 25/03/2002).

Por outro lado, no que pertine à incidência do imposto de renda sobre o pagamento em pecúnia das denominadas ausências permitidas ao trabalho para trato de interesse particular – APIP por opção de empregado da Caixa Econômica Federal, igualmente não merece acolhida a tese da recorrente, uma vez que esta Corte firmou entendimento no sentido de que as ausências permitidas ao trabalho, tendo previsão no Regulamento de Pessoal da Caixa Econômica Federal, são, por isso, ausências permitidas pelo próprio empregador e, desta forma, possuem natureza indenizatória, e não salarial, o que afasta a incidência do imposto de renda sobre referidas verbas.

Neste sentido confira-se, à guisa de exemplo, os julgados desta Corte, *in verbis*:

‘TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA - PARCELA INDENIZATÓRIA: NÃO-INCIDÊNCIA (ART. 43 DO CTN).

1. Os empregados da Caixa Econômica Federal - CEF, por disposição regulamentar, fazem jus a cinco dias de ausência para tratar de assunto particular.

2. A não-fruição deste direito gera o recebimento de indenização, recebida em pecúnia.

3. Tal quantitativo não é renda, não é riqueza incorporada, não é salário. É o substitutivo de um direito não gozado.

4. A definição do que seja ausências permitidas ao trabalho (APIP) retira-a da base de cálculo do Imposto de Renda, por estar fora da definição constante do art. 43 do CTN.

5. Dissídio jurisprudencial superado pela atual jurisprudência da Corte.

6. Recurso especial improvido.’

(Resp nº 313.017/AL, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 08.10.2001)

TRIBUTÁRIO. VERBAS INDENIZATÓRIAS. FÉRIAS, ADICIONAL DE 1/3 E LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA. AUSÊNCIAS PERMITIDAS AO TRABALHO (APIP). NÃO INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA. SÚMULAS NºS 125 E 136, DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RESTITUIÇÃO. COMPROVAÇÃO PARA FINS DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES.

1. Debate desenvolvido no curso da presente ação, ora examinada contra v. Acórdão que determinou a incidência do Imposto de Renda sobre férias e o respectivo adicional de 1/3, por possuírem natureza salarial, bem como sobre licença-prêmio não gozada na vigência do contrato laboral, diante da não comprovação de que foi indeferida por necessidade de serviço e, por fim, sobre as APIP's, por não serem constituírem em indenização.

2. O imposto sobre a renda tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica da renda (produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos) e de proventos de qualquer natureza (art. 43, do CTN).

(...)

4. As ausências permitidas ao trabalho estão previstas no Regulamento de Pessoal da Caixa Econômica Federal, sendo, por isso, ausências permitidas pelo próprio empregador, possuindo, desta forma, natureza indenizatória e não salarial.

(...)(Resp nº 425.730/SP, Relator Ministro José Delgado, DJ de 09.09.2002)

No mesmo diapasão, destaque-se a decisão no Resp nº 420.484/SC, Relator Ministro Franciulli Netto, DJ de 06.08.2002.

Por fim, no que concerne à violação do art. 20, § 4º, do CPC, não merece reparos o acórdão recorrido. O mencionado dispositivo legal, aplicável nos casos em que é vencida a Fazenda Pública, estabelece a fixação dos honorários de forma equitativa pelo juiz, não impondo limites mínimo e máximo para o respectivo quantum. Por isso é que a jurisprudência do STJ é pacífica ao considerar inaplicáveis os limites previstos no § 3º do art. 20 do CPC à hipótese dos autos.

Nesta esteira, o Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 295.481/DF, relatado pelo eminente Ministro Franciulli Netto:

'AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - IMPOSTO DE RENDA - FÉRIAS, ABONO ASSIDUIDADE E LICENÇA-PRÊMIO - VERBA HONORÁRIA ARBITRADA EM PERCENTUAL INFERIOR AO MÍNIMO LEGAL - POSSIBILIDADE - INEXISTÊNCIA DE RESTRIÇÃO AO JULGADOR QUANTO AO LIMITE - EQUIDADE - IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DO CRITÉRIO ADOTADO PELO TRIBUNAL *A QUO*, NA FIXAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA - INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - RESTITUIÇÃO - PRESCRIÇÃO QUINQUENAL .

1 - Vencida a Fazenda Pública, a verba honorária pode ser fixada em percentual inferior àquele mínimo indicado no § 3º do artigo 20, do Código de Processo Civil, a teor do que dispõe o § 4º do citado artigo, porquanto o referido dispositivo processual não faz qualquer referência ao limite a que deve se restringir o julgador quando do arbitramento.

(...).'

Dessa forma, se não há limites para a fixação dos honorários quando vencida a Fazenda Pública, não afronta qualquer dispositivo legal o acórdão que os estabelece em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

Por esses fundamentos, NEGOU SEGUIMENTO ao recurso especial, com fulcro no art. 557, caput, do CPC, Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 21 de agosto de 2003

MINISTRO LUIZ FUX – Relator”

(Primeira Turma, DJ 28/08/2003).

“RECURSO ESPECIAL Nº 516.977 - RN (2003/0047548-9)

RELATORA : MINISTRA ELIANA CALMON

RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR : MARTA SUZI PEIXOTO PAIVA LINARD E OUTROS

RECORRIDO : FRANCISCO MURILO ARAÚJO MONTENEGRO E OUTROS

ADVOGADO : EDUARDO SANTA ROSA DA COSTA E OUTRO

DECISÃO:

TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA - ISENÇÃO - ABONO PECUNIÁRIO - LICENÇA-PRÊMIO - AUSÊNCIAS PERMITIDAS AO TRABALHO PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES (APIP) - RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

Trata-se de recurso especial interposto de acórdão do TRF - 5ª Região, que decidiu em torno de isenção de Imposto de Renda em relação a férias convertidas em abono pecuniário, licença-prêmio e APIP.

Alega a FAZENDA NACIONAL, com fulcro nas letras "a" e "c" do permissivo constitucional, violação ao art. 43 do CTN, além de dissídio jurisprudencial.

Sustenta, ainda, não se confundir o abono pecuniário de férias, tratado no art. 78 da Lei 8.112/90, com as férias previstas na Súmula 125/STJ, conforme o entendimento do REsp 183.028/CE.

Sem contra-razões, subiram os autos, admitido o especial na origem.

DECIDO:

Prequestionado, ainda que implicitamente, o dispositivo indicado, e configurado o dissídio jurisprudencial, exceto em relação à tese em torno do art. 78 da Lei 8.112/90, não tratada pelo acórdão recorrido (Súmula 282/STF). Passo, pois, à análise do especial:

Em relação a não-incidência do Imposto de Renda sobre as Ausências Permitidas ao Trabalho para Trato de Interesse Particular (APIP), o acórdão recorrido está em sintonia com a jurisprudência desta Corte, como demonstram os seguintes julgados:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ARTIGO 105, INCISO III, ALÍNEAS "A" E "C", DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE. AUSÊNCIA PARA TRATAR DE ASSUNTO DE INTERESSE PARTICULAR INDENIZADA. SERVIDORES DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF. NÃO INCIDÊNCIA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CARACTERIZADO.

1 - A ausência permitida ao trabalho para tratar de interesse particular é benefício constante dos estatutos da Caixa Econômica Federal, concedido aos seus empregados previsto nos itens 6.3 e 6.3.1.9, do Regulamento de Pessoal dessa instituição bancária.

2 - A impossibilidade dos recorridos de usufruir desse benefício, criada pelo empregador ou por opção deles, titulares do benefício, gera a indenização, porque, negado o direito que deveria ser desfrutado in natura, surge o substitutivo da indenização em pecúnia.

3 - A natureza indenizatória desse pagamento não se modifica para salarial, diante da conversão em pecúnia desse direito.

4 - O dinheiro pago em substituição a essa "recompensa" não se traduz em riqueza nova, nem tampouco em acréscimo patrimonial, mas, apenas recompõe o patrimônio do empregado que sofreu prejuízo por não exercer esse direito à folga. Em consequência, não incide o imposto de renda sobre essa indenização.

5 - Nada obstante demonstrada a divergência jurisprudencial, encontra-se superado o paradigma colacionado à vista dos mais recentes julgados sobre o tema neste egrégio Sodalício, inviabilizando o conhecimento do recurso especial com fundamento na letra "c".

6 - Recurso especial conhecido e provido parcialmente apenas pela letra "a".

7 - Decisão por unanimidade.

(REsp 295.921/AL, rel. Min. Franciulli Netto, Segunda Turma, unânime, DJ 11/06/2001, pág. 188)

TRIBUTÁRIO. IRPF. VERBAS INDENIZATÓRIAS. FÉRIAS. LICENÇA-PRÊMIO. AUSÊNCIAS PERMITIDAS NÃO USUFRUÍDAS. SÚMULAS 125 E 136 DO STJ.

1. Consoante jurisprudência iterativa desta Corte, o Imposto de Renda não incide sobre verbas indenizatórias recebidas pelo empregado.

2. Não se conhece do Recurso Especial quando o acórdão recorrido está em harmonia com entendimento pacífico e Súmulas do STJ.

3. Recurso não conhecido.

(REsp 226.870/AL, rel. Min. Francisco Peçanha Martins, Segunda Turma, unânime, DJ 20/11/2000, pág. 287)

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. LICENÇA PRÊMIO INDENIZADA. SÚMULA 136 DO STJ. AUSÊNCIAS PERMITIDAS AO TRABALHO.

1. Consoante entendimento já sumulado desta Corte, a indenização por licença-prêmio não gozada não sofre incidência do imposto de renda.

2. As ausências permitidas ao trabalho estão previstas no regulamento pessoal tendo, também, natureza indenizatória.

3. Recurso especial não conhecido.

(REsp 228.976/AL, rel. Min. Francisco Peçanha Martins, Segunda Turma, unânime, DJ 21/08/2000, pág. 112)

Há, ainda, precedentes da Primeira Turma:

TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA - FÉRIAS INDENIZADAS - LICENÇA-PRÊMIO - AUSÊNCIAS PERMITIDAS PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR.

Por possuírem caráter indenizatório, as verbas pagas a título de férias indenizadas e licença-prêmio não estão sujeitas à incidência do imposto de renda.

As ausências permitidas ao trabalho para trato de interesse particular não constituem indenização e estão sujeitas ao imposto de renda.

Recurso parcialmente provido.

(REsp 218.818/AL, rel. Min. Garcia Vieira, Primeira Turma, unânime, DJ 11/10/1999, pág. 50)

TRIBUTÁRIO. LICENÇA PRÊMIO, UM TERÇO DE FÉRIAS E AUSÊNCIAS PERMITIDAS AO TRABALHO (APIP). CARÁTER INDENIZATÓRIO. NÃO INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE VERBAS INDENIZATÓRIAS. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO.

1. Não incide imposto de renda sobre verbas indenizatórias recebidas em virtude de licença-prêmio, ausências permitidas ao trabalho para trato de interesse particular (APIP) e um terço de férias.

2. (...)

3. (...)

(REsp 302.439/AL, rel. Min. Francisco Falcão, Decisão Monocrática, DJ 30/03/2001)
TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. FÉRIAS E LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADAS. AUSÊNCIAS PERMITIDAS AO TRABALHO. NÃO INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA. SUSPENSÃO DO DESCONTO. SÚMULAS N°S 125 E 136/STJ.

1. Debate desenvolvido no curso da presente ação, ora examinada contra v. Acórdão que entendeu pela não incidência do imposto de renda sobre verbas indenizatórias de férias, licença-prêmio não gozadas e ausência permitidas ao trabalho.

2. (...)

3. A indenização especial, o 13º salário e as férias não gozadas não configuram acréscimo patrimonial de qualquer natureza ou renda e, portanto, não são fatos imponíveis à hipótese de incidência do IR, tipificada pelo art. 43, do CTN. A referida indenização não é renda nem proventos. Também não pode ser tida como proventos, pois não representa nenhum acréscimo patrimonial.

4. As ausências permitidas ao trabalho estão previstas no Regulamento de Pessoal da Caixa Econômica Federal e, por isso, são ausências permitidas pelo próprio empregador, possuindo, desta forma, natureza indenizatória e não salarial.

5. Inteligência das Súmulas nºs 125 e 136/STJ.

6. Recurso a que se nega seguimento (art. 38, da Lei nº 8.038/90, c/c o art. 557, do CPC).

(REsp 255.625/AL, rel. Min. José Delgado, Decisão Monocrática, DJ 28/06/2000)

No que se refere à não-incidência sobre as licenças-prêmios, não merece qualquer reforma o acórdão, incidindo a Súmula 136/STJ a seguir transcrita:

O pagamento de licença-prêmio não gozada por necessidade do serviço não está sujeito ao Imposto de Renda.

(Súmula 136/STJ)

Entendo que, avançando no direito sumular, cristalizado na Súmula 136 do STJ, as licenças-prêmios são direitos do empregado e, se não gozadas por vontade do titular, converte-se em pecúnia.

Ora, a transformação de um direito em pecúnia não muda a natureza das coisas. E como não incide Imposto de Renda sobre os direitos referidos, claro está que a conversão, quando efetivada não se transmuda em salário, ganho de capital. É sem dúvida uma indenização e, como tal, fora do campo da incidência.

Com essas considerações, com fulcro no art. 557 do CPC, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

Brasília (DF), 17 de junho de 2003

MINISTRA ELIANA CALMON

Relatora"

(Segunda Turma, DJ 27/06/2003).

10. Com relação aos valores recebidos a título de conversão em dinheiro de abono assiduidade, a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, em ambas as Turmas, também se consolidou no sentido da não incidência do imposto de renda:

"PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE RENDA - VERBAS INDENIZATÓRIAS X VERBAS DE NATUREZA SALARIAL - DISTINÇÃO.

1. O fato gerador do Imposto de Renda é a aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica decorrente de acréscimo patrimonial (art. 43 do CTN).

2. As verbas de natureza salarial ou as recebidas a título de aposentadoria adequam-se ao conceito de renda previsto no CTN.

3. Diferentemente, as verbas de natureza indenizatória, recebidas como compensação pela renúncia a um direito, não constituem acréscimo patrimonial.

4. Os contribuintes vêm questionando a incidência do tributo nas seguintes hipóteses:

a) quando da adesão ao Plano de Demissão Voluntária - PDV (ou Plano de Demissão Incentivada - PDI) ou Plano de Aposentadoria Voluntária - PAV (ou Plano de Aposentadoria Incentivada) - tendo ambos natureza indenizatória, afasta-se a incidência

do Imposto de Renda sobre os valores recebidos quando da adesão ao plano e sobre férias, licença-prêmio e abonos-assiduidade não gozados (Súmulas 215 e 125/STJ);

b) sobre o resgate ou recebimento de benefício da Previdência Privada - observa-se o momento em que foi recolhida a contribuição: se durante a vigência da Lei 7.713/88, não incide o imposto quando do resgate ou do recebimento do benefício (porque já recolhido na fonte) e se após o advento da Lei 9.250/95, é devida a exigência (porque não recolhido na fonte).

c) sobre os valores decorrentes de acordo com o empregador para renúncia ao direito de receber a chamada Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV - não é pertinente a tributação, posto se tratar de verba de natureza indenizatória;

d) sobre valores recebidos a título de complementação de aposentadoria, decorrente de acordo com o empregador, para manter a paridade com o salário da ativa - assemelhando-se a gratificação por inatividade, é devida a cobrança, por se tratar de verba de natureza salarial (renda, nos termos do art. 43 do CTN).

5. Recurso especial provido em parte.

(STJ, Segunda Turma, rel. Ministra Eliana Calmon, RESP nº 477147/DF, DJ 04/08/2003, p. 275).

“PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO DE RENDA. VERBAS INDENIZATÓRIAS. ABONO-ASSIDUIDADE. NÃO-INCIDÊNCIA. PRESCRIÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FAZENDA PÚBLICA. LIMITES DO § 3º DO CPC. INAPLICABILIDADE.

1. O abono-assiduidade convertido em pecúnia tem natureza indenizatória, sobre ele não incidindo o Imposto de Renda. Precedentes da Corte.

2. O prazo para que seja pleiteada a restituição do imposto de renda incidente sobre valores referentes a verbas de caráter indenizatório começa a fluir decorridos 5 (cinco) anos, contados a partir da ocorrência do fato gerador, acrescidos de mais um quinquênio computados desde o termo final do prazo atribuído ao Fisco para verificar o quantum devido a título de tributo.

3. Agravo regimental improvido.”

(STJ, Primeira Turma, AGRESP nº 463170/DF, rel. Ministro Luiz Fux, DJ 05/05/2003, p. 231).

III

11. Dimana da leitura das decisões acima transcritas a firme posição do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, contrárias ao entendimento da Fazenda Nacional acerca da matéria.

12. De se notar que a questão é exclusivamente de índole infraconstitucional, não cabendo ao Egrégio Supremo Tribunal Federal manifestar-se sobre a mesma.

13. Por essa razão, impõe-se reconhecer que todos os argumentos que poderiam ser levantados em defesa dos interesses da União vem sendo reiteradamente afastados pelas decisões do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, circunstância que conduz à conclusão acerca da impossibilidade de modificação do seu entendimento.

14. Nesses termos, não há dúvida de que futuros recursos que versem sobre o mesmo tema, apenas sobrecarregarão o Poder Judiciário, sem nenhuma perspectiva de sucesso para a Fazenda Nacional. Portanto, continuar insistindo nessa tese significará apenas alocar os recursos colocados à disposição da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em causas nas quais, previsivelmente, não se terá êxito.

15. Cumpre, pois, perquirir se, em face do sobredito, e tendo por fundamento o disposto no art. 19, II, da Lei nº 10.522, de 19.07.2002, e no art. 5º do Decreto nº 2.346, de 10.10.97, é o caso de ser dispensada a interposição de recursos e a desistência dos já interpostos. Ora, os artigos citados têm o seguinte teor:

“Art. 19. Fica a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não interpor recurso ou a desistir do que tenha sido interposto, desde que inexista outro fundamento relevante, na hipótese de a decisão versar sobre:

...

II - matérias que, em virtude de jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, ou do Superior Tribunal de Justiça, sejam objeto de ato declaratório do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado da Fazenda.”

“Art. 5º. Nas causas em que a representação da União competir à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional havendo manifestação jurisprudencial reiterada e uniforme e decisões definitivas do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, em suas respectivas áreas de competência, fica o Procurador-Geral da Fazenda Nacional autorizado a declarar, mediante parecer fundamentado, aprovado pelo Ministro de Estado da Fazenda, as matérias em relação às quais é de ser dispensada a apresentação de recursos.”

16. Decorre dos dispositivos legais acima reproduzidos que a possibilidade de ser dispensada a interposição de recurso ou a desistência do que tenha sido interposto, desde que inexista outro fundamento relevante, pode ser exercida pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional, mediante ato declaratório, a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Fazenda, observados os seguintes requisitos:

a) a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional tenha competência para representar, judicialmente, a União, nas respectivas causas; e

b) haja decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, em suas respectivas áreas de competência.

17. Examinando-se a hipótese vertente, desde logo, conclui-se que: I) nas causas em que se discute a incidência do imposto de renda, como nas hipóteses objeto deste Parecer, a competência para representar a União é da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, já que se trata de matéria fiscal; e II) os acórdãos e decisões monocráticas, citados exemplificativamente ao longo deste Parecer, manifestam a reiterada Jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os valores recebidos a título de abono assiduidade e ausências permitidas ao trabalho para trato de interesse particular - APIP.

18. Destarte, há base legal para a edição de ato declaratório do Senhor Procurador-Geral da Fazenda Nacional, a ser aprovado pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, que dispense a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional da interposição de recursos e a desistência dos já interpostos, acerca da matéria ora abordada.

IV

19. Assim, presentes os pressupostos estabelecidos pelo art. 19, II, da Lei nº 10.522, de 19.07.2002, c/c o art. 5º do Decreto nº 2.346, de 10.10.97, recomenda-se sejam autorizadas pelo Senhor Procurador-Geral da Fazenda Nacional a não interposição de recursos e a desistência dos já interpostos, desde que

inexista outro fundamento relevante, nas ações judiciais que versem acerca da incidência do imposto de renda sobre as verbas recebidas a título de abono assiduidade e ausências permitidas ao trabalho para trato de interesse particular - APIP.

É o parecer.

À consideração superior.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 19 de setembro de 2003.

FABRÍCIO DA SOLLER

Coordenador-Geral da Representação Judicial da
Fazenda Nacional

De acordo. Submeta-se à apreciação do Sr. Procurador-Geral da Fazenda Nacional

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 22 de setembro de 2003.

FRANCISCO TADEU BARBOSA DE ALENCAR

Procurador-Geral Adjunto da Fazenda Nacional

Aprovo.

Submeta-se à apreciação do Senhor Ministro de Estado da Fazenda para os fins da Lei nº 10.522, de 19.07.2002, e do Decreto nº 2.346, de 10.10.97.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 23 de setembro de 2003.

MANOEL FELIPE RÊGO BRANDÃO

Procurador-Geral da Fazenda Nacional



PORTARIA Nº 3.609, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2003

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28 de março de 1996, e nº 3.860, de 9 de julho de 2001, e tendo em vista o Despacho nº 103/2003, da Secretaria da Educação Média e Tecnológica, conforme consta do Processo nº 23000.014044/2002-92, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º - Autorizar o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Marketing Estratégico de Varejo (Área Profissional: Comércio), com dezessete vagas totais anuais, sendo catorze vagas totais anuais para o turno noturno e três vagas totais anuais para o turno vespertino, a ser ministrado pela Faculdade Sumaré, estabelecida à Rua Capote Veloso, nº 1121, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pelo Instituto Sumaré de Educação Superior ISES Ltda.

Art. 2º - A autorização a que se refere esta portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço mencionado no artigo anterior.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTOVAM BUARQUE

PORTARIA Nº 3.610, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2003

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28 de março de 1996, e nº 3.860, de 9 de julho de 2001, e tendo em vista o Despacho nº 104/2003, da Secretaria da Educação Média e Tecnológica, conforme consta do Processo nº 23000.014596/2002-90, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º - Autorizar o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas (Área Profissional: Gestão), com dezessete vagas totais anuais, sendo catorze vagas totais anuais para o turno noturno e três vagas totais anuais para o turno vespertino, a ser ministrado pela Faculdade Sumaré, estabelecida à Rua Capote Veloso, nº 1121, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pelo Instituto Sumaré de Educação Superior ISES Ltda.

Art. 2º - A autorização a que se refere esta portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço mencionado no artigo anterior.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTOVAM BUARQUE

PORTARIA Nº 3.611, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2003

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28 de março de 1996, e nº 3.860, de 9 de julho de 2001, e tendo em vista o Despacho nº 105/2003, da Secretaria da Educação Média e Tecnológica, conforme consta do Processo nº 23000.014599/2002-34, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º - Autorizar o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Gerenciamento Executivo (Área Profissional: Gestão), com dezessete vagas totais anuais, sendo catorze vagas totais anuais para o turno noturno e três vagas totais anuais para o turno vespertino, a ser ministrado pela Faculdade Sumaré, estabelecida à Rua Capote Veloso, nº 1121, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pelo Instituto Sumaré de Educação Superior ISES Ltda.

Art. 2º - A autorização a que se refere esta portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço mencionado no artigo anterior.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTOVAM BUARQUE

PORTARIA Nº 3.612, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2003

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28 de março de 1996, e nº 3.860, de 9 de julho de 2001, e tendo em vista o Despacho nº 106/2003, da Secretaria da Educação Média e Tecnológica, conforme consta do Processo nº 23000.014721/2002-72, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º - Autorizar o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Logística Comercial (Área Profissional: Comércio), com dezessete vagas totais anuais, sendo catorze vagas totais anuais para o turno noturno e três vagas totais anuais para o turno vespertino, a ser ministrado pela Faculdade Sumaré, estabelecida à Rua Capote Veloso, nº 1121, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pelo Instituto Sumaré de Educação Superior ISES Ltda.

Art. 2º - A autorização a que se refere esta portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço mencionado no artigo anterior.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTOVAM BUARQUE

PORTARIA Nº 3.611, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2003

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28 de março de 1996, e nº 3.860, de 9 de julho de 2001, e tendo em vista o Despacho nº 107/2003, da Secretaria da Educação Média e Tecnológica, conforme consta do Processo nº 23000.014217/2002-72, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º - Reconhecer, pelo prazo de três anos, o Curso Superior de Tecnologia em Gerenciamento Ambiental Meio Urbano (Área Profissional: Meio Ambiente), com dezessete vagas totais anuais, sendo catorze vagas totais anuais para o turno noturno e três vagas totais anuais para o turno vespertino, a ser ministrado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Unidade de Ensino Descentralizada do Campo Mourão, mantida pela Unifei, estabelecida à BR 369, Km 05, s/n, na cidade de Campo Mourão, no Estado do Paraná.

Art. 2º - O curso a partir do próximo semestre de 2004, denominar-se-á Curso Superior de Tecnologia em Gerenciamento Ambiental (Área Profissional: Meio Ambiente).

Art. 3º - O reconhecimento a que se refere esta portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço mencionado no artigo 1º.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTOVAM BUARQUE

PORTARIA Nº 3.612, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2003

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28 de março de 1996, e nº 3.860, de 9 de julho de 2001, e tendo em vista o Despacho nº 113/2003, da Secretaria da Educação Média e Tecnológica, conforme consta do Processo nº 23000.006404/2003-41, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º - Reconhecer, pelo prazo de três anos, o Curso Superior de Tecnologia em Automação Industrial (Área Profissional: Indústria), com dezessete vagas totais anuais, sendo catorze vagas totais anuais para o turno noturno e três vagas totais anuais para o turno vespertino, ministrado pela Universidade Guanabara, mantida pela Sociedade Universitária de Guanabara, estabelecida à Rua Manoel Vitorino, nº 553, Bairro Iolanda, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - O reconhecimento a que refere esta portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço mencionado no artigo anterior.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTOVAM BUARQUE

PORTARIA Nº 3.613, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2003

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28 de março de 1996, e nº 3.860, de 9 de julho de 2001, e tendo em vista o Despacho nº 112/2003, da Secretaria da Educação Média e Tecnológica, conforme consta do Processo nº 23000.007297/2003-91, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º - Reconhecer, pelo prazo de três anos, o Curso Superior de Tecnologia em Unidade de Negócios Imobiliários (Área Profissional: Gestão), com dezessete vagas totais anuais, a ser ministrado pela Universidade de Sorocaba, estabelecida à Avenida General Osório, 35 - Vila Tríplice, na cidade de Sorocaba, no Estado de São Paulo, mantida pela Fundação Dum Aguiar.

Art. 2º - O reconhecimento a que refere esta portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço mencionado no artigo anterior.

Art. 3º - O curso a partir do próximo processo seletivo denominar-se-á Curso Superior de Tecnologia em Gestão Imobiliária (Área Profissional: Gestão).

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTOVAM BUARQUE

PORTARIA Nº 3.614, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2003

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28 de março de 1996, e nº 3.860, de 9 de julho de 2001, e tendo em vista o Despacho nº 111/2003, da Secretaria da Educação Média e Tecnológica, conforme consta do Processo nº 23000.013926/2002-63, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º - Reconhecer, pelo prazo de três anos, o Curso Superior de Tecnologia em Sistemas de Informação (Área Profissional: Informática), com dezessete vagas totais anuais, a ser ministrado pelo Centro de Educação Tecnológica Carlos Drummond de Andrade, Unidade de Teófilo, mantida pela Sociedade Educacional Solbra S/C Ltda, estabelecida à Rua Prof. Pedreira do Freitas, nº 415, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

Art. 2º - O reconhecimento a que refere esta portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço mencionado no artigo anterior.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTOVAM BUARQUE

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Ministerial nº 1.435, de 12 de junho de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 13 de junho de 2003, Seção 1, página 12, onde se lê: "com 100 (cento) vagas totais anuais", ler-se: "com 150 (cento e cinquenta) vagas totais anuais" (Despacho SESE nº 0084/2003 - Processo nº 23000.007746/2002-10 - Registro SAPIBES nº 143960).

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 21 de novembro de 2003

Assim: Tributar. Não incidência do imposto de renda sobre os verbos recebidos a título de abono indenizatório e auxílios permitidos no trabalho para trato de interesse particular - APF. Jurisprudência pacífica do Egrégio Superior Tribunal de Justiça. Aplicação da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não interpor recursos e a desistir dos já interpostos. Despacho: Aprove o Parecer nº 1643/2003, de 23 de setembro de 2003, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que concluiu pela dispensa de interposição de recursos ou o requerimento de desistência dos já interpostos, desde que ocorra o pagamento integralmente, sem acréscimo de juros, sobre o valor do abono indenizatório e abonos permitidos no trabalho para trato de interesse particular - APF.

ANEXO

PARCELO/POF/MC/RNº 1643/2003

Tributar. Não incidência do imposto de renda sobre os verbos recebidos a título de abono indenizatório e auxílios permitidos no trabalho para trato de interesse particular - APF. Jurisprudência pacífica do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

Aplicação da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não interpor recursos e a desistir dos já interpostos.

O acatamento do presente Parecer é similar à possibilidade de se presumir, com base no inciso II do artigo 19 da Lei nº 10.522, de 19.07.2002, e no Decreto nº 2.346, de 10.10.1997, a dispensa de interposição de recursos ou o requerimento de desistência dos já interpostos, com relação às decisões que afastaram a incidência do imposto de renda dos passivos fiscais sobre os verbos recebidos em face da conversão em pecúnia de abono indenizatório e de auxílios permitidos no trabalho para trato de interesse particular - APF.

2. Este acatado é feito em razão da existência de decisões reiteradas da Primeira e da Segunda Turmas do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, no sentido de considerar que a conversão em pecúnia dos verbos recebidos tem caráter indenizatório, a impedir a incidência do imposto de renda.

3. Várias ações foram propostas por pessoas físicas contra a União (Fazenda Nacional) com o objetivo de que o Poder Judiciário declarasse a não incidência do imposto de renda sobre os verbos recebidos a título de abono indenizatório e auxílios permitidos no trabalho para trato de interesse particular - APF.

4. Nas instâncias inferiores sucederam-se as decisões favoráveis às pessoas físicas, até que essas questões chegaram ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça, onde, no entanto, o quanto decidido acerca das ações e da honca-petenda, não ocorreu o acolhimento das razões dos autores, sob o fundamento de que os verbos recebidos a título de abono indenizatório e auxílios permitidos no trabalho para trato de interesse particular - APF, não devendo, portanto, ser exigido o imposto de renda.

5. Com efeito, relativamente à honca-petenda e às férias, foram editadas, respectivamente, as Súmulas nºs 136 e 125 do Superior Tribunal de Justiça.

6. Com relação ao abono indenizatório e aos auxílios permitidos no trabalho para o trato de interesse particular - APF, não há, ainda, a edição de súmula, mas já se consolidou jurisprudência pacífica no Egrégio Superior Tribunal de Justiça em sentido declaratório à União.

7. O entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a natureza indenizatória do valor recebido não gera o abono indenizatório e dos auxílios permitidos no trabalho para trato de interesse particular - APF, o que, por sua vez, veda o art. 43 do Código Tributário Nacional a incidência do imposto de renda.

8. Veja-se os seguintes decisões colegiadas proferidas na Primeira e Segunda Turmas do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, acerca da não incidência do imposto de renda sobre os verbos recebidos a título de auxílios permitidos no trabalho para trato de interesse particular - APF.

TRIBUNAL DO PROCESSO CIVIL, AGRAVO RECURSAL, PERÍCIAS E LICENÇAS-PRÊMIO NÃO GOZADAS AUSÊNCIAS PERMITIDAS AO TRABALHO (APF) NÃO INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA. SUSPENSÃO DO DESCONTOS SÚMULAS NºS 125 E 136/STJ.

PORTARIA Nº 315, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2003

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso II, alínea "c" do Decreto nº 4.591, de 10 de fevereiro de 2003, alterado pelo Decreto nº 4.894, de 25 de novembro de 2003, resolve:

Art. 1º Remanejar os limites de que tratam os Anexos IV e V do Decreto nº 4.591, de 10 de fevereiro de 2003, com redação dada pelo Decreto nº 4.894, de 25 de novembro de 2003, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO PALOCCI FILHO

ANEXO I

REDUÇÃO AOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2003 E AOS RESTOS A PAGAR DE 2002. (ANEXO IV DO DECRETO Nº 4.591, DE 25 DE NOVOBRO DE 2003)

REDUÇÃO
R\$ MIL

ORGÃO SEM LIMITAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ATE 2002
MINISTÉRIO DA DEFESA	17.000

Fuente: 100, 111, 112, 114, 115, 118, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 151, 153, 155, 157, 158, 162, 166, 172, 182, 183, 185, 200, 251, 261 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de valores de exercícios anteriores.

ANEXO II

ACRÉSCIMO AOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2003 E AOS RESTOS A PAGAR DE 2002. (ANEXO V DO DECRETO Nº 4.591, DE 25 DE NOVOBRO DE 2003)

ACRÉSCIMO
R\$ MIL

ORGÃO SEM LIMITAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ATE 2002
MINISTÉRIO DA DEFESA	17.000

Fuente: 146, 147, 148, 149, 164, 180, 186, 246, 247, 249, 280, 293 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de valores de exercícios anteriores.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO Nº 1, DE 23 DE SETEMBRO DE 2003

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso da competência legal que lhe foi conferida, nos termos do inciso II do art. 19, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e do art. 5º do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, tendo em vista a aprovação do Parecer PGF/PNCRJ/M nº 1644/2003, desta Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, pelo Senhor Ministro do Estado da Fazenda, conforme despacho publicado no DOU de 04/12/03, declara que tem autoridade a dispensa de interposição de recursos e a desistência dos já interpostos, desde que existam outros fundamentos relevantes:

"nas ações judiciais que versam acerca da incidência do imposto de renda sobre os valores recebidos a título de Alvará Adicional e Autuação de Penhora no Trabalho para Trato de Interesse Particular - APIP"

JURISPRUDÊNCIA: AGRSP nº 359.637/SC (DJ 22/04/2002), RSP nº 341.321/AL (DJ 11/03/2002), RSP nº 113.017/AL (DJ 08/07/2001), RSP nº 529.324/PB (DJ 26/08/2002), RSP nº 514.977/RN (DJ 27/04/2003), RSP nº 477.147/DF (DJ 04/08/2003), RSP nº 463.170/DF (05/05/2003)

MANOEL FELIPE RÊGO BRANDÃO

ATO DECLARATÓRIO Nº 2, DE 23 DE SETEMBRO DE 2003

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso da competência legal que lhe foi conferida, nos termos do inciso II do art. 19, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e do art. 5º do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, tendo em vista a aprovação do Parecer PGF/PNCRJ/M nº 1644/2003, desta Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, pelo Senhor Ministro do Estado da Fazenda, conforme despacho publicado no DOU de 04/12/03, declara que fica autorizada a dispensa de interposição de recursos e a desistência dos já interpostos, desde que existam outros fundamentos relevantes:

"nas ações judiciais que versam acerca da incidência do imposto de renda sobre os valores recebidos a título de adição a planilha de aposentadoria inconstitucional"

JURISPRUDÊNCIA: RSP nº 503.921/MT (DJ 01/09/2003), EDRESPP nº 437.998/MG (DJ 24/03/2003), RSP nº 248.672/SP (DJ 13/08/2001).

MANOEL FELIPE RÊGO BRANDÃO

(Of. El. nº 273)

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

PORTARIA Nº 1.635, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2003

Dispõe sobre a remoção dos integrantes da Carreira Auditoria da Receita Federal.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 209 do Regulamento Interno da Secretaria da Receita Federal (SRF), aprovado pela Portaria MF nº 259, de 24 de agosto de 2001, e considerando o estabelecido no art. 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação introduzida pelo art. 1º da Lei 9.527, de 30 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º A remoção dos integrantes da Carreira Auditoria da Receita Federal (ARF), instituída pelo Decreto-lei nº 2.225, de 18 de janeiro de 1965, e mantida na forma da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, observando o disposto nesta Portaria.

§ 1º São os seguintes os hipóteses de remoção:

- de ofício, no interesse da Administração;
- a pedido, a critério da Administração;
- a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração.

§ 2º A remoção dar-se-á, sempre, entre as unidades de lotação previstas.

Art. 2º A remoção de ofício, por interesse da Administração, ocorrerá nos seguintes casos:

I - remoção para as Unidades Centrais, para as Delegacias da Receita Federal de Julgamento e para as localidades em unidades de lotação, quando a remoção for necessária;

II - criação ou extinção de unidades administrativas;

III - remoção ou encargo de cargo em comissão a designação ou dispensa de função de direção, chefia e assessoramento da Secretaria da Receita Federal;

IV - remoção ou dispensa de cargo de julgador, junto às Turmas das Delegacias da Receita Federal de Julgamento;

V - remoção que envolva transferências entre as mesmas localidades.

§ 1º A remoção, para o desempenho do cargo do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), da Função Gratificada (FG) ou de mandato de julgador em outra unidade, será subsequente à remoção ou designação, independentemente de vaga e de termo a termo com que o servidor deve exercer o cargo, a função ou o mandato.

§ 2º Quando da exoneração de cargo, da dispensa de função, do mandato, ou do término do mandato, as hipóteses a que se refere o parágrafo anterior, o servidor retornará à unidade de lotação anterior.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica nos casos de que tratam o inciso VII e o § 6º do art. 3º, nem quando o ato de remoção ou designação tiver sido publicado no 13 de maio de 1997, hipóteses em que o retorno à unidade de origem será facultativo.

§ 4º Quando o servidor, classificado em concurso de remoção for, antes de ser removido, a pedido, em documento de carência, encerrado de cargo ou dispensa de função para a qual tenha sido nomeado ou designado, em localidade diversa daquela prevista como de destino no concurso, poderá, ainda, administrativamente, havendo conveniência e oportunidade administrativa, sobrestar em relação a outras suas designações, ser removido, de ofício, diretamente para a unidade de destino prevista no concurso.

Art. 3º A remoção a pedido, a critério da Administração, ocorrerá nos seguintes casos:

I - de remoção do cargo para cargo efetivo da Carreira ARF, quando a lotação inicial deste implicar mudança de domicílio do caso;

II - de remoção para outras localidades, para cargos efetivos da Carreira ARF e lotações instituídas em unidades sediadas em municípios diversos;

III - de remoção do cargo, em virtude de concurso de remoção, de concurso de seleção interna ou de promoção;

IV - de remoção ou designação do cargo para cargo em comissão ou função gratificada da Secretaria da Receita Federal ou mandato de julgador;

V - por portaria, entre dois servidores ocupantes de cargo de igual classificação, servindo somente duas unidades, em virtude de procedimento para uma das unidades, mediante portaria específica.

VI - após três anos consecutivos de efetivo exercício na Procuradoria-Geral ou nos Escritórios de Contabilidade;

VII - quando o servidor, em exercício de cargo em comissão de chefia, ou em respectivo substituto, for chamado de cargo a requerer sua remoção para outra unidade localizada:

a) no mesmo município, ou município da mesma região metropolitana ou município limítrofe, cujo titular seja ocupante de DAS, de nível igual ou superior ao exercido pelo servidor;

b) desde que exista a possibilidade de exercer a opção a que se refere a alínea anterior;

1. no mesmo Regime Fiscal da unidade em que o servidor ocupava o cargo;

2. em qualquer Regime Fiscal, no caso de servidor ocupante de cargo em comissão de chefia, de nível igual ou superior a 4.

VIII - de remoção do cargo, a pedido, no hipótese a que se refere os incisos VI e VII;

IX - quando o servidor, removido de ofício há mais de um ano para exercer o cargo em comissão ou função gratificada nas Unidades Centrais, após pelo exercício definitivo nas mesmas unidades.

X - as hipóteses de concurso de seleção interna, independentemente da unidade de destino, que observará critérios e normas estabelecidas em regulamentação própria.

§ 1º Para os fins desta Portaria, consideram-se remoções simultâneas aquelas ocorridas em intervalo não superior a trinta dias.

§ 2º A remoção será autorizada:

a) para unidade sediada no município da unidade de lotação inicial do cargo nomeado, no hipótese prevista no inciso I;

b) quando o servidor for ocupante de cargo em comissão pública, para a unidade sediada em localidade cujo índice seja superior ao índice do § 2º do art. 7º desta Portaria, no hipótese prevista no inciso II;

c) para unidade sediada no município da unidade de destino do cargo nomeado, no hipótese prevista nos incisos III, IV e VIII;

d) para qualquer unidade da Secretaria da Receita Federal requerida pelo servidor, no hipótese do inciso VI, em conformidade com o art. 3º do Decreto nº 2.331, de 1º de outubro de 1997.

§ 3º A concessão da remoção, nas modalidades previstas neste artigo, exige que o exercício seja por um mesmo ano ou que se deu o término das atividades, por ocasião da segunda etapa do concurso público, quando este compreender a divisão por fase de esportulização.

§ 4º Em caso de empate, relativamente aos índices, na aplicação do disposto no alínea "b" do § 2º, a decisão caberá ao Secretário da Receita Federal.

§ 5º Quando existir mais de uma unidade no município de destino do servidor, que cause a que se refere as alíneas "b", "c" e "d" do § 2º, a definição da unidade de lotação dar-se-á a critério da Administração.

§ 6º O servidor, encerrado de cargo em comissão de chefia, de nível igual ou superior a 3, poderá, ainda que passível e enquadrado nas situações previstas no inciso VII, optar por ter exercício junto a empresa sucursal da indústria, instituída pela Portaria SRF nº 1.263, de 18 de outubro de 2002, por período não superior àquele que tenha exercido o cargo, sem prejuízo de sua lotação original.

§ 7º Para efeito de aplicação do disposto a que se refere o § 6º, a fim, deverão ser computadas períodos imediatamente anteriores de exercício de cargo de chefia.

Art. 4º A remoção a pedido, independentemente do interesse da Administração, ocorrerá exclusivamente nos seguintes casos:

I - para acompanhar o cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, da qualquer dos Estados da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração;

II - por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependentes que vive em áreas expostas e onerosas do saneamento sanitário, condicionadas à comprovação por junta médica oficial;

III - na hipótese do Concurso de Remoção disciplinado pelas normas constantes desta Portaria.

§ 1º Nos casos a que se refere os incisos I e II, o requerente deverá ser encaminhado à autoridade competente por intermédio do órgão a qual estiver imediatamente subordinado e, subsequentemente, em conformidade com o disposto no art. 105 da Lei nº 8.112, de 1990.

§ 2º No caso a que se refere o inciso II, a comprovação deverá ser solicitada à Junta Médica Oficial de Otorrinolaringologia da Administração do Ministério da Fazenda - GRA à qual estiver vinculado a unidade de lotação ou de exercício do requerente, que não poderá retirar uma localidade de destino específica, salvo se o tratamento, por comprovação médica, somente poder ser realizado em um único centro.

§ 3º Na impossibilidade de cumprimento do disposto no parágrafo anterior, a comprovação poderá ser solicitada à Junta Médica Nacional do Ministério da Fazenda.

§ 4º Incumbido à Coordenação de Recursos Humanos e Índices de Pessoal, a solicitação de autorização da Junta Médica Nacional prevista no parágrafo anterior, e a proposta de remoção a ser submetida ao Secretário da Receita Federal.

Art. 5º Para efeito de participação de integrantes da Carreira Auditoria da Receita Federal em procedimento de promoção e em concurso de remoção, será considerada como unidade de lotação a unidade de origem, para os servidores cujo exercício na unidade atual decorra de designação para função gratificada (FG), remoção para cargo em comissão (DAS), ou designação para mandato de julgador.

Parágrafo único. Observado o disposto no alínea "b" do inciso I do art. 3º desta Portaria, os servidores classificados em Concurso de Remoção já homologado, que em virtude do exercício de função gratificada (FG), cargo em comissão (DAS) ou mandato de julgador não tenham sido ainda removidos, caso participem de novo concurso ou de procedimento de promoção, não serão considerados como unidade de lotação a unidade para a qual foram classificados.

Art. 6º O Concurso de Remoção é um procedimento administrativo pelo qual o servidor, mediante posição apurada nos termos do art. 7º, poderá concorrer a vagas oferecidas nos municípios onde há unidades da Secretaria da Receita Federal, observadas as regras de classificação.

§ 1º Para fins de participação em Concurso de Remoção é obrigatória a inscrição dos ocupantes de cargo efetivo da Carreira Auditoria da Receita Federal no procedimento de classificação por concurso, instituído pela Portaria SRF nº 1.426, de 6 de outubro de 2008.

§ 2º Serão realizados concursos de remoção específicos para os cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal e de Técnico da Receita Federal.

PARECER
PGFN/CRJ/Nº 1905/2004

Tributário. Não incidência de imposto de renda sobre as verbas recebidas por trabalhadores em geral a título de férias e licença-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Extensão a estes do mesmo tratamento dispensado aos recursos judiciais atinentes aos servidores públicos.

Jurisprudência pacífica do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

Aplicação da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não interpor recursos e a desistir dos já interpostos.

I

O escopo do presente Parecer é analisar a possibilidade de se promover, com base no inciso II do artigo 19 da Lei nº 10.522, de 19/07/2002, e no Decreto nº 2.346, de 10.10.1997, a dispensa de interposição de recursos ou o requerimento de desistência dos já interpostos, com relação às decisões que afastaram a incidência do imposto de renda das pessoas físicas sobre as verbas recebidas em face da conversão em pecúnia de licença-prêmio e férias não gozadas por necessidade do serviço, na hipótese do empregado não ser servidor público.

2. Este estudo é feito em razão da existência de decisões reiteradas da Primeira e da Segunda Turmas do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, no sentido de considerar que a conversão em dinheiro das referidas rubricas têm caráter indenizatório, a impedir a incidência do imposto de renda.

3. De se notar que com relação aos servidores públicos já há atos declaratórios do Senhor Procurador-Geral da Fazenda Nacional e despachos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, dispensando a interposição de recursos e permitindo a desistência dos já interpostos, acerca dessas matérias. São eles o Ato Declaratório nº 4, de 12/08/2002, aprovando o Parecer PGFN/CRJ/Nº 921/99, e o respectivo despacho do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, publicado no D.O.U. de 06/08/1999 – Seção I – pág 36, no que tange às férias, e o Ato Declaratório nº 8, de 12/08/2002, aprovando o Parecer PGFN/CRJ/Nº 1458/99, e o respectivo despacho do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, publicado no D.O.U. de 31/03/2000 – Seção I – pág. 13, no que tange à licença-prêmio.

4. Assim, nesse momento, deve-se verificar se o mesmo tratamento deve ser dispensado aos recursos judiciais atinentes aos trabalhadores em geral que se encontram na mesma situação dos servidores públicos, a qual foi objeto dos aludidos Pareceres.

II

5. Várias ações foram propostas por pessoas físicas, servidores públicos e empregados, contra a União (Fazenda Nacional), com o objetivo de que o Poder Judiciário declarasse a não incidência do imposto de renda sobre as verbas recebidas a título de férias e licença-prêmio, não gozadas por necessidade do serviço.

6. Nas instâncias inferiores sucederam-se as decisões favoráveis às pessoas físicas, até que essas questões chegaram ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça, onde concluiu-se pelo caráter indenizatório dos valores recebidos a título de férias e licença-prêmio não gozadas por necessidade do serviço, não devendo, ao ver daquela Egrégia Casa, ser exigido o imposto de renda.

7. Com efeito, relativamente à licença-prêmio e às férias, foram editadas, respectivamente, as Súmulas nºs 136 e 125 do Superior Tribunal de Justiça, assim vazadas:

Súmula nº 125: “O pagamento de férias não gozadas por necessidade do serviço não está sujeito à incidência do imposto de renda.”

Súmula nº 136: “O pagamento de licença-prêmio não gozada por necessidade do serviço não está sujeito ao imposto de renda.”

8. O entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que é de natureza indenizatória os valores relativos ao não gozo das férias e da licença-prêmio, e como tal, violaria o art. 43 do Código Tributário Nacional a incidência do imposto de renda.

9. Tal entendimento é aplicado por aquele Egrégio Tribunal Superior indistintamente, seja para servidor público, seja para empregado ou trabalhador.

10. Assim, a restrição feita anteriormente aos servidores públicos nos Pareceres citados desta Coordenação-Geral, não encontra respaldo na jurisprudência pacífica das Turmas de direito público do STJ.

11. Veja-se as seguintes decisões colegiadas proferidas na Primeira e Segunda Turmas do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, acerca da não incidência do imposto de renda sobre as verbas recebidas a título de férias e licença-prêmio não gozadas por necessidade do serviço:

“PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. PROGRAMA DE INCENTIVO À APOSENTADORIA. VERBAS INDENIZATÓRIAS (13º SALÁRIO). IMPOSTO DE RENDA. NÃO-INCIDÊNCIA. SÚMULAS NºS 125 E 136/STJ. PRECEDENTES.

1. Agravo regimental contra decisão que proveu o recurso especial da parte agravada.

2. O imposto sobre a renda tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica da renda (produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos) e de proventos de qualquer natureza (art. 43, do CTN).

3. As verbas rescisórias especiais recebidas pelo trabalhador quando da extinção do contrato de trabalho, em face de plano de incentivo à aposentadoria voluntária, não ensejam acréscimo patrimonial de qualquer natureza ou renda. Disso decorre a impossibilidade da incidência do imposto de renda sobre as mesmas, incluídos o 13º salário e as férias não-gozadas. Incidência das Súmulas nºs 125, 136 e 215/STJ.

4. A indenização especial, o 13º salário, as férias e o abono pecuniário não-gozados não configuram acréscimo patrimonial de qualquer natureza ou renda e, portanto, não são fatos impositivos à hipótese de incidência do IR, tipificada pelo art. 43, do CTN. A referida indenização não é renda nem proventos.

5. Inteligência das Súmulas nºs 125 e 136/STJ. Vastidão de precedentes desta Corte Superior.

6. Paradigmas dissonantes citados, não obstante o respeito a eles reverenciado, que não transmitem a posição deste Relator. A convicção sobre o assunto continua a mesma e intensa.

7. Agravo regimental não provido.”

(STJ, AGRESP Nº 611984/RS, Primeira Turma, rel. Min. José Delgado, DJ 31/05/2004, p. 233).

“TRIBUTÁRIO. IRPF. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. VERBAS INDENIZATÓRIAS. NÃO INCIDÊNCIA DO TRIBUTO. SÚMULAS 125 E 136 DO STJ.

1. As verbas pagas pelo empregador a título de abono antiguidade, férias e licenças-prêmio, quando da aposentadoria do empregado por tempo de serviço, que não usufruiu desses benefícios, têm natureza indenizatória não incidindo sobre elas o imposto de renda. Jurisprudência consolidada da Corte.

2. Recurso especial conhecido e provido.”

(STJ, RESP nº 296597/SP, Segunda Turma, rel. Min. Francisco Peçanha Matins, DJ 02/09/2003, p. 293).

“TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. NÃO-INCIDÊNCIA. VERBAS INDENIZATÓRIAS. FÉRIAS E LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADAS. DISPENSA INCENTIVADA.

1. As verbas rescisórias percebidas a título de férias e licença-prêmio não gozadas, bem como pela dispensa incentivada, não estão sujeitas à incidência do Imposto de Renda. Aplicação das Súmulas 125, 136 e 215 do STJ.

2. O fato de as férias-prêmio não terem sido usufruídas por opção do servidor, não lhes retira o caráter indenizatório, razão pela qual não incide, sobre elas, o imposto de renda. (Precedentes)

3. No mesmo sentido, a incidência do Enunciado 136 da Corte não depende da comprovação da necessidade de serviço, porquanto o não-usufruto de tal benefício estabelece uma presunção em favor do empregado.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.”

(STJ, AGA nº 468683/MG, Primeira Turma, rel. Min. Luiz Fux, DJ 29/09/2003, p. 152).

“TRIBUTÁRIO – IMPOSTO DE RENDA – DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO – PAGAMENTO EM DECORRÊNCIA DE ADEÇÃO A PROGRAMA DE APOSENTADORIA INCENTIVADA.

1. O décimo terceiro salário, ao contrário das férias, abonos-assiduidade e licenças-prêmio quando indenizadas, tem natureza salarial e representa acréscimo patrimonial para o trabalhador, sendo, portanto, passível de incidência do Imposto de Renda.

2. Recurso especial improvido.”

(STJ, RESP nº 476178/RS, Segunda Turma, rel. Min. Eliana Calmon, DJ 02/06/2003, p. 286).

“TRIBUTÁRIO – IMPOSTO DE RENDA – DEMISSÃO VOLUNTÁRIA – INDENIZAÇÃO ESPECIAL - LICENÇA-PRÊMIO E FÉRIAS – CONVERSÃO EM PECÚNIA – PRESUNÇÃO DE QUE NÃO FORAM GOZADAS POR NECESSIDADE DO SERVIÇO – CARÁTER INDENIZATÓRIO – SÚMULAS 125, 136 E 215 STJ - PRECEDENTES.

- A eg. 1ª Seção deste Tribunal pacificou entendimento no sentido de que a indenização recebida pela adesão a programa de incentivo à demissão voluntária, assim como a licença-prêmio e as férias não gozadas não estão sujeitas à incidência do imposto de renda, seguindo a orientação de não constituírem tais verbas, acréscimos patrimoniais subsumidos na hipótese do art. 43 do CTN.

- A aplicação do enunciado nº 136 STJ não depende da comprovação da necessidade do serviço, por isso que o não usufruto de tais benefícios estabelece uma presunção em favor do empregado.

- Recurso especial conhecido e provido.”

(STJ, RESP nº 286750/SP, Segunda Turma, rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJ 26/05/2003, p. 304).

12. Constatase que as decisões fazem expressa referência a empregados, trabalhadores e servidores, a comprovar a igualdade de tratamento que o Egrégio STJ tem dado a todos, independentemente de se tratar de contrato de trabalho ou de regime jurídico.

III

13. Dimana da leitura das decisões acima transcritas a firme posição do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, contrárias ao entendimento da Fazenda Nacional acerca da matéria, que é pela incidência do imposto de renda sobre as verbas aludidas, sejam as pessoas físicas servidores públicos ou trabalhadores em geral.

14. De se notar que a questão é exclusivamente de índole infraconstitucional, não cabendo ao Egrégio Supremo Tribunal Federal manifestar-se sobre a mesma. Nesse sentido os seguintes julgados do Pretório Excelso:

1. RECURSO. Extraordinário. Inadmissibilidade. Férias e licença-prêmio pagos em pecúnia. Imposto de renda. Não incidência. Matéria infraconstitucional. Agravo regimental não provido. Precedentes.

Não cabe RE que teria por objeto alegação de ofensa que, irradiando-se de má interpretação, aplicação, ou até, inobservância de legislação subalterna, seria apenas indireta à Constituição da República.”

(STF, AI 239378 AgR/MG, Primeira Turma, rel. Min. Cezar Peluso, DJ 05/03/2004, p. 16).

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO QUE DEFERIU PRETENSÃO DE DEVOLUÇÃO DE VALORES RETIDOS A TÍTULO DE IMPOSTO DE RENDA INCIDENTE SOBRE FÉRIAS E LICENÇA-PRÊMIO PAGOS EM PECÚNIA. ALEGAÇÃO DE AFRONTA AOS ARTS. 150, I; 153, III, e § 2º, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Questão insuscetível de ser apreciada senão por via da legislação infraconstitucional reguladora da matéria, procedimento inviável em sede de recurso extraordinário, onde não tem guarida alegação de afronta reflexa e indireta à Constituição Federal. Inexistência, ademais, de ofensa ao princípio relativo à competência tributária da União, em face da norma inserta no art. 157, I, da CF. Recurso extraordinário não conhecido.”

(STF, RE nº 229461/SP, Primeira Turma, rel. Min. Ilmar Galvão, DJ 16/04/99, p. 27).

15. Por essa razão, impõe-se reconhecer que todos os argumentos que poderiam ser levantados em defesa dos interesses da União vem sendo reiteradamente afastados pelas decisões do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, circunstância que conduz à conclusão acerca da impossibilidade de modificação do seu entendimento, sejam as pessoas físicas servidores públicos ou trabalhadores em geral.

16. Nesses termos, não há dúvida de que futuros recursos que versem sobre o mesmo tema, apenas sobrecarregarão o Poder Judiciário, sem nenhuma perspectiva de sucesso para a Fazenda Nacional. Portanto, continuar insistindo nessa tese significará apenas alocar os recursos colocados à disposição da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em causas nas quais, previsivelmente, não se terá êxito.

17. Cumpre, pois, perquirir se, em face do sobredito, e tendo por fundamento o disposto no art. 19, II, da Lei nº 10.522, de 19.07.2002, e no art. 5º do Decreto nº 2.346, de 10.10.97, é o caso de ser dispensada a interposição de recursos e a desistência dos já interpostos. Ora, os artigos citados têm o seguinte teor:

“Art. 19. Fica a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não interpor recurso ou a desistir do que tenha sido interposto, desde que inexistir outro fundamento relevante, na hipótese de a decisão versar sobre:

...

II - matérias que, em virtude de jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, ou do Superior Tribunal de Justiça, sejam objeto de ato declaratório do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado da Fazenda.”

“Art. 5º. Nas causas em que a representação da União competir à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional havendo manifestação jurisprudencial reiterada e uniforme e decisões definitivas do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, em suas respectivas áreas de competência, fica o Procurador-Geral da Fazenda Nacional autorizado a declarar, mediante parecer fundamentado, aprovado pelo Ministro de Estado da Fazenda, as matérias em relação às quais é de ser dispensada a apresentação de recursos.”

18. Decorre dos dispositivos legais acima reproduzidos que a possibilidade de ser dispensada a interposição de recurso ou a desistência do que tenha sido interposto, desde que inexistir outro fundamento relevante, pode ser exercida pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional, mediante ato declaratório, a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Fazenda, observados os seguintes requisitos:

a) a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional tenha competência para representar, judicialmente, a União, nas respectivas causas; e

b) haja decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, em suas respectivas áreas de competência.

19. Examinando-se a hipótese vertente, desde logo, conclui-se que: I) nas causas em que se discute a incidência do imposto de renda, como nas hipóteses objeto deste Parecer, a competência para representar a União é da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, já que se trata de matéria fiscal; e II) os acórdãos, citados exemplificativamente ao longo deste Parecer, manifestam a reiterada Jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os valores recebidos a título de férias e licença-prêmio, não gozados por necessidade do serviço, sejam por servidores públicos, hipótese em que já existe Parecer desta Coordenação-Geral, Ato Declaratório do Senhor Procurador-Geral da Fazenda Nacional e Despacho do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, sejam por trabalhadores em geral.

20. Destarte, há base legal para a edição de ato declaratório do Senhor Procurador-Geral da Fazenda Nacional, a ser aprovado pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, que dispense a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional da interposição de recursos e a desistência dos já interpostos, acerca da matéria ora abordada.

21. Por fim, duas questões merecem ser ressaltadas. A primeira de que o presente Parecer não implica, em hipótese nenhuma, no reconhecimento da correção da tese adotada pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça. O que se reconhece é a pacífica jurisprudência desse Tribunal Superior, a recomendar a não interposição de recursos e a desistência dos já interpostos, eis que os mesmos se

mostrarão inúteis e apenas sobrecarregarão o Poder Judiciário e a própria Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

22. A outra questão diz respeito à desnecessidade de se fazer referência no presente Parecer aos valores convertidos em pecúnia a título de abono-assiduidade e ausências permitidas ao trabalho para trato de interesse particular – APIP, eis que o PARECER PGFN/CRJ/Nº 1643/2003, que trata dos mesmos, não se restringe aos servidores públicos, abrangendo todos os trabalhadores em geral.

IV

23. Assim, presentes os pressupostos estabelecidos pelo art. 19, II, da Lei nº 10.522, de 19.07.2002, c/c o art. 5º do Decreto nº 2.346, de 10.10.97, recomenda-se sejam autorizadas pelo Senhor Procurador-Geral da Fazenda Nacional a não interposição de recursos e a desistência dos já interpostos, desde que inexistam outro fundamento relevante, nas ações judiciais que versem acerca da incidência do imposto de renda sobre as verbas recebidas a título de conversão em pecúnia de férias e licença-prêmio não gozadas por necessidade do serviço, por quaisquer trabalhadores, não só por servidores públicos.

É o parecer.

À consideração superior.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 12 de agosto de 2004.

FABRÍCIO DA SOLLER

Coordenador-Geral da Representação Judicial da
Fazenda Nacional

De acordo. Submeta-se à apreciação do Sr. Procurador-Geral da Fazenda Nacional

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 16 de novembro de 2004.

FRANCISCO TADEU BARBOSA DE ALENCAR

Procurador-Geral Adjunto da Fazenda Nacional

Aprovo.

Submeta-se à apreciação do Senhor Ministro de Estado da Fazenda para os fins da Lei nº 10.522, de 19.07.2002, e do Decreto nº 2.346, de 10.10.97. Após, publique-se. Com a publicação, dê-se ciência do presente Parecer ao Senhor Secretário da Receita Federal, para a finalidade prevista no § 4º do art. 19 da Lei nº 10.522, de 19.07.2002.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 29 de novembro de 2004.

MANOEL FELIPE RÊGO BRANDÃO

Procurador-Geral da Fazenda Nacional



Assunto : Tributário. Não incidência de imposto de renda sobre as verbas recebidas por trabalhadores em geral a título de férias e licença-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Extensão a estes do mesmo tratamento dispensado aos recursos judiciais atinentes aos servidores públicos. Jurisprudência pacífica do Egrégio Superior Tribunal de Justiça. Aplicação da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não interpor recursos e a desistir dos já interpostos.

Despacho : Aprovo o Parecer/PGFN/CRJ nº 1905/2004, de 29 de novembro de 2004, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que concluiu pela dispensa de interposição de recursos ou o requerimento de desistência dos já interpostos, desde que inexistia outro fundamento relevante, com relação às decisões que afastaram a incidência do imposto de renda das pessoas físicas sobre as verbas recebidas em face da conversão em pecunia de licença-prêmio e férias não gozadas por necessidade do serviço, na hipótese do empregado não ser servidor público.

Publique-se juntamente com o parecer.

Recambie-se à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Brasília, 14 de fevereiro de 2005.

BERNARD APPY
Ministro de Estado da Fazenda
Interino

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

PORTARIA Nº 5, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2005

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso da delegação de competência conferida pela Portaria nº 399, de 03 de fevereiro de 2005, e tendo em vista o disposto no inciso II, do art. 64, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, resolve:

Art. 1º - Promover, na forma do anexo da presente Portaria, a modificação da modalidade de aplicação da dotação orçamentária da Unidade 26254 - Faculdade de Medicina de Triângulo Mineiro, constante da Lei nº 11.188, de 26 de janeiro de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A alteração da modalidade de aplicação visa promover ajuste orçamentário no Programa "Universidade do Século XXI", proporcionando uma melhor adaptação dos recursos a serem executados por esta unidade no Ação "Modernização e Recuperação de Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino no Estado de Minas Gerais".

ANEXO

R\$ 1,00

26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

26254 - FACULDADE DE MEDICINA DE TRIÂNGULO MINEIRO

PROGRAMA DE TRABALHO

	ESF	ID	USO	FONTE	INVESTIMENTOS	MODALIDADE	
						SITUAÇÃO ANTERIOR	SITUAÇÃO ATUAL
1873 - UNIVERSIDADE DO SÉCULO XXI -							
12.364.007.6373 - MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR e dos HOSPITAIS DE ENSINO	F	0		281	90.800		
12.364.1873.6373.0031 - NO ESTADO DE MINAS GERAIS - MG		0		281	90.800	30	90

PAULO EDUARDO NUNES DE MOURA ROCHA

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em 28 de janeiro de 2005

PROCESSO Nº 10951.000868/2005-50

INTERESSADO: REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ASSUNTO: Operação de crédito externa, mediante lançamento de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, no mercado internacional de capitais, no valor de até US\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América) de principal, com o agenciamento fiscal do JP Morgan Chase e todo o custo de emissão da operação, as instituições Deutsche Bank e UBS, visando à obtenção do pagamento da Dívida Pública Federal (DPF), de responsabilidade do Tesouro Nacional, no âmbito do Programa de Crédito e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior.

DESPACHO: Considerando os processos da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com fundamento nas disposições do Decreto-Lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, e da Resolução nº 96, de 15 de dezembro de 1989, do Senado Federal, consolidada e republicada em 23 de fevereiro de 1999, e considerando, ainda, a possibilidade prevista na Resolução nº 20, de 16 de novembro de 2004, da Comissão de Legislação, estatui a concessão, observadas as formalidades de praxe.

BERNARD APPEY
InterventePROCURADORIA-GERAL DA
FAZENDA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO Nº 1, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2005 (*)

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso da competência que lhe foi conferida nos termos do inciso II do art. 19, da Lei nº 10.322, de 19 de julho de 2002, e do art. 9º do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, tendo em vista a aprovação do Parecer PGMNCRJ/Nº 1905/2004, desta Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, conforme despacho publicado no DOU de 18/02/2005, declara que fica autorizada a despesa de interposição de recursos e a despesa das 16 interpostas, desde que observados os fundamentos relevantes:

"Com relação às despesas que afetaram a incidência do imposto de renda das pessoas físicas sobre os valores recebidos em face do conversão em pontos de troca-ponto e foram não grandes por magnitude do serviço, na hipótese de conversão não ter servido público".

JURISPRUDÊNCIA Súmulas 125 e 136 do STJ; STJ; AGRESP Nº 611984/RJ (DJ 31/05/2004); RESP Nº 296597/SP (DJ 02/09/2003); AGA Nº 468483/MG (DJ 29/09/2003); RESP Nº 476178/RJ (DJ 09/06/2003); RESP Nº 286750/SP (DJ 26/03/2003); STJ: AI 239378 (DJ 05/03/2004) e RE Nº 229461/SP (DJ 16/04/99).

MANOEL FELIPE RÊGO BRANDÃO

(*) Republicado por ter sido, no D.O.U. de 22-2-2005, Seção 1, pág. 9, com incorreção no original.

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM
SÃO PAULO

PORTARIA Nº 4, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2005

A PROCURADORA-CHEFE DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I, letra "a" e "c" do art. 52 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovada pela Portaria nº 138, de 1º de julho de 1997, do Ministro de Estado da Fazenda, e tendo em vista os arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 206, de 25 de fevereiro de 1967, e o Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, e considerando a concessão de crédito supratanto nos autos do Agravo do Instrumento nº 2004.83.08.073160-5, instaurado pela União Federal, face à limitação deferida no Mandado de Segurança nº 2004.61.00.830539-5, em trâmite perante o 3º Vara Cível Federal de São Paulo/SP, resolve:

Art. 1º Revogar a Cartilha Quanto à Dívida Ativa da União, Paulista com Emissão de Negativa, emitida sob o código de controle nº 8519.2789.003.33ef, em favor do ITAU CORRETORA DE VALORES S/A, CNPJ nº 61.194.353/000164, datada de 24 de novembro de 2005.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALICE VITÓRIA FAZENDINO DE OLIVEIRA LEME

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS

1ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM GOIÂNIA

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 62, de 11 de novembro de 2004, publicado no DOU de 18 de novembro de 2004, Seção 1, página 22.

Onde se lê: "CNPJ 00.362.977/0001-47"

Leia-se: "CNPJ 00.362.977/0001-47".

2ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25,
DE 23 DE FEVEREIRO DE 2005

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL NA 2ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 226 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 259, de 24 de agosto de 2001, pela Portaria SRF nº 1.743, de 12 de agosto de 1998, considerando o disposto na Lei nº 8.630, de 1996, no Decreto nº 4.543, de 2002, e na IN SRF nº 37, de 24 de junho de 1996, e tendo em vista o que consta do processo MF nº 30209.000352/2004-87, decide:

Art. 1º - Alimodagrad, a título extraordinário e em caráter precário, e exclusivamente para despacho de exportação de granada líquida, a instalação portuária fluvial de uso privativo, localizada a Rodovia Anhanguera nº 5553, bairro do Tupã, em Belém, Estado do Pará.

Art. 2º - A referida instalação portuária ficará sob a jurisdição da Alfândega do Porto de Belém/PA, que exercerá as funções operacionais que se fizerem necessárias no controle fiscal.

Art. 3º - A instalação portuária ora alimodagrad é administrada pela empresa Cotimodil R/Basilha da Anacardina, CNPJ/MF nº 83.663.484/0001-86, que exercerá a condição de fiel depositário das mercadorias sob sua guarda.

Art. 4º - É atribuído ao recinto o código nº 2.91.39.01.5.

Art. 5º - Compreende a autorização recuar, o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAP, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1973, alterado pelo Decreto-Lei nº 4.543, de 26 de dezembro de 2002 (Regulamentação Administrativa), adotando-se para esta fim a nomenclatura instituída pela Instrução Normativa nº 96, de 23 de agosto de 1998.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 2, de 23 de fevereiro de 2005, publicado no Diário Oficial da União no dia 24 de fevereiro de 2005, página 8, seção 1.

Onde se lê: Ato Declaratório Executivo nº 2
Leia-se: Ato Declaratório Executivo nº 24

3ª REGIÃO FISCAL

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 2, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2005

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias
EMENTA: Código TBC Mercadoria 3926.90.90 Artigo de plástico (exceto tiras-bundares-convulsos) em formato trapezoidal, denominado "chavete puncho", munido de um relógio digital em uma das extremidades e de uma bráquia em outra. Dimensões: 103 x 43,5 x 56,32 mm, peso líquido: 20 g.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RCI 1 (nº 10 de 1 de outubro de 1996) e RCI 1 (nº 10 de 1 de outubro de 1996), 5-1º, 6 (nº 10 de 1 de outubro de 1996) e RCI-1 (nº 10 de 1 de outubro de 1996), de TBC aprovada pelo Decreto nº 2.176, de 12 de novembro de 1997, com as alterações publicadas por meio da Resolução Camex nº 42, de 26 de dezembro de 2001, e suas modificações posteriores e com sujeitos nas Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (NESH), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992.

SANDRA MARIA SOARES PONTES
Superintendente
Substituto

4ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL NO
PORTO DE SUAPE

PORTARIA Nº 9, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2005

O INSPECTOR DA ALFÂNDEGA DO PORTO DE SUAPE, no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 227 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 259, de 24 de agosto de 2001, e nos termos da PORTARIA SRF 601/2001 e das disposições do art. 56, do Decreto-Lei 3766, com as alterações de Lei 10.833/2003, §§ 77, e artigos 25 e 26 do IN-SRF-2005/2002.

000034

PARECER
PGFN/CRJ/Nº 1458/1999

TRIBUTÁRIO. LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA POR NECESSIDADE DO SERVIÇO. PAGAMENTO DE NATUREZA INDENIZATÓRIA. NÃO INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA.

O pagamento decorrente de licença-prêmio não gozada por absoluta necessidade do serviço, pelo funcionário público, não está sujeito à incidência do imposto sobre a renda, uma vez que tem caráter indenizatório, não se constituindo, assim, em acréscimo patrimonial.

Decisões do Egrégio Superior Tribunal de Justiça: EREsp. n.º 39.872-0-SP, DJ de 20.6.94, Primeira Seção; REsp. n.º 32.829-0-SP, DJ de 20.6.95; e REsp. n.º 39.726-0-SP, DJ de 21.11.94, Segunda Turma.

Tema Sumulado. Súmula 136: *"O pagamento de licença prêmio não gozada por necessidade do serviço não está sujeito ao imposto de renda."* DJ de 16.5.95

- Aplicação da Medida Provisória nº 1.863-53, de 24.9.99, e do Decreto nº 2.346, de 10.10.97. Procurador-Geral da Fazenda Nacional autorizado a determinar a dispensa de apresentação de recursos ou o requerimento de desistência dos já interpostos.

I

O escopo do presente parecer é analisar a possibilidade de se promover, com base na Medida Provisória nº 1.863-53, de 24 de setembro de 1999, e no Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, a dispensa de recursos ou o requerimento de desistência dos já interpostos, em causas que cuidem da cobrança, pela União, do imposto de renda sobre o pagamento decorrente de licença-prêmio não gozada por absoluta necessidade do serviço, pelo funcionário público. Este estudo é feito em razão das decisões da Primeira Seção e da Segunda Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, transitadas em julgado, as quais fundamentam a Súmula 136 daquele Tribunal (*"O pagamento de licença-prêmio não gozada por necessidade do serviço não está sujeito à incidência do Imposto de Renda"*), publicada no DJ de 16.5.95, contrárias ao entendimento esposado pela Fazenda Nacional, no julgamento de vários recursos especiais.

II

2. Várias ações foram propostas por contribuintes (funcionários públicos) contra a Fazenda Nacional, objetivando a não cobrança do imposto de renda sobre o pagamento decorrente de licença-prêmio não gozada por absoluta necessidade do serviço, por entenderem que essa verba tem caráter indenizatório, não se constituindo, assim, em acréscimo patrimonial, como defendia o Fisco.

3. A matéria foi examinada pela Primeira Seção, tendo em vista a divergência entre a Primeira e a Segunda Turmas do Colendo Superior Tribunal de Justiça, em grau de Embargos de Divergência em Recurso Especial. Para melhor assimilação da matéria, transcrevem-se a Súmula pertinente e as ementas do acórdãos que a fundamentaram, *verbis*:

SÚMULA 136 DO STJ: "O pagamento de licença-prêmio não gozada por necessidade do serviço não está sujeito ao imposto de renda. " DJ de 16.5.95.

“EMENTA: - Tributário - Imposto de Renda - Indeferimento de licença-prêmio não gozada por interesse público - Pagamento indenizatório correspondente

1. A indenização por licença-prêmio não gozada, indeferida por submissão ao interesse público, o correspondente pagamento indenizatório não significa acréscimos patrimoniais ou riqueza nova disponível, mas simples transformação, compensando dano sofrido. O patrimônio da pessoa não aumenta de valor, mas simplesmente é reposto no estado anterior ao advento do gravame a direito adquirido.

2. A doutrina e a jurisprudência, nesse contexto, assentaram que as importâncias recebidas a título de indenização como ocorrente, não constituem renda tributável pelo Imposto de Renda.

3. Embargos rejeitados." (ERESP nº 32.829-0/SP, Relator Exmº Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, DJ de 20.2.95).

“EMENTA: - RECURSO ESPECIAL. LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA POR NECESSIDADE DO SERVIÇO. PAGAMENTO DE NATUREZA INDENIZATÓRIA. NÃO INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA.

O pagamento da licença-prêmio, como das férias, não gozadas por necessidade do serviço, pela sua natureza indenizatória, não está sujeito à incidência do imposto de renda ." (REsp nº 39.872/SP, Relator Exmº Ministro HÉLIO MOSIMANN, DJ de 20.6.94).

“EMENTA: - TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. LICENÇA-PRÊMIO INDENIZADA.

I - Não incide o imposto de renda sobre o pagamento de licença-prêmio não gozada por necessidade de serviço, em razão do seu caráter indenizatório.

II - Recurso especial não conhecido." (REsp. nº 39.726-0/SP, Relator Exmº Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, DJ de 21.11.94).

4. As razões pelas quais a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça deixou de acatar a posição sustentada pela Fazenda Nacional encontram-se explicitadas no Relatório e no Voto prolatado pelo Exmº Ministro MILTON PEREIRA, que se colacionam, com o objetivo de esclarecer o tema vertente, *ipsis litteris*:

"Relatório

O Senhor Ministro Milton Luiz Pereira (Relator): - No julgamento do Recurso Especial nº 32.829-0/SP, relatado pelo eminente Ministro Hélio Mosimann, a e. Segunda Turma prolatou o v. acórdão espelhado na seguinte ementa:

"Recurso Especial. Licença-Prêmio não gozada por necessidade do serviço. Pagamento de natureza indenizatória. Não incidência do Imposto de Renda.

O pagamento de licença-prêmio, como das férias, não gozadas por

necessidade do serviço, pela sua natureza indenizatória, não está sujeito à incidência do imposto de renda." (fls. 230).

Inconformado, o Estado de São Paulo opôs Embargos de divergência, alegando que o v. aresto hostilizado se antagoniza com julgado da e. Primeira Turma, sendo apontado como paradigma o REsp. nº 39.627-1/SP, relatado pelo eminente Ministro Cesar Asfor Rocha, cuja ementa se transcreve:

"Tributário. Imposto de Renda. Indenização pecuniária referente à licença-prêmio não gozada por necessidade do serviço. Incidência.

Incide imposto sobre a renda auferida de indenização pecuniária relativa a período de licença-prêmio não gozada por necessidade do serviço. Incidência.

Recurso provido" (fls. 239).

Admiti os Embargos, proferindo decisão que se encerra nos seguintes termos:

"Andante, dispensando-se cotejo laborioso, por simples análise, sobressai que as Turmas divergiram na interpretação da mesma questão jurídica.

Mais não é preciso para serem admitidos os embargos (art. 266, RISTJ).

II - Admitidos, intime-se a parte embargada para impugnar no prazo legal. Vencido o prazo, com ou sem impugnação, independentemente de nova determinação, abra-se vista ao Ministério Público Federal." (fls. 249).

O prazo para impugnação decorreu sem manifestação da parte embargada.

O ilustre Subprocurador-Geral da República, Dr. José Arnaldo da Fonseca, assim fundamentou e concluiu o pronunciamento do douto Ministério Público Federal, *verbis*:

"Ainda que pertinente a argumentação demonstrativa entre o acórdão e o paradigma, dando ensejo à admissão dos embargos (fls. 249), com a devida vênia os mesmos não devem ser providos, pois melhor sorte não assiste ao embargante.

Acontece que o recurso ora embargado não foi conhecido: "A Turma, por unanimidade, não conheceu do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro-Relator" (fls. 229), e sendo assim:

"Não cabem embargos de divergência contra decisão de relator que nega seguimento a recurso especial" (STJ – 2ª Seção, REsp 3.815-SP-ED - AgRg. rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 27.2.91, Theotônio Negrão, nota 2 ao art. 266, Código de Processo Civil).

Do exposto, pelo improvimento dos presentes embargos (fls. 253/254).
É o relatório."

"Voto

O Senhor Ministro Milton Luiz Pereira (Relator): Como relatado, no amanho de questão jurídica afivelada à tributação e indenização de férias não gozadas por necessidade do serviço, o dissenso motivador dos presentes embargos entremostrou-se nos julgados enunciados, respectivamente, assim ementados:

"Recurso Especial. Licença-prêmio não gozada por necessidade do serviço. Pagamento de natureza indenizatória. Não incidência do imposto de renda.

O pagamento da licença-prêmio, como das férias, não gozadas por necessidade do serviço, pela sua natureza indenizatória, não está sujeito à incidência do imposto de renda." (Segunda Turma).

- "Tributário. Imposto de Renda. Indenização pecuniária referente à licença-prêmio não gozada por necessidade do serviço. Incidência.

Incide imposto sobre a renda auferida de indenização pecuniária relativa a período de licença-prêmio não gozada em face da necessidade do serviço.

Recurso provido." (Primeira Turma)

Sem a possibilidade de enleios, a divergência é manifesta, em favor da autoridade de compreensão harmonizada, clamando por uma composição diluidora do desentendimento fincado nas motivações dos julgados confrontados.

Com esse pressuroso fito, para alvorejar a solução, inicialmente compendio os fundamentos do v. acórdão erguido como paradigma (Primeira Turma), relatado pelo eminente Ministro Cesar Asfor Rocha, com a sua peculiar clareza, depois de comentar a respeito dos princípios gerais e do fato gerador do imposto de renda (art. 153, § 2º, I e III, C.F.), art. 43, I e II, CTN, rememorando eméritas lições doutrinárias, averbou:

Omissis

" É certo, conforme observei acima, que nem toda aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica é tributável. Assim, estão fora do foco de incidência do tributo em análise várias indenizações. Todavia, há de ser ressaltado que isso decorre de isenção explicitamente concedida pela lei, de que são exemplos as tratadas pela Lei nº 7.713/88.

Chego até a admitir que seria de justiça isentar-se do pagamento do imposto sobre a renda a indenização pecuniária paga a funcionário relativa a licença-prêmio ou férias indeferidas por necessidade do serviço, vez que tal verba não se consubstancia em rendimento do trabalho, não se confundindo com o produto do trabalho do recorrido, mas de mera indenização que visa, de maneira razoável, a recompor o patrimônio do interessado para, na medida do possível, torná-la indene, íntegro, após a consumação da lesão, conforme anotado no r. acórdão hostilizado.

Todavia, tal isenção estaria a depender de *lege ferenda*. Enquanto não houver diploma legal nesse sentido, é incidente o imposto na espécie.

Merecem destaque, por derradeiro, as judiciosas considerações do eminente Desembargador Silva Ferreira, no voto (vencido) proferido quando do julgamento da apelação no Tribunal *a quo, verbis*:

"Entendo devido o imposto de renda na transformação de licença-prêmio, ou férias, em dinheiro, visto que, inegavelmente, há aumento patrimonial para o beneficiado. Antes receberia, no ano, somente 13 salários compreendido o 13º. Agora, com o recebimento dos três meses de licença-prêmio, passará a receber em pecúnia, portanto, com aumento de seu patrimônio monetário, possível de transformação em bens de consumo, duráveis ou não, ou mesmo de lazer, de mais três meses, fixando excepcionalmente naquele ano com 16 salários.

Com estes três salários poderá quitar dívidas, viajar, adquirir bens, o que não poderia com seus salários normais. Logo, aumentou sua renda e deve pagar a imposto devido, conforme o Código Tributário Nacional.

Dizem que nada deve por ser indenização, por não poderem gozar de licença prêmio no tempo devido. Sabe-se, porém, com segurança, que se pedissem a mesma, ser-lhe-ia, concedida, sendo que o pedido já é feito, normalmente, com o sentido da denegação. Tanto assim que, quase que diariamente, o Diário Oficial está a publicar concessão de licença-prêmio referente aos anos de 1978/88, cujo pagamento não se fez, a Desembargadores e Juízes, sem qualquer problema operacional.

Finalmente, observe-se que, com aplicação do Estatuto dos Funcionários Públicos, que é aplicado supletivamente, por exemplo para abono de faltas, poderia, perfeitamente, o Apelante usar tal licença para se aposentar mais cedo, permanece ou seja, se retirar do serviço três meses antes de completar seu tempo, sem prejuízo de seus vencimentos, sendo obrigatório o uso do tempo, ou em outras palavras, computar tal período, indiretamente, para completar o tempo de aposentadoria.

Assim não se vê como considerar o pagamento de licença-prêmio não gozada como indenização, de algo que não houve, de prejuízo que não existiu, visto que não usados os meios normais para conseguir seu uso, na forma da lei. Além disto não está revogada a lei que permite pagamento de metade dela, por exclusiva deliberação do beneficiado, sem se falar em rejeição ou negativa da fruição (fls . 196/197) . " - fls. 243 e 244 -.

À sua vez, a fundamentação lineada pelo exímio Ministro Hélio Mosimann, relatando o v. aresto colocado frente ao paradigma, destacando o magistério do ilustre Roque Antônio Carraza, alinhou:

"A quantia recebida pelo servidor público, a título de ressarcimento, pelas férias e licenças-prêmio vencidas e não gozadas, por absoluta necessidade de serviço, é simples indenização. É medida reparatória que recompõe seu patrimônio, mas que absolutamente não lhe cria, sob o aspecto jurídico, riquezas novas, é dizer, rendimentos ou ganhos de capital (proventos).

Temos por indisputável, pois, que o pagamento, em dinheiro, das férias e licenças-prêmio não gozadas, por necessidade de serviço, tem caráter indenizatório. E repisamos indenizações não podem ser objeto de tributação, por via de IR". (Novas Considerações Sobre a Intributabilidade, por Via de Imposto Sobre a Renda) fls. 227 e 228 -.

Nesse cenáculo, bem se percebe árdego debate, sem dúvidas, vigiados por argumentos armados com inteligência e erudição, denotando que não atraem a trégua de fácil conciliação.

Mesmo assim, como obrigatório figurante no embate, fazendo reflexões, já na Primeira Turma, embora vencido, convenci-me de que o pagamento de licença-prêmio não gozada, a tempo e modo requerida, indeferida por submissão ao interesse público, tecnicamente, não constitui acréscimo patrimonial a transformação daquela em pecúnia. Deveras, emoldurou-se direito afeiçoado à indenização paga ao servidor público para compensá-lo pelo trabalho desempenhado sem a contemporânea usufruição de benefício assegurado pela lei.

Essa vertente, irradiando que a licença-prêmio, sob a auréola de indenização, não constitui salário ou vencimento, tem precioso apoio do pranteado, ORLANDO GOMES, a dizer: "qualquer remuneração paga ao empregado sem trabalho não é tecnicamente salário" (o salário no Direito Brasileiro - p. 353 - ed. 1957) - Em assim afirmado, calham à fivelada estas anotações:

"... no mesmo campo do salário e da indenização, se aquele é típico e específico do contrato-de-emprego e, portanto, de Direito do Trabalho, esta, da indenização, tem conteúdo conceitual, também típico e específico, no Direito Comum. E o preceito legal está expresso no art. 1.534, do C. Civil, assim enunciado: "Se o devedor não puder cumprir a prestação na espécie ajustada, substituir-se-á pelo seu valor, em moeda corrente, no lugar onde se execute a obrigação". Contudo, o princípio mesmo da indenização está consagrado no art. 1.056, do C. Civil, a saber: "Não cumprindo a obrigação ou deixando de cumpri-la pelo modo e no tempo devido, responde o devedor por perdas e danos". Os dois preceitos legais invocados, dão-nos, de maneira irretorquível, as medidas certas e adequadas para conceituação de indenização do Direito Comum, e que deve ser aplicada ao Direito do Trabalho, como ramo da mesma Ciência Jurídica".

Serão tais verbas indenizatórias entendidas como "rendimentos de trabalho assalariado", para os efeitos da incidência do imposto de renda, na fonte?

Segundo a Coordenadoria do Sistema de Tributação, sim.

Deixando de lado o aspecto abrangente dado pela aludida Coordenadoria, sempre no sentido de arrecadar cada vez mais, há que se ater ao princípio maior que regula a tributação sobre rendimentos do trabalho, no sentido de que as indenizações trabalhistas estão isentas sem restrições, a não ser que houvesse lei declarando o contrário, não sendo lícito ao intérprete distinguir se o texto legal não distinguiu. O que há são Pareceres Normativos e Acórdãos isolados, quase todos, na esfera administrativa..." (IRANY FERRARI - "Férias Indenizadas - Tempo de Serviço - Incidência de IAPAS, Imp. Renda e FGTS" - *in* Rev. LTr - vol. 46, nº 1 - 1982 - págs. 49 a 51).

Some-se:

Omissis

"... que significa a expressão "renda e proventos de qualquer natureza"? ou, por outro giro verbal: será que qualquer importância recebida, seja a que título for, pode ser alcançada pelo IR? Entendemos que não.

Obviamente, o art. 21, IV, da Lei Maior, não deu ao legislador ordinário da União liberdade para tributar o que lhe aprouver. Pelo contrário, conferiu-lhe apenas o direito de tributar a renda e os proventos de qualquer natureza.

Melhor esclarecendo, o IR só pode alcançar a aquisição de disponibilidade de riqueza nova, vale dizer, o acréscimo patrimonial, experimentado durante certo período.

Logo, não é qualquer entrada de dinheiro nos cofres de uma pessoa (física ou jurídica) que pode ser alcançada pelo IR, mas, tão somente, os 'acréscimos patrimoniais', isto é, "a aquisição de disponibilidade de riqueza nova", como averba, com precisão, Rubens Gomes de Sousa. Tudo que não tipificar ganhos durante um período, mas simples transformações de riqueza, não se enquadra na área traçada pelo art. 21, IV, da CF.

É o caso das indenizações. Nelas, não há geração de rendas ou acréscimos patrimoniais (proventos) de qualquer espécie. Não há riquezas novas disponíveis, mas reparações, em pecúnia, por perdas de direitos.

Na indenização, como todos aceitam, há compensação, em pecúnia, por dano sofrido. Em outros termos, o direito ferido é transformado numa quantia de dinheiro. O patrimônio da pessoa lesada não aumenta de valor, mas simplesmente é repostado no estado em que se encontrava antes do advento do gravame (*status quo ante*).

Em apertada síntese, na indenização inexistente riqueza nova. E, sem riqueza nova, não pode haver incidência do IR ou de qualquer outro imposto da competência residual da União (neste caso, por ausência de indício de capacidade contributiva).

Assim, conquanto reinem dúvidas sobre o significado, o conteúdo e o alcance da expressão "renda e proventos de qualquer natureza", a doutrina e a jurisprudência de há muito vêm entendendo que ela não compreende as importâncias percebidas a título de indenização. A respeito, já se pacificaram as inteligências, motivo pelo qual julgamos dispensável ampliar estas considerações.

Enfim, as indenizações não são - e nem pode vir a ser tributáveis por meio de IR... (ROQUE ANTÔNIO CARRAZA - "Intributabilidade Por Via de Imposto Sobre a Renda - Férias e Licenças - Prêmio Em Pecúnia" Rev. Dtº. Tributário - vol. 39, págs. 165 e 166-).

- "A quantia recebida pelo servidor público, a título de ressarcimento, pelas férias e licenças-prêmio vencidas e não gozadas, por absoluta necessidade de serviço, é simples indenização. É medida reparatória que recompõe seu patrimônio, mas que absolutamente não lhe cria, sob o aspecto jurídico, riquezas novas, é dizer, rendimentos ou ganhos de capital (proventos).

Temos por indisputável, pois, que o pagamento, em dinheiro, das férias e licenças-prêmio não gozadas, por necessidade de serviço, têm caráter indenizatório. E repisamos - indenizações não podem ser objeto de tributação, por via de IR...". (Roque Antônio Carraza "Novas Considerações Sobre a Intributabilidade, Por via de Imposto Sobre a Renda, Das Férias E Licenças Prêmio Recebidas Em Pecúnia" - in Rev. de Dtº Tributário - nº 52 - p. 181 - gf.-).

Conforme, pois, essas eméritas considerações, quanto à licença prêmio, indeferido a seu aproveitamento por necessidade do serviço, as verbas percebidas têm a natureza jurídica de indenização. Ilógico seria interpretação diversa, inclusive porque, além do sacrifício à saúde, impedido o gozo do descanso, seria duplo apenamento com a incidência do imposto de renda sobre a compensação monetária.

Enfim, exprimindo o pagamento da licença prêmio não gozada por necessidade de serviço a reparação pecuniária, tem a natureza de indenização e seria injusto, com a anulação parcial dos seus efeitos, ser diminuída no seu valor pela incidência do imposto de renda. A rigor, seria modificar o conceito da reparação sofrida pelo servidor, decorrente de lesão ao seu direito constitucional de férias anuais remuneradas (arts. 7º, XVIII, e 39, § 2º, C.F.).

Abordadas essas razões, edificado o convencimento, voto rejeitando os embargos, fortificando o entendimento radicado pelo julgado constituído no v. acórdão originário da egrégia Segunda Turma. É o Voto."

III

5. Dimana da leitura das decisões transcritas a firme posição do Superior Tribunal de Justiça contrária ao entendimento da Fazenda Nacional. Impõe-se, outrossim, reconhecer que todos os argumentos que poderiam ser levantados em defesa dos interesses da União foram afastados pela decisão trânsita em julgado da Primeira Seção daquela Corte Superior. Por tudo isso, inevitável constatar a impossibilidade das Turmas de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça virem a modificar sua decisão.

6. Também, por ausência de matéria constitucional, não se viabilizará qualquer reexame perante o egrégio Supremo Tribunal Federal.

7. Nesses termos, não há dúvida de que futuros recursos nesta e em outras ações, que versem sobre o mesmo tema, apenas sobrecarregarão o Poder Judiciário, sem nenhuma perspectiva de sucesso para a Fazenda Nacional. Portanto, continuar insistindo nessa tese significará apenas alocar os parcos recursos colocados à disposição da Procuradoria da Fazenda Nacional, em causas nas quais, previsivelmente, não se terá êxito.

8. Cumpre, pois, perquirir se, em face do sobredito, e tendo por fundamento o disposto no art. 19, II, da Medida Provisória nº 1.863-53, de 24 de setembro de 1999, e no art. 5º do Decreto nº 2.346, de 10.10.97, é possível e recomendável ser dispensada a interposição de recursos e a desistência dos já interpostos. Ora, os artigos citados têm o seguinte teor:

"Art. 19. Fica a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional **autorizada a não interpor recurso ou a desistir do que tenha sido interposto**, desde que inexistir outro fundamento relevante, na hipótese de a decisão versar sobre:

...

II - matérias que, em virtude de jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, ou do Superior Tribunal de Justiça, sejam objeto de ato declaratório do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado da Fazenda."

"Art. 5º. Nas causas em que a representação da União competir à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional havendo manifestação jurisprudencial reiterada e uniforme e decisões definitivas do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, em suas respectivas áreas de competência, fica o Procurador-Geral da Fazenda Nacional autorizado a declarar, mediante parecer fundamentado, aprovado pelo Ministro de Estado da Fazenda, as matérias em relação às quais é de ser dispensada a apresentação de recursos."

9. Decorre dos dispositivos legais acima reproduzidos que a possibilidade de ser dispensada a interposição de recurso ou a desistência do que tenha sido interposto, desde que inexistir outro fundamento relevante, pode ser exercida pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional, mediante Parecer aprovado pelo Ministro de Estado da Fazenda, observados os seguintes requisitos:

a) a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional tenha competência para representar, judicialmente, a União, nas respectivas causas; e

b) haja decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, em suas respectivas áreas de competência.

10. Examinando-se a hipótese vertente, desde logo, conclui-se que: I) nas causas em que se discute a cobrança, pela União, do imposto de renda sobre o pagamento (*"in pecunia"*) de licença-prêmio não gozada — por necessidade do serviço —, pelo funcionário público, a competência para representar a União é da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, já que se trata de matéria fiscal; e II) as decisões retromencionadas foram proferidas pelas Primeira Seção e Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça. Ademais, registre-se que a presente matéria encontra-se sumulada (*"Súmula 136. O pagamento de licença prêmio não gozada por necessidade do serviço não está sujeito à incidência do Imposto de Renda."*, publicada no DJ de 16.5.95). Destarte, há base legal para o Sr. Procurador-Geral da Fazenda Nacional, com o imprescindível *agreement* de S. Exa. o Ministro de Estado da Fazenda, dispensar a interposição de recursos ou a desistência dos já interpostos, na situação *sub examine*.

IV

11. Assim, presentes os pressupostos estabelecidos pelo art. 19, II, da Medida Provisória nº 1.863-53, de 24.9.99, c/c o art. 5º do Decreto nº 2.346, de 10.10.97, recomenda-se sejam autorizadas pelo Sr. Procurador-Geral da Fazenda Nacional a dispensa e a desistência dos recursos cabíveis nas ações judiciais que versem exclusivamente a respeito da cobrança, pela União, do imposto de renda sobre o pagamento (*"in pecunia"*) de licença-prêmio não gozada — por necessidade do serviço — pelo servidor público, desde que inexistir qualquer outro fundamento relevante.

É o parecer.

À consideração do Sr. Coordenador-Geral.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 19 de outubro de 1999.

MARIA WALKIRIA RODRIGUES DE SOUSA

000039

Procuradora da Fazenda Nacional

De acordo. À superior consideração.

1999. PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 19 de outubro de

JOSÉ ARNALDO DA FONSECA FILHO
Coordenador-Geral da Representação Judicial
da Fazenda Nacional

Aprovo. Encaminhe-se ao Exmo. Senhor Ministro da Fazenda.

1999. PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 19 de outubro de

ALMIR MARTINS BASTOS
Procurador-Geral da Fazenda Nacional



ATO DECLARATÓRIO Nº 4, DE 12 DE AGOSTO DE 2002

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso da competência legal que lhe foi conferida, nos termos do inciso II do art. 19, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e do art. 5º do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, tendo em vista a aprovação do parecer PGNFNCRJNº 161/99, desta Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, conforme despacho publicado no DOU de 07/12/99, Seção I, p. 14, declara que fica autorizada a dispensa de interposição de recursos e a desistência dos já interpostos, nas ações que cuidam, no mérito, exclusivamente, acerca da:

anulação, na execução fiscal, do nomeado destinado ao cargo de despesa com interrupção dos oficiais de justiça necessários para a prática de atos de caráter, pela Fazenda Pública, desde que exista qualquer outro fundamento relevante".

JURISPRUDÊNCIA: Superior Tribunal de Justiça - Emissão da Súmula nº 190

ALMIR MARTINS BASTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 7, DE 12 DE AGOSTO DE 2002

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso da competência legal que lhe foi conferida, nos termos do inciso II do art. 19, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e do art. 5º do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, tendo em vista a aprovação do parecer PGNFNCRJNº 168/99, desta Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, conforme despacho publicado no DOU de 11/01/00, Seção I, p. 12, declara que fica autorizada a dispensa de interposição de recursos e a desistência dos já interpostos, nas ações que cuidam, no mérito, exclusivamente, acerca da:

"cobrança de PIS-PASEP de fatos geradores ocorridos antes de 1º de março de 1996, desde que exista qualquer outro fundamento relevante".

JURISPRUDÊNCIA: Superior Tribunal de Justiça - RE nº 232.816-4/PA (Tribunal Pleno)

ALMIR MARTINS BASTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 8, DE 12 DE AGOSTO DE 2002

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso da competência legal que lhe foi conferida, nos termos do inciso II do art. 19, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e do art. 5º do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, tendo em vista a aprovação do parecer PGNFNCRJNº 145/99, desta Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, conforme despacho publicado no DOU de 31/03/00, Seção I, p. 17, declara que fica autorizada a dispensa de interposição de recursos e a desistência dos já interpostos, nas ações que cuidam, no mérito, exclusivamente, acerca da:

"cobrança, pela União, do imposto de renda sobre o pagamento (in pecunia) de licença-prêmio não gozada - por necessidade do serviço - por servidor público, desde que exista qualquer outro fundamento relevante".

JURISPRUDÊNCIA: Superior Tribunal de Justiça - EREsp nº 39.872-0/SP (Primeira Seção) - Emissão da Súmula nº 136.

ALMIR MARTINS BASTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 9, DE 12 DE AGOSTO DE 2002

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso da competência legal que lhe foi conferida, nos termos do inciso II do art. 19, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e do art. 5º do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, tendo em vista a aprovação do parecer PGNFNCRJNº 637/2002, desta Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, conforme despacho publicado no DOU de 15/04/02, Seção I, p. 40, declara que fica autorizada a dispensa de interposição de recursos e a desistência dos já interpostos, nas ações que cuidam, no mérito, exclusivamente, acerca da:

"inconstitucionalidade da disposição inscrita no artigo 1º, inciso V, da Lei nº 8.033, de 12 de outubro de 1990, desde que exista qualquer outro fundamento relevante".

JURISPRUDÊNCIA: Superior Tribunal de Justiça - RE nº 232.467-5/SP (Tribunal Pleno)

ALMIR MARTINS BASTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 10, DE 12 DE AGOSTO DE 2002

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso da competência legal que lhe foi conferida, nos termos do inciso II do art. 19, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e do art. 5º do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, tendo em vista a aprovação do parecer PGNFNCRJNº 101/02, desta Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, conforme despacho publicado no DOU de 15/04/02, Seção I, p. 41, declara que fica autorizada a dispensa de interposição de recursos e a desistência dos já interpostos, nas ações que cuidam, no mérito, exclusivamente, acerca da:

"exatidão do IOF sobre os ativos financeiros das Municípios, desde que exista qualquer outro fundamento relevante".

JURISPRUDÊNCIA: Superior Tribunal de Justiça - RE nº 196.415-4/PR, RE nº 196.820/PR (Primeira e Segunda Turmas)

ALMIR MARTINS BASTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11, DE 12 DE AGOSTO DE 2002

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso da competência legal que lhe foi conferida, nos termos do inciso II do art. 19, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e do art. 5º do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, tendo em vista a aprovação do parecer PGNFNCRJNº 102/02, desta Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, conforme despacho publicado no DOU de 15/04/02, Seção I, p. 42, declara que fica autorizada a dispensa de interposição de recursos e a desistência dos já interpostos, nas ações que cuidam, no mérito, exclusivamente, acerca da:

"condenação do União em honorários advocatícios, pela desistência de Execução Fiscal após o oferecimento de Embargos pelo contribuinte, desde que exista qualquer outro fundamento relevante".

JURISPRUDÊNCIA: Superior Tribunal de Justiça - Emissão da Súmula nº 153

ALMIR MARTINS BASTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 12, DE 12 DE AGOSTO DE 2002

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso da competência legal que lhe foi conferida, nos termos do inciso II do art. 19, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e do art. 5º do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, tendo em vista a aprovação do parecer PGNFNCRJNº 103/02, desta Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, conforme despacho publicado no DOU de 15/04/02, Seção I, p. 44, declara que fica autorizada a dispensa de interposição de recursos e a desistência dos já interpostos, nas ações que cuidam, no mérito, exclusivamente, acerca da:

"inexistência do imposto sobre Operações Financeiras - IOF - sobre os depósitos para garantia de moéstia e depósitos judiciais, por força da Instrução Normativa da Receita Federal nº 62/90, desde que exista qualquer outro fundamento relevante".

JURISPRUDÊNCIA: Superior Tribunal de Justiça - REsp nº 103.930/SP, REsp nº 86.823/SP, REsp nº 82.523/RS (Primeira e Segunda Turmas)

ALMIR MARTINS BASTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 13, DE 12 DE AGOSTO DE 2002

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso da competência legal que lhe foi conferida, nos termos do inciso II do art. 19, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e do art. 5º do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, tendo em vista a aprovação do parecer PGNFNCRJNº 104/02, desta Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, conforme despacho publicado no DOU de 15/04/02, Seção I, p. 45, declara que fica autorizada a dispensa de interposição de recursos e a desistência dos já interpostos, nas ações que cuidam, no mérito, exclusivamente, acerca da:

"inexistência da representação comercial dentro as atividades passíveis de incidência do Imposto de Renda, desde que exista qualquer outro fundamento relevante".

JURISPRUDÊNCIA: Superior Tribunal de Justiça - Emissão da Súmula nº 184.

ALMIR MARTINS BASTOS

(OI, El. nº 203)

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
3ª CÂMARA

EMENTÁRIO

Processo nº: 13971.000104/97-83

Sessão de: 16/04/2002 Recurso nº: 102046 Acórdão nº:

203-08095

Recurso: DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC

Reclama: ARTEX S/A FABRICA DE ARTEFATOS TEXTÉIS

Reclama: MAURO WASILEWSKI

PIS, EXPORTAÇÕES E DEVOLUÇÕES, VALORES NÃO

CONSIDERADOS BASE DE CÁLCULO, EXCLUSÃO, POSSIBILIDADE. Devem ser excluídos da base de cálculo do lançamento os valores relativos às receitas de produtos exportados e respectivas devoluções. Recurso de ofício negado.

Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso de ofício.

Processo nº: 13971.000390/92-00

Sessão de: 16/04/2002 Recurso nº: 102140 Acórdão nº:

203-08096

Recurso: ARTEX S/A FABRICA DE ARTEFATOS

Reclama: DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC

Reclama: MAURO WASILEWSKI

NORMAS PROCESSUAIS, NULIDADE DO LANÇAMENTO, INOCORRÊNCIA. A nulidade do lançamento, por vício de forma, só ocorre nas hipóteses previstas no art. 39 do Decreto nº 70.235/72. DECADÊNCIA, PRAZO QUINQUENAL, OBSERVÂNCIA. O prazo decadencial é de cinco anos a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efe-

tuado. Preliminar acolhida. AÇÃO ANULATÓRIA ANTERIOR INEFICÁCIA. Ação judicial anterior não prejudica lançamento que não tenha consumido. PIS SEMESTRALIDADE, CORREÇÃO MONETÁRIA, INEXIGÊNCIA. Deveria corrigir a base de cálculo da contribuição equivalente ao faturamento do mês não anterior à data do recolhimento. AGRAVAMENTO DE EXIGÊNCIA IMPOSSIBILIDADE. A norma que criou as Delegacias de Julgamento não lhes confere a competência para lançamento de tributos. PAGAMENTO IMPUTAÇÃO. É obrigatória a imputação, durante o procedimento fiscal, dos valores comprovadamente recolhidos. Todavia, a ausência de algum valor em tal cálculo não é penalizável por exclusão se efetivamente demonstrada pelo contribuinte. ANTERIORIDADE, PRAZO. Na ausência de norma, lei específica, as contribuições têm o mesmo tratamento que as demais tributos relativamente ao princípio da anterioridade. TRD, JUROS DE MORA. Cabe ser expurgada do crédito tributário a parcela cobrada relativa ao período de fevereiro a 1º de agosto de 1991. BASE DE CÁLCULO, INEXISTÊNCIA INCLUSÃO. O ICMS/MS não pode ser excluído da base de cálculo da contribuição Recurso voluntário parcialmente provido.

I) Por maioria de votos, acolheu-se a preliminar de decadência. Vencidos os Conselheiros Renato Scalco Isquierdo, Maria Cristina Rosa da Costa e Otávio Dantas Carneiro, e, II) Por unanimidade de votos, no mérito, deu-se provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.

Processo nº: 10940.00551/96-12

Sessão de: 19/03/2002 Recurso nº: 106765 Acórdão nº:

203-08094

Recurso: ECOSA ENGENHARIA LTDA

Reclama: DRJ-CURITIBA/PR

Reclama: MAURO WASILEWSKI

PIS, RESTITUIÇÃO, VALOR PAGO A MAIOR, RECOLHIMENTO COM BASE EM NORMA DECLARADA INCONSTITUCIONAL, RESTITUIÇÃO, POSSIBILIDADE. Tendo o recolhimento da contribuição sido feito com base no Decreto-Lei nº 2.445/68 e 2.449/68, declarados inconstitucionais pelo Poder Judiciário, em decisão erga omnes, cujo cálculo apresentou valor superior ao dos parâmetros da Lei Complementar nº 7/70, cabe ser restituída a diferença ao contribuinte, quer através de compensação, quer em espécie. Recurso parcialmente provido.

Por unanimidade de votos, deu-se provimento em parte ao recurso, nos termos do voto do relator.

Processo nº: 11080.00703/97-94

Sessão de: 16/04/2002 Recurso nº: 107671 Acórdão nº:

203-08116

Recurso: RIO GRANDE TABACALERA S/A (INCORPORADORA POR DIMON DO BRASIL LTDA.)

Reclama: DRJ-PORTO ALEGRE/RS

Reclama: MAURO WASILEWSKI

NORMAS PROCESSUAIS, PRAZO DECADENCIAL, CINCO ANOS. O decurso de Prazo Público de constituir o crédito tributário extingue-se após cinco anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado (CTN, art. 173, I). Preliminar rejeitada. PIS, TRD INEXIGÊNCIA. É inexistente a aplicação do TRD durante o período de fevereiro a 1º de agosto de 1991. PUNTO EM POLÊMICA PARA EXPORTAÇÃO, BENEFICIAMENTO, BASE DE CÁLCULO, EXCLUSÃO O FIM. Durante o processamento, sobre alterações fiscais e químicas, transformando-o em matéria-prima industrializada e, assim, quando exportado, a respectiva receita não integra a base de cálculo da contribuição. Recurso provido.

Por maioria de votos: I) acolheu-se a preliminar de decadência. Vencidos os Conselheiros Renato Scalco Isquierdo, Maria Cristina Rosa da Costa e Otávio Dantas Carneiro. II) quanto a contagem de prazo a partir do 1º dia do exercício seguinte. Vencidos os Conselheiros Lima Maria Vieira, Maria Cristina Rosa da Costa, Maria Teresa Martinez Lázaro que contavam o referido prazo a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao primeiro dia do exercício seguinte. Vencidos os Conselheiros Renato Scalco Isquierdo e Otávio Dantas Carneiro. Fez sustentação oral pelo recorrente o Dr. Adonís Ricardo Soares.

Processo nº: 10940.00519/97-01

Sessão de: 19/03/2002 Recurso nº: 108079 Acórdão nº:

203-08033

Recurso: INDÚSTRIA DE PAPEL HORLLE LTDA

Reclama: DRJ-CURITIBA/PR

Reclama: RENATO SCALCO ISQUIERDO

IPI, IMUNIDADE, PAPELÃO UTILIZADO NA CONFECÇÃO DAS CAPAS DE LIVROS. Inclui-se na imunidade prevista no art. 150, VI, "e", da Constituição Federal, o papelão destinado à confecção das capas de livros. Recurso provido.

Por unanimidade de votos, deu-se provimento ao recurso.

Processo nº: 10120.00462/96-13

Sessão de: 19/02/2002 Recurso nº: 109007 Acórdão nº:

203-07978

Recurso: CEVEL - CÉCÍLIO VEÍCULOS LTDA

Reclama: DRJ-BRASIL/DF

Reclama: LINA MARIA VIEIRA

NORMAS PROCESSUAIS, AÇÃO JUDICIAL, CONCOMITANTE. A submissão de matéria à tutela autônoma e superior do Poder Judiciário, prévia ou posteriormente ao lançamento, imbuí o pronunciamento da autoridade administrativa sobre o mérito da incidência tributária em litígio, cuja exigibilidade fica adida à decisão definitiva do processo judicial. Recurso não conhecido, sem parte. DECADÊNCIA, RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. A decadência de o decurso de Prazo Público constituir o crédito tributário, uma vez ocorrida, é insusceptível a, por força do princípio da moralidade administrativa, deve ser reconhecida de ofício, independentemente do pedido do interessado. As contribuições sociais, dentre elas a referente ao PIS, embora não compoem o elenco das impostas, têm caráter tributário, devendo seguir as regras inerentes aos tributos, a)



Recorrente: NEW HOLLAND LATINO AMERICANA LTDA - Recorrido: PRIMEIRA CÂMARA DO SEQUENDO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CLASSIFICAÇÃO.
12 - Recurso nº RV/2001-0.004 - Processo nº 10980.006299/94-54 - Recorrente: NEW HOLLAND LATINO AMERICANA LTDA - Recorrido: PRIMEIRA CÂMARA DO SEQUENDO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CLASSIFICAÇÃO.
13 - Recurso nº RV/2001-0.005 - Processo nº 10980.006921/94-89 - Recorrente: NEW HOLLAND LATINO AMERICANA LTDA - Recorrido: PRIMEIRA CÂMARA DO SEQUENDO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CLASSIFICAÇÃO.
14 - Recurso nº RP/2001-0.446 - Processo nº 10711.002985/98-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrido: PRIMEIRA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Sujeito Passivo: DINACO - IMPORTAÇÃO COMÉRCIO S/A - Matéria: EM BARGOS DECLARATORIO.

DIA 10 DE ABRIL DE 2000, ÀS 14:30 HORAS

RELATOR: CONSELHEIRO MOACYR ELOY DE MEDEIROS - REVISOR: CONSELHEIRA MÁRCIA REGINA MACHADO MELARÉ
15 - Recurso nº RP/2002-0.648 - Processo nº 12689.000211/93-85 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrido: SEGUNDA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Sujeito Passivo: AGÊNCIA MARÍTIMA BRANDÃO FILHOS LTDA - Matéria: VISTORIA ADUANEIRA.
16 - Recurso nº RP/2002-0.614 - Processo nº 10680.010776/91-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrido: SEGUNDA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Sujeito Passivo: PAULO MARCOS LEMOS SILVA - Matéria: EM BARGOS DECLARATORIO

RELATOR: CONSELHEIRO HENRIQUE PRADO MELOA - REVISOR: CONSELHEIRO PAULO ROBERTO CUÇO ANTUNES
17 - Recurso nº RP/2001-0.539 - Processo nº 10480.001007/95-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrido: PRIMEIRA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Sujeito Passivo: USINA IPOJUCA S/A - Matéria: DRAWBACK.
18 - Recurso nº RP/2001-0.541 - Processo nº 10845.000597/93-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrido: PRIMEIRA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Sujeito Passivo: MESQUITA S/A TRANSPORTES E SERVIÇOS - Matéria: FUNDAR.
19 - Recurso nº RP/2001-0.551 - Processo nº 13603.000247/95-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrido: PRIMEIRA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Sujeito Passivo: ISEMONTE S/A - Matéria: ILL.
20 - Recurso nº RD/2001-0.220 - Processo nº 10711.001455/92-53 - Recorrente: ALJEX COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - Recorrido: TERCEIRA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SUBFATURAMENTO.

RELATOR: CONSELHEIRO JOÃO HOLANDA COSTA - REVISOR: CONSELHEIRO NILTON LUIZ BARTOLI
21 - Recurso nº RD/2001-0.320 - Processo nº 11050.000395/93-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrido: PRIMEIRA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Interessada: SPRINGER CARRIER S/A - Matéria: ISENÇÃO.
22 - Recurso nº RP/2001-0.563 - Processo nº 10314.001366/93-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrido: PRIMEIRA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Sujeito Passivo: AUTO LATINA DO BRASIL S/A - Matéria: DRAWBACK.
23 - Recurso nº RP/2001-0.556 - Processo nº 10314.000510/95-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrido: PRIMEIRA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Sujeito Passivo: FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVA - Matéria: IMUNIDADE.
24 - Recurso nº RD/2001-0.318 - Processo nº 10814.001321/94-73 - Recorrente: FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVA - Recorrido: PRIMEIRA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: ISENÇÃO.

RELATOR: CONSELHEIRO NILTON LUIZ BARTOLI - REVISOR: CONSELHEIRO JOÃO HOLANDA COSTA
25 - Recurso nº RP/2001-0.532 - Processo nº 10611.000646/94-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrido: PRIMEIRA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Sujeito Passivo: VARIO S/A (VIACÃO AÉREA RIO GRANDENSE) - Matéria: VISTORIA ADUANEIRA.
26 - Recurso nº RD/2001-0.319 - Processo nº 10711.002505/97-70 - Recorrente: LACIMANN AGÊNCIAS MARÍTIMAS S/A - Recorrido: PRIMEIRA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA.
27 - Recurso nº RD/2001-0.322 - Processo nº 10845.005602/93-39 - Recorrente: OXITENO S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO - Recorrido: PRIMEIRA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CLASSIFICAÇÃO TARIFÁRIA.

DIA 11 DE MARÇO DE 2000, ÀS 8:30 HORAS

RELATOR: CONSELHEIRO MOACYR ELOY DE MEDEIROS - REVISOR: CONSELHEIRA MÁRCIA REGINA MACHADO MELARÉ
28 - Recurso nº RP/2003-1.241 - Processo nº 10921.000048/94-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrido: TERCEIRA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Su-

jeito Passivo: INDÚSTRIA DE FUNDAÇÃO TUPY LTDA - Matéria: REDUÇÃO.
29 - Recurso nº RD/2002-0.290 e RP/2002-0.599 - Processo nº 10480.001119/91-91 - Recorrente: CENTRO DE OFTALMOLOGISTAS ASSOCIADOS DE PERNAMBUCO LTDA e FAZENDA NACIONAL - Recorrido: SEGUNDA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Interessada: FAZENDA NACIONAL e CENTRO OFTALMOLOGISTAS ASSOCIADOS DE PERNAMBUCO LTDA - Matéria: EMBARGOS DECLARATORIOS.
30 - Recurso nº RD/2002-0.196 - Processo nº 10845.003615/87-61 - Recorrente: CIA DE NAVEGAÇÃO LLOYD BRASILEIRO, REP. POR NAUTILUS AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA - Recorrido: SEGUNDA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: EMBARGOS DECLARATORIO

RELATOR: CONSELHEIRO HENRIQUE PRADO MELOA - REVISOR: CONSELHEIRO PAULO ROBERTO CUÇO ANTUNES
31 - Recurso nº RD/2003-0.228 - Processo nº 10845.007815/91-89 - Recorrente: TEXTIL J. SEBRANO LTDA - Recorrido: TERCEIRA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CLASSIFICAÇÃO.
32 - Recurso nº RD/2003-0.229 - Processo nº 10783.002775/92-50 - Recorrente: ALJEX COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - Recorrido: TERCEIRA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: ILL.
33 - Recurso nº RP/2003-1.166 - Processo nº 11007.000515/99-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrido: TERCEIRA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Sujeito Passivo: ANIBAL BRAGA JORGES - Matéria: MANIFESTO.
34 - Recurso nº RP/2003-1.197 - Processo nº 10233.006331/88-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrido: TERCEIRA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Sujeito Passivo: EQUIPAMENTOS COMERCIAIS DO AMAZONAS S/A - GRUPO IATAUTEC - Matéria: MANIFESTO.

RELATOR: CONSELHEIRO JOÃO HOLANDA COSTA - REVISOR: CONSELHEIRO NILTON LUIZ BARTOLI
35 - Recurso nº RP/2001-0.497 - Processo nº 10711.003731/89-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrido: PRIMEIRA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Sujeito Passivo: HERGA INDÚSTRIAS QUÍMICAS LTDA - Matéria: CLASSIFICAÇÃO.
36 - Recurso nº RD/2001-0.313 - Processo nº 11065.001058/92-42 - Recorrente: REICHERT CALÇADOS LTDA - Recorrido: PRIMEIRA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: DRAWBACK.

RELATOR: CONSELHEIRO NILTON LUIZ BARTOLI - REVISOR: CONSELHEIRO JOÃO HOLANDA COSTA
37 - Recurso nº RP/2002-0.609 - Processo nº 10814.001499/94-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrido: SEGUNDA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Interessada: FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVA - Matéria: MANIFESTO.
38 - Recurso nº RD/2002-0.316 - Processo nº 10814.001318/94-69 - Recorrente: FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVA - Recorrido: PRIMEIRA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: ISENÇÃO.
39 - Recurso nº RD/2001-0.317 - Processo nº 10814.001320/94-19 - Recorrente: FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVA - Recorrido: PRIMEIRA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: ISENÇÃO.
40 - Recurso nº RD/2002-0.367 - Processo nº 10814.002037/97-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrido: SEGUNDA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Interessada: FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVA - Matéria: ISENÇÃO.
41 - Recurso nº RD/2002-0.365 - Processo nº 10907.000112/96-35 - Recorrente: OIL UCHOA TEXTEIRA - Recorrido: SEGUNDA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: ILL.
42 - Recurso nº RP/2002-0.143 - Processo nº 10980.001966/94-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrido: SEGUNDA CÂMARA DO SEQUENDO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES - Sujeito Passivo: MILPLAST EMBALAGENS LTDA - Matéria: CLASSIFICAÇÃO

CLAUDIA DOLORES ROSA DOS SANTOS
Chefe da Secretaria

(Of. El. nº 16/2000)

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DESPACHO DO PROCURADOR-GERAL
Em 30 de março de 2000

Aumento: Tributária. Licença-prêmio não gozada por necessidade do serviço. Servidor Público. Indemnização. Imposto de Renda. Não incidência. Decisão do Egrégio Superior Tribunal de Justiça: EREsp nº 39.872-0-SP, DJ de 20.08.94, Primeira Seção: REsp nº 32.829-0-SP, DJ de 20.06.95; e REsp nº 39.726-0-SP, DJ de 21.11.94, ambos da Segunda Turma. Tema Semeado. Súmula 136: "O pagamento de licença-prêmio não gozada por necessidade do serviço não está sujeito à incidência do imposto de Renda." (DJ de 16.05.95).
Despacho: Tendo em vista a aprovação do Parecer POFNCRJ/Nº 1438/99, desta Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, pelo Excepcionalíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, DECLARO, nos seguintes termos do art. 19, II, da Medida Provisória nº 1.973-58, de 10.02.2000, etc. o art. 3º do Decreto nº 2.346, de 10.10.97, que pode ser dispensado a interpretação de recursos e a determinação das já interpretadas nas ações que citadas, no mérito, exclusivamente, sobre a cobrança, pela União, de imposto de renda sobre o pagamento (in pecunia) de licença-prêmio não gozada - por necessidade do serviço - pelo servidor público, desde que inexistam quaisquer outros fundamentos relevantes.

ALMIR MARTINS BASTOS

(Of. El. nº 70/2000)

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

Coordenação-Geral do Sistema de Tributação

DECISÃO Nº 5, DE 28 DE MARÇO DE 2000

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins
EMENTA: Independência da decisão final do STF, continuam inatadas da contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, as receitas relativas às atividades próprias dos respectivos Conselhos.
DISPOSITIVOS LEGAIS: Medida Provisória nº 1.858-6, de 29 de junho de 1999, e alterações, art. 14, X e Parecer Normativo CST nº 5/1992.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep
EMENTA: Tendo em vista a natureza jurídica dos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas que resultam após a decisão final do Supremo Tribunal Federal - STF, na (ADIN nº 1.717-4) sobre a inconstitucionalidade ou constitucionalidade do art. 58 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, os Conselhos deverão observar as seguintes orientações: a) no caso dos Conselhos voltarem a ser considerados pessoas jurídicas de direito público, se o STF declarar a inconstitucionalidade do art. 58 da Lei nº 9.649/1998, em relação aos fatos geradores ocorridos até 27 de setembro de 1999, a contribuição para o PIS/PASEP deverá continuar a ser apurada com base no valor mensal das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes de capital recebidas, aplicando-se a alíquota de um por cento e recolhida sob o código 3703; b) se o STF declarar a constitucionalidade do art. 58 da Lei nº 9.649/1998, os Conselhos continuarão a ser considerados pessoas jurídicas de direito privado, em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1998 e até 27 de setembro de 1999, a contribuição para o PIS/PASEP deverá ser apurada com base na folha mensal de salários, aplicando-se a alíquota de um por cento e recolhida sob o código 8301; c) independentemente da declaração final do STF de inconstitucionalidade ou de constitucionalidade do art. 58 da Lei nº 9.649/1998, respeitado o prazo nonagesimal previsto no § 6º do art. 195 da Constituição Federal, em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 28 de setembro de 1999, a contribuição para o PIS/PASEP dos Conselhos deverá ser apurada com base na folha de salários, aplicando-se a alíquota de um por cento e recolhida sob o código 8301; d) se após a decisão final do STF, os Conselhos voltarem a ser considerados pessoas jurídicas de direito público (municipais), a inscrição de beneficiários deverá ser feita no PASEP; e) caso a decisão final do STF mantenha os Conselhos enquadrados como pessoas jurídicas de direito privado, a inscrição de beneficiários deverá ser realizada junto ao PIS.
DISPOSITIVOS LEGAIS: Medida Provisória nº 1.212, de 28 de novembro de 1995, e alterações, posteriormente convertida na Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998; Medida Provisória nº 1.858-6, de 29 de junho de 1999, e alterações, art. 13, VII e Decretos nºs 71.618/1972 e 78.276/1976.

CARLOS ALBERTO DE NIZA E CASTRO

(Of. El. nº 915/2000)

3ª Região Fiscal

Delegacia da Receita Federal em Fortaleza

ATO DECLARATORIO Nº 17, DE 23 DE MARÇO DE 2000

Concedo o registro especial previsto no artigo 22 do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de fevereiro de 1977, e artigos 255 e 259 do RIRF, aprovados pelo Decreto 2.637 de 25 de junho de 1998, na forma prescrita no CF/93 nº 003, de 14 de outubro de 1999.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM FORTALEZA-CE usando de suas atribuições e de acordo com o que consta nos artigos 08, 09 e 65 da Instrução Normativa nº 29, de 01 de março de 1999, da Secretaria da Receita Federal, e o item 01 da Norma de Execução da Coordenação-Geral do Sistema de Fiscalização nº 003, de 14 de outubro de 1999, considerando ainda, o processo administrativo nº 10380.029726/99-37, declara:

1. Fica concedido à empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO F.L.T.D.A. ME, localizada na Rua André 1715, Bairro Parque Poeta - Caucaia/CE, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 03.034.486/0001-77, o REGISTRO ESPECIAL Nº 03101/045/00, para enquadramento dos seguintes produtos:

PRODUTO	MARCA	CAPACIDADE DOBRI-PIENTE (ml)
Aguardente de Cachaça	DOZANES	360 e 500
Vinho Concha Yemanjá	PARDINE	500
Aguardente Cachaça com Zimela	FOX-LUA	500

2. O REGISTRO ESPECIAL conferido por este ato refere-se somente ao estabelecimento matriz. Sua extensão a outros estabelecimentos industriais da empresa, dependerá de novo ato concessivo, junto a Delegacia ou Inspeção da Receita Federal da jurisdição correspondente;

3. O Registro Especial poderá ser cancelado ou suspenso, a qualquer tempo, pela autoridade concedente se posteriormente à concessão, ocorrer qualquer fato previsto nos arts. 14 e 15 da Instrução Normativa SRF nº 29, de 1º de março de 1999;

4. A concessão deste Registro Especial não extingue o contribuinte do cumprimento das demais obrigações, principais e acessórias, previstas na legislação;



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Coordenação-Geral da Representação Judicial da Fazenda Nacional – CRJ
Coordenação de Consultoria Judicial – COJUD

NOTA PGFN/CRJ/Nº 101/2016

Documento público. Ausência de sigilo.

Análise de inclusão de tema em lista de dispensa de recurso especial. Contribuição previdenciária sobre abono-assiduidade. Jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça. Sugestão de inclusão. Portaria PGFN nº 294/2010.

I

A Coordenação da Atuação Judicial perante o Superior Tribunal de Justiça – CASTJ encaminha à Coordenação de Consultoria Judicial – COJUD Nota Justificativa s/n, de 9 de novembro de 2015, que trata de proposta de inclusão de tema em lista de dispensa de recurso especial, nos termos da Portaria PGFN nº 294, de março de 2010.

II

2. A consulente apresenta precedentes do STJ no sentido de que não há incidência de contribuição previdenciária sobre abono-assiduidade convertido em pecúnia, por se tratar de espécie de verba indenizatória sem natureza salarial. Veja abaixo julgados sobre a matéria:



EMENTA: TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ABONO-ASSIDUIDADE. FOLGAS NÃO GOZADAS. NÃO-INCIDÊNCIA. PRAZO DE RECOLHIMENTO. MÊS SEGUINTE AO EFETIVAMENTE TRABALHADO. FATO GERADOR. RELAÇÃO LABORAL.

1. Não incide Contribuição Previdenciária sobre abono-assiduidade, folgas não gozadas e prêmio pecúnia por dispensa incentivada, dada a natureza indenizatória dessas verbas. Precedentes do STJ.
2. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que as Contribuições Previdenciárias incidentes sobre remuneração dos empregados, em razão dos serviços prestados, devem ser recolhidas pelas empresas no mês seguinte ao efetivamente trabalhado, e não no mês subsequente ao pagamento.
3. Recursos Especiais não providos.¹

VOTO:

O EXMO. SR. MINISTRO HERMAN BENJAMIN (Relator): O apelo não merece prosperar.

Com efeito, a jurisprudência do STJ já firmou o entendimento de que não incide Contribuição Previdenciária sobre o abono-assiduidade convertido em pecúnia, pois a verba constitui premiação do empregado, e não contraprestação ao trabalho. Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. INSS. ABONO-ASSIDUIDADE. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NATUREZA INDENIZATÓRIA.

1. O abono-assiduidade convertido em pecúnia possui natureza indenizatória, não incidindo a Contribuição Previdenciária.
2. Recurso especial improvido.
(REsp 476.196/PR, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2005, DJ 01/02/2006 p. 478)

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. ABONO-ASSIDUIDADE. CARÁTER INDENIZATÓRIO. NÃO INCIDÊNCIA.

1. O abono-assiduidade, conquanto premiação, não é destinado a remuneração do trabalho, não tendo natureza salarial. Deveras, visa o mesmo a premiar aqueles empregados que se empenharam durante todo ano, não faltando ao trabalho ou chegando atrasado, de modo a não integrar o salário propriamente dito.
2. A Corte Especial, em casos análogos, sedimentou o entendimento segundo o qual a conversão em pecúnia do abono-assiduidade não gozado não constitui remuneração pelos serviços prestados, não compondo, destarte, o salário-de-contribuição. Precedentes: REsp 496.408 - PR, 1ª Turma, Relatora MINISTRA DENISE ARRUDA, DJ de 06 de dezembro de 2004 e REsp 389.007 - PR, 1ª Turma, Relator, MINISTRO GARCIA VIEIRA, 15 de abril de 2002).
3. É assente no STJ que a contribuição previdenciária patronal somente incide sobre determinada verba, quando esta referir-se à remuneração por serviços prestados, não estando albergadas, deste modo, as indenizações. Precedentes: AgRg no AG 782-700 - PR, 2ª Turma, Relator Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, DJ de 16 de maio de 2005; ERESP 438.152 - BA, 1ª Seção, Relator Ministro CASTRO MEIRA, DJ de 25 de fevereiro de 2004.
4. Recurso especial provido.

¹ STJ, REsp nº 712.185/RS, Segunda Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 08/09/2009.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Coordenação-Geral da Representação Judicial da Fazenda Nacional – CRJ
Coordenação de Consultoria Judicial – COJUD

(REsp 749.467/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/03/2006, DJ 27/03/2006 p. 202)

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ABONO-ASSIDUIDADE (APIP). NATUREZA INDENIZATÓRIA. NÃO-INCIDÊNCIA.

1. O abono-assiduidade (APIP), convertido em pecúnia, por se tratar de espécie de verba indenizatória sem natureza salarial, não integra o salário-de-contribuição, não estando sujeito à incidência da contribuição previdenciária.

2. Recurso especial a que se nega provimento. (REsp 496.408/PR, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/10/2004, DJ 06/12/2004 p. 197)

(...)

Verifica-se, portanto, que a matéria em exame encontra-se consolidada nesta Corte em sentido oposto à pretensão do Banco, razão pela qual não merece reforma o *decisum* impugnado.

Diante do exposto, nego seguimento aos Recursos Especiais do INSS e do Banco do Brasil S.A.

É como voto.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. INEXISTÊNCIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ABONO-ASSIDUIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO.

1. Não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal *a quo* julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

2. É firme no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que não incide Contribuição Previdenciária sobre abono-assiduidade e licença-prêmio não gozada convertida em pecúnia.

3. Agravo Regimental não provido.²

VOTO:

O EXMO. SR. MINISTRO HERMAN BENJAMIN (Relator): Os autos foram recebidos neste Gabinete em 1.4.2014.

O Agravo Regimental não merece prosperar, pois a ausência de argumentos hábeis para alterar os fundamentos da decisão ora agravada torna incólume o entendimento nela firmado. Portanto não há falar em reparo na decisão, pelo que reitero o seu teor (fls. 156-160, e-STJ):

(...)

Primeiramente, cabe ressaltar que é firme no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que não incide Imposto de Renda sobre abono-assiduidade e licença-prêmio não gozada convertida em pecúnia.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. SERVIDORES PÚBLICOS APOSENTADOS. IMPOSTO DE RENDA. LICENÇA PRÊMIO NÃO GOZADA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. RESTABELECIMENTO DE VANTAGEM. POSSIBILIDADE. HIPÓTESE QUE NÃO SE ENQUADRA NAS EXCEÇÕES PROIBITIVAS. LEI

² STJ, AgRg no AREsp nº 464.314/SC, Segunda Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 18/06/2014.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Coordenação-Geral da Representação Judicial da Fazenda Nacional – CRJ
Coordenação de Consultoria Judicial – COJUD

9.494/1997. PRESSUPOSTOS AUTORIZADORES DA CONCESSÃO DA TUTELA. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.

(...)

3. "A pecúnia percebida a título de férias vencidas - simples ou proporcionais - acrescidas de 1/3 (um terço), abono-assiduidade e licença-prêmio não gozadas por necessidade de serviço ou mesmo por opção do servidor não é

fato gerador de imposto de renda, em virtude do caráter indenizatório dos aludidos valores." (REsp 884.589/SP, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Segunda Turma, Dj de 4.12.2006).

4. O STJ entende que a antecipação de tutela em desfavor da Fazenda Pública pode ser concedida, desde que a situação não esteja inserida nas hipóteses do art. 1º da Lei 9.494/1997, que estabelece que não será concedido o provimento liminar quando este importar em reclassificação ou equiparação de servidor público, em concessão de aumento de vencimento ou em extensão de vantagens, o que não é o caso dos autos, já que se trata de restabelecimento de pagamento de parcela indevidamente descontada do contracheque dos autores.

(...)

7. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 71.789/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 12/04/2012).

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ABONO-ASSIDUIDADE. FOLGAS NÃO GOZADAS. NÃO-INCIDÊNCIA. PRAZO DE RECOLHIMENTO. MÊS SEGUINTE AO EFETIVAMENTE TRABALHADO. FATO GERADOR. RELAÇÃO LABORAL.

1. Não incide Contribuição Previdenciária sobre abono-assiduidade, folgas não gozadas e prêmio pecúnia por dispensa incentivada, dada a natureza indenizatória dessas verbas. Precedentes do STJ.

2. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que as Contribuições Previdenciárias incidentes sobre remuneração dos empregados, em razão dos serviços prestados, devem ser recolhidas pelas empresas no mês seguinte ao efetivamente trabalhado, e não no mês subsequente ao pagamento.

3. Recursos Especiais não providos. (REsp 712.185/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 08/09/2009).

Apesar do erro material cometido na fundamentação do voto, onde foi utilizada a tese da não incidência do Imposto de Renda sobre o abono-assiduidade e licença-prêmio, em vez da não incidência de Contribuição Previdenciária, não prospera a irrisignação da Fazenda Nacional, diante da majoritária jurisprudência desta Corte. Cito precedentes:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS. INCIDÊNCIA EM PERÍODO ANTERIOR AO ADVENTO DA MP 764/94. PRECEDENTES DO STF. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE INDENIZAÇÃO POR FOLGAS E ABONO-ASSIDUIDADE. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA PARTE, PARCIALMENTE PROVIDO.

(REsp 743.971/PR, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJe 21/09/2009).



TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ABONO-ASSIDUIDADE. FOLGAS NÃO GOZADAS. NÃO-INCIDÊNCIA. PRAZO DE RECOLHIMENTO. MÊS SEGUINTE AO EFETIVAMENTE TRABALHADO. FATO GERADOR. RELAÇÃO LABORAL.

1. Não incide Contribuição Previdenciária sobre abono-assiduidade, folgas não gozadas e prêmio pecúnia por dispensa incentivada, dada a natureza indenizatória dessas verbas. Precedentes do STJ.
2. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que as Contribuições Previdenciárias incidentes sobre remuneração dos empregados, em razão dos serviços prestados, devem ser recolhidas pelas empresas no mês seguinte ao efetivamente trabalhado, e não no mês subsequente ao pagamento.
3. Recursos Especiais não providos. (REsp 712.185/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 08/09/2009).

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. ABONO-ASSIDUIDADE. CARÁTER INDENIZATÓRIO. NÃO INCIDÊNCIA.

1. O abono-assiduidade, conquanto premiação, não é destinado a remuneração do trabalho, não tendo natureza salarial. Deveras, visa o mesmo a premiar aqueles empregados que se empenharam durante todo ano, não faltando ao trabalho ou chegando atrasado, de modo a não integrar o salário propriamente dito.
2. A Corte Especial, em casos análogos, sedimentou o entendimento segundo o qual a conversão em pecúnia do abono-assiduidade não gozado não constitui remuneração pelos serviços prestados, não compondo, destarte, o salário-de-contribuição. Precedentes: REsp 496.408 - PR, 1ª Turma, Relatora MINISTRA DENISE ARRUDA, DJ de 06 de dezembro de 2004 e REsp 389.007 - PR, 1ª Turma, Relator, MINISTRO GARCIA VIEIRA, 15 de abril de 2002).
3. É assente no STJ que a contribuição previdenciária patronal somente incide sobre determinada verba, quando esta referir-se à remuneração por serviços prestados, não estando albergadas, deste modo, as indenizações. Precedentes: AgRg no AG 782-700 - PR, 2ª Turma, Relator Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, DJ de 16 de maio de 2005; ERESP 438.152 - BA, 1ª Seção, Relator Ministro CASTRO MEIRA, DJ de 25 de fevereiro de 2004.
4. Recurso especial provido.
(REsp 749.467/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJ 27/03/2006).

Ausente a comprovação da necessidade de retificação a ser promovida na decisão agravada, proferida com fundamentos suficientes e em consonância com entendimento pacífico deste Tribunal, não há prover o Agravo Regimental que contra ela se insurge.
Por tudo isso, nego provimento ao Agravo Regimental.
É como voto.

EMENTA: TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. ABONO-ASSIDUIDADE. CARÁTER INDENIZATÓRIO. NÃO INCIDÊNCIA.

1. O abono-assiduidade, conquanto premiação, não é destinado a remuneração do trabalho, não tendo natureza salarial. Deveras, visa o mesmo



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Coordenação-Geral da Representação Judicial da Fazenda Nacional – CRJ
Coordenação de Consultoria Judicial – COJUD

a premiar aqueles empregados que se empenharam durante todo ano, não faltando ao trabalho ou chegando atrasado, de modo a não integrar o salário propriamente dito.

2. A Corte Especial, em casos análogos, sedimentou o entendimento segundo o qual a conversão em pecúnia do abono-assiduidade não gozado não constitui remuneração pelos serviços prestados, não compondo, destarte, o salário-de-contribuição. Precedentes: REsp 496.408 - PR, 1ª Turma, Relatora MINISTRA DENISE ARRUDA, DJ de 06 de dezembro de 2004 e REsp 389.007 - PR, 1ª Turma, Relator, MINISTRO GARCIA VIEIRA, 15 de abril de 2002).

3. É assente no STJ que a contribuição previdenciária patronal somente incide sobre determinada verba, quando esta referir-se à remuneração por serviços prestados, não estando albergadas, deste modo, as indenizações. Precedentes: AgRg no AG 782-700 - PR, 2ª Turma, Relator Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, DJ de 16 de maio de 2005; ERESP 438.152 - BA, 1ª Seção, Relator Ministro CASTRO MEIRA, DJ de 25 de fevereiro de 2004.

4. Recurso especial provido.³

3. Da leitura dos julgados supratranscritos, constata-se que é firme a jurisprudência do STJ no sentido de que os pagamentos referentes a abonos-assiduidade não gozados exibem natureza indenizatória, não se submetendo, portanto, ao âmbito de incidência da contribuição previdenciária.

4. No tocante à discussão da matéria no Supremo Tribunal Federal – STF, a Colenda Corte reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada, porém o tema ainda se encontra pendente de julgamento (tema nº 20 de repercussão geral⁴).

³ STJ, REsp nº 749.467/RS, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 27/03/2006.

⁴ RE nº 565.160.

RELATOR: MIN. MARCO AURÉLIO

RECTE.(S): EMPRESA NOSSA SENHORA DA GLÓRIA LTDA

ADV.(A/S): TAMARA RAMOS BORNHAUSEN E OUTRO(A/S)

RECDO.(A/S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

ADV.(A/S): PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

REPERCUSSÃO GERAL - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS - ARTIGO 22, INCISO I, DA LEI Nº 8.212/91.

1. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região negou provimento ao recurso de apelação, assentando a constitucionalidade do artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/91, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.876/99, na parte em que instituiu contribuição social sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título aos empregados. O tributo foi criado com fundamento na redação original do artigo 195, inciso I, da Carta da República, no que previa a incidência do tributo sobre a folha de salários.

Por meio do extraordinário interposto com alegada base na alínea a do permissivo constitucional, a recorrente articula com a transgressão dos artigos 146, 149, 154 e 195, inciso I e § 4º, da Lei Maior. Argumenta que descabe considerar como de natureza salarial toda e qualquer verba paga ao empregado, em razão do fato de nem todos os valores comporem a remuneração prevista no contrato de trabalho. Aduz que a contribuição social não pode incidir sobre verba de cunho indenizatório. Sustenta a repercussão geral da matéria, ante a circunstância de que a decisão do Supremo sobre o tema



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Coordenação-Geral da Representação Judicial da Fazenda Nacional – CRJ
Coordenação de Consultoria Judicial – COJUD

5. Com efeito, considerando a pacificação da jurisprudência sobre a questão no STJ, torna-se necessário atualizar a lista de temas com dispensa de recurso especial desta Procuradoria-Geral.

6. Desse modo, tendo em vista que a presente hipótese enquadra-se no art. 2º, § 1º, da Portaria PGFN nº 294, de 2010, afigurando-se inviável a reversão do entendimento desfavorável à Fazenda Nacional no âmbito do STJ, sugere-se a inclusão de novo tema no item 2.4 (contribuição previdenciária) da referida lista, nos seguintes termos:

LISTA DO ART 2º, § 1º, DA PORTARIA PGFN Nº 294, de 2010

Tema: Contribuição previdenciária. Abono-assiduidade.

Resumo: A contribuição previdenciária não incide sobre abono-assiduidade convertido em pecúnia, dada a natureza indenizatória da verba.

Precedentes: REsp nº 712.185/RS, AgRg no AREsp nº 464.314/SC e REsp nº 749.467/RS.

Data da inclusão: XX/XX/2016.

Observação: A matéria se encontra com repercussão geral reconhecida no STF (RE nº 565.160) e, portanto, deve continuar sendo objeto de recurso extraordinário.

III

7. São essas as considerações que esta Coordenação reputa úteis acerca do tema trazido para análise, sugerindo-se, em caso de aprovação, ampla divulgação à carreira de Procurador da Fazenda Nacional e comunicação à Coordenação de Consultoria Judicial – COJUD, para atualização da Lista de Dispensa do art. 2º, § 1º, da Portaria PGFN nº 294, de março de 2010.

À consideração superior.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 25 de janeiro de 2016.

LORETTA PAZ SAMPAIO
Procuradora da Fazenda Nacional

Nota 433556 – 2015 Consulta CASTJ – Lista de dispensa – Contrib previdenciária sobre abono assiduidade

ultrapassará os interesses subjetivos da causa, mostrando-se relevante a todos os contribuintes que se encontram na mesma condição.

2. Tudo recomenda o pronunciamento do Plenário do Supremo sobre a questão, elucidando-se o alcance da expressão folha de salários, contida no artigo 195, inciso I, da Constituição Federal. A abrangência do tributo, por si só, revela a importância.

3. Admito a repercussão geral.

4. Publiquem.

Brasília, 10 de novembro de 2007.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Coordenação-Geral da Representação Judicial da Fazenda Nacional – CRJ
Coordenação de Consultoria Judicial – COJUD

DESPACHO PGFN/CRJ/ S/N /2016

Documento: Registro nº 433556/2015

Interessado: PGFN/CRJ

Assunto: Análise de inclusão de tema em lista de dispensa de recurso especial Contribuição previdenciária sobre abono-assiduidade. Jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça. Sugestão de inclusão. Portaria PGFN nº 294/2010.

Trata-se da NOTA PGFN/CRJ/Nº 101/2016, da lavra da Procuradora LORETTA PAZ SAMPAIO, com a qual manifesto minha concordância.

À consideração superior.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 1º de fevereiro de 2016.

ROGÉRIO CAMPOS
Coordenador-Geral da Representação Judicial
da Fazenda Nacional

Aprovo.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 2 de fevereiro de 2016.

CLÁUDIO XAVIER SEEFELDER FILHO
Procurador-Geral Adjunto de
Consultoria e Contencioso Tributário Substituto



NOTA PGFN/CRJ/Nº 953/2016

Documento público. Ausência de sigilo.

Contribuição previdenciária. Servidores Públicos. Licença-prêmio convertida em pecúnia. Inexigibilidade.

Análise quanto à inclusão do tema na lista de jurisprudência reiterada e pacífica do STJ, desfavorável à Fazenda Nacional, conforme art. 2º, VII, da Portaria PGFN nº 502/2016

Oitiva prévia da RFB acerca da possível edição de ato declaratório sobre a matéria pacificada.

I

A Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 4ª Região, por meio de e-mail datado de 26 de agosto de 2016, solicita análise, nos termos do art. 2º, VII e §§ 5º e 7º da Portaria PGFN nº 502/2016 quanto à viabilidade de inclusão em lista nacional de dispensa de contestar e recorrer o tema “inexigibilidade da contribuição ao Plano de Seguridade Social do Servidor (PSS) sobre licença-prêmio convertida em pecúnia”. Segundo entende a unidade consultante, a matéria encontra pacificada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), como se poderia conferir, exemplificativamente, da decisão monocrática proferida no RESP nº 1.596.271/SC, mencionada na consulta e em relação à qual, inclusive, não houve a interposição de recurso.

2. Nesse ponto, vale destacar que, no tocante ao RESP nº 1.596.271/SC foi elaborada Nota-Justificativa pela Coordenação da Atuação Judicial da PGFN no Superior Tribunal de Justiça Tribunal Superior do Trabalho e na Turma Nacional de Uniformização (CASTJ) de cujo teor se extrai o entendimento de que se trata de jurisprudência pacífica no âmbito do STJ. Demais disso, a Coordenadora da CASTJ, por e-mail, manifestou-se no sentido de não vislumbrar, em princípio, óbice à inclusão do tema em lista de dispensa de contestar e recorrer.

3. Em esclarecimento adicional formulado por e-mail, a unidade consultante esclareceu que não obstante a licença-prêmio já ter sido extinta há algum tempo em nível federal, ainda remanescem casos em que servidores mais antigos que não a utilizaram e estão se aposentando, bem como casos de servidores já aposentados que pedem revisão da aposentadoria, justamente para desaverbar o tempo relativo à licença-prêmio, com o intuito



de convertê-la em pecúnia, o que tem sido deferido pelos magistrados, em virtude da existência de jurisprudência pacífica. Segundo a consulente, em regra, afasta-se a incidência de imposto de renda e de contribuição previdenciária, mas, atualmente, os Procuradores da Fazenda Nacional estão dispensados de contestar e recorrer apenas quanto ao imposto de renda.

4. Eis o breve relato. Passa-se ao exame da matéria.

II

5. De início, conforme é possível constatar do relatório da presente Nota, existe dispensa de contestar e recorrer sobre matéria relacionada ao objeto da consulta, tendo em vista que a Fazenda Nacional não mais apresenta irresignação quanto à incidência de imposto de renda sobre a parcela correspondente à licença-prêmio convertida em pecúnia, tendo em vista a existência de dois Atos Declaratórios (ADs) relacionados ao tema.

6. Com efeito, o AD nº 08/2002, decorrente do Parecer PGFN/CRJ nº 1458/1999, dispensou o seguinte tema: **“IR sobre o pagamento (*in pecunia*) de licença-prêmio não gozada – por necessidade do serviço – pelo servidor público”**. Por seu turno, o AD nº 01/2005, que teve por base o Parecer PGFN CRJ nº 1905/2004, trouxe a dispensa para os casos de **“decisões que afastaram a incidência do imposto de renda das pessoas físicas sobre as verbas recebidas em face da conversão em pecúnia de licença-prêmio e férias não gozadas por necessidade do serviço, na hipótese do empregado não ser servidor público.”**

7. Nota-se, portanto, a existência de dispensa de contestar e recorrer quanto à incidência de imposto de renda sobre a licença-prêmio não gozada por necessidade do serviço convertida em pecúnia seja em caso de servidor público ou empregado do regime celetista. Nesses casos, constatou-se a existência de jurisprudência pacífica em sentido contrário ao defendido pela Fazenda Nacional, restando inviável que se insistisse na tese fazendária sem que, com isso, houvesse prejuízo aos cofres públicos, tendo em vista à dificuldade de êxito, em virtude do entendimento consolidado em sentido contrário ao defendido.

8. Impende, portanto, perquirir se, em relação ao tema incidência de contribuição previdenciária sobre a licença-prêmio convertida em pecúnia, em caso de servidor público, também existe jurisprudência pacífica a ensejar a inclusão em lista de contestar e recorrer de que trata o art. 2º, VII e §§ 5º e 7º da Portaria PGFN nº 502/2016.



9. Em consulta ao sítio eletrônico do Superior Tribunal de Justiça, observam-se diversos julgados no sentido da dispensa ora proposta. Nesse diapasão confirmam-se os seguintes julgados:

TRIBUTÁRIO. FÉRIAS E LICENÇA-PRÊMIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

NATUREZA INDENIZATÓRIA. NÃO INCIDÊNCIA.

1. As verbas rescisórias especiais recebidas pelo trabalhador a título de indenização por férias em pecúnia, licença prêmio não gozada, ausência permitida ao trabalho ou extinção do contrato de trabalho por dispensa incentivada não ensejam acréscimo patrimonial posto ostentarem caráter indenizatório.

2. Impossibilidade da incidência de contribuição previdenciária sobre verbas de natureza indenizatória.

3. Recurso especial desprovido.

(REsp 625.326/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/05/2004, DJ 31/05/2004, p. 248)

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. VERBAS INDENIZATÓRIAS. NÃO INCIDÊNCIA.

I - Esta Corte já decidiu que as verbas rescisórias especiais recebidas pelo trabalhador a título de indenização por férias transformadas em pecúnia, licença-prêmio não gozada, ausência permitida ao trabalho ou extinção do contrato de trabalho por dispensa incentivada possuem caráter indenizatório, pelo que não é possível a incidência de contribuição previdenciária.

II - Recurso especial improvido.

(REsp 746.858/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/03/2006, DJ 10/04/2006, p. 145)

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO. LICENÇA-PRÊMIO. AUSÊNCIA PERMITIDA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR (APIP). NATUREZA INDENIZATÓRIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NÃO-INCIDÊNCIA. HONORÁRIOS. PROCURADORES DA CEF. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. SÚMULA 7/STJ.

1. O enfoque constitucional dado pelo acórdão recorrido ao exame do art. 45 da Lei nº 8.212/91, que trata do prazo decadencial para constituição das contribuições previdenciárias, impede o conhecimento do recurso especial nesse ponto.

2. Tratando-se de tributo lançado por homologação, se não houver o pagamento antecipado pelo sujeito passivo tributário, a decadência do direito de lançar rege-se pela regra do art. 173, I, do CTN, devendo ser contada a partir do primeiro dia do exercício financeiro seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, não havendo cumulação com a regra do art. 150, § 4º, do CTN. Precedente da Primeira Seção.

3. As verbas recebidas pelo trabalhador a título de licença-prêmio não gozada e de ausência permitida ao trabalho não integram o salário-de-contribuição para fins de incidência de contribuição previdenciária, visto ostentarem caráter indenizatório pelo não-acréscimo patrimonial. Precedentes.

4. Os honorários conferidos aos procuradores da CEF decorrentes de verbas sucumbenciais não integram a base de cálculo da contribuição previdenciária,



porquanto não se constitui remuneração paga pela empregadora. Os valores recebidos por esses profissionais em decorrência da representação judicial da CEF são pagos pela parte vencida, embora a Caixa detenha o poder de gerência e repasse do montante da verba.

5. Aferir se houve ou não sucumbência recíproca das partes litigantes demanda o revolvimento dos aspectos fáticos da causa, providência vedada em recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ.

Precedentes de ambas as Turmas de Direito Público.

6. Recurso especial conhecido em parte e não provido.

(REsp 802.408/PR, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/02/2008, DJe 11/03/2008)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. INEXISTÊNCIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ABONO-ASSIDUIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO.

1. Não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal a quo julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

2. É firme no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que não incide Contribuição Previdenciária sobre abono-assiduidade e licença-prêmio não gozada convertida em pecúnia.

3. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 464.314/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 18/06/2014)

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ABONO ASSIDUIDADE. NÃO INCIDÊNCIA. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ.

"É firme no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que não incide Contribuição Previdenciária sobre abono-assiduidade e licença-prêmio não gozada convertida em pecúnia." (AgRg no AREsp 464.314/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 6/5/2014, DJe 18/6/2014.) Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1560219/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 10/02/2016)

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA CONVERTIDA EM PECÚNIA. CONTRIBUIÇÃO PARA O PSS. NÃO INCIDÊNCIA. PRECEDENTES.

1. A jurisprudência desta Corte consolidou o entendimento de que as verbas recebidas pelo trabalhador a título de licença-prêmio que não foram percebidas não integram o salário de contribuição para fins de aplicação de contribuição previdenciária, por não terem caráter indenizatório.

2. Dado o caráter indenizatório e não salarial da conversão em pecúnia da licença-prêmio não gozada, por não constituir remuneração pelos serviços prestados, não há como compor o salário de contribuição dos servidores públicos vinculados ao PSS.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1493240/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/12/2014, DJe 03/02/2015)



10. Verifica-se que nos julgados acima transcritos, assim como em decisões monocráticas¹, o STJ tem tratado como consolidado o seu entendimento no sentido de que não incide contribuição previdenciária sobre a licença-prêmio não gozada convertida em pecúnia. Impende mencionar que alguns julgados não tratam da questão específica do PSS, porém não restringem o entendimento ao RGPS.

11. Por outro lado, é importante mencionar que, conforme se constata do AgRg no RESP nº 1493240/RS, alguns julgados são expressos, assentando que a parcela ora analisada não compõe o salário de contribuição dos servidores públicos vinculados ao PSS. Nota-se, portanto, que o entendimento do STJ é que a licença-prêmio quando não foi gozada por necessidade do serviço tem caráter indenizatório e, assim, não estaria sujeita à incidência de contribuição previdenciária.

12. Vale ressaltar que no AgRg no RESP nº 1493240/RS, a Fazenda Nacional, enfrentando a questão da incidência de contribuição para o PSS no caso de licença-prêmio convertida em pecúnia, argumentou que os precedentes transcritos naquele caso não se prestariam a evidenciar que a jurisprudência do STJ seria contrária à pretensão recursal da Fazenda Nacional (incidência da contribuição previdenciária). Defendeu-se que nenhum dos julgados citados decidiu controversia atinente à incidência de contribuição previdenciária sobre licença-prêmio de servidor público convertida em pecúnia, limitando-se a deliberar sobre as questões relativas ao Regime Geral da Previdência Social, aplicável a celetistas, autônomos e contribuintes individuais. Defendeu, ainda, a inexistência de previsão legal de isenção quanto à licença-prêmio convertida em pecúnia, o que respaldaria a incidência legal.

13. Não obstante tal argumentação, o STJ entendeu que a licença-prêmio convertida em pecúnia tem caráter indenizatório e não compõe o salário de contribuição dos servidores vinculados ao PSS, consoante se extrai do voto do Ministro Humberto Martins:

“As verbas rescisórias recebidas pelo trabalhador a título de indenização por férias em pecúnia, licença prêmio não gozada, não representam acréscimos patrimoniais, por serem de natureza indenizatória, o que afasta a incidência da contribuição previdenciária. Infere-se, pois, que dado o caráter indenizatório e não salarial da conversão em pecúnia da licença-prêmio não gozado, por não constituir remuneração pelos serviços prestados, não há como compor o salário de contribuição dos servidores públicos vinculados ao PSS.”

¹ Nesse sentido, mantendo-se o entendimento firmado nas instâncias ordinárias pela não-incidência de contribuição previdenciária: RESP nº 1.596.271/SC, REsp 1620686/RS, AREsp 272287/PE, AREsp 72946/MG, REsp 1606834/RS.



14. Nesse contexto, e afigurando-se improvável a reversão do entendimento desfavorável à Fazenda Nacional, o tema ora apreciado enquadra-se na previsão do art. 2º, VII, da Portaria PGFN nº 502/2016, a qual permite a dispensa fica dispensada a apresentação de contestação, oferecimento de contrarrazões, interposição de recursos, bem como recomendada a desistência dos já interpostos.

15. Cumpre, por oportuno, destacar que a dispensa ora tratada é aplicável tão somente aos casos em que não foi gozada a licença-prêmio em virtude da necessidade do serviço. Com efeito, não se desconhece que alguns dos julgados do STJ não tratam da questão ou entendem desnecessária a comprovação de que a licença-prêmio não foi gozada por necessidade do serviço². Todavia, observa-se que os ADs nº 08/2002 e 01/2005, ao permitirem a dispensa de contestar e recorrer de decisões que assentem a não-incidência de imposto de renda sobre licença-prêmio convertida em pecúnia, restringem aos casos que a licença deixou de ser gozada por necessidade de serviço.

16. Vale ainda registrar que foi reconhecida a repercussão geral do tema “direito dos servidores públicos ativos à conversão de férias não gozadas em indenização pecuniária” (tema 635).³ Com efeito, a controvérsia está relacionada à vedação de enriquecimento ilícito da Administração ante a impossibilidade do gozo das férias por parte do servidor, seja em razão da inatividade seja pelo rompimento do seu vínculo. Conquanto não se trate exatamente da questão ora examinada, não há como negar que as matérias estão relacionadas, já que o tratamento do tema deve ser semelhante.

17. Nesse contexto, propõe-se, portanto, a inclusão do seguinte item na lista prevista no art. 2º, VII da Portaria PGFN nº 502/2016:

Inexigibilidade da contribuição ao Plano de Seguridade Social do Servidor (PSS) sobre licença-prêmio convertida em pecúnia, em virtude da necessidade do serviço

Resumo: constatou-se a existência de jurisprudência pacífica, no STJ, em sentido contrário ao defendido pela Fazenda Nacional, assentando que o entendimento de que não incide contribuição previdenciária sobre licença-prêmio não gozada em virtude da necessidade do serviço e que, assim, foi convertida em pecúnia. Destaque-se que a dispensa aplica-se somente em casos em que há impossibilidade de gozo da licença-prêmio, tendo em vista que questão correlata está submetida à apreciação do STF em sede de repercussão geral.

² Nesse sentido, exemplificativamente, mencione-se o AREsp 272287/PE.

³ ARE 721.001/RG.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Coordenação-Geral da Representação Judicial da Fazenda Nacional – CRJ
Coordenação de Consultoria Judicial – COJUD

Registro nº 00354101/2016

Precedentes: RESP nº 1.596.271/SC; REsp nº 625.326/SP, AgRg no AREsp nº 464.314/SC, AgRg no REsp nº 1493240/RS.

Referência: Nota PGFN/CRJ nº XXXXX

* Data da inclusão: XXXXX

18. Ademais, vislumbra-se, desde já, a conveniência e a base legal para edição de ato declaratório do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, com esteio no art. 19, inciso II, da Lei nº 10.522, de 2002, c/c o art. 5º do Decreto nº 2.346, de 1997, a fim de promover a adequação dos procedimentos administrativos da Receita Federal do Brasil ao entendimento consagrado, de modo pacífico, pelo Superior Tribunal de Justiça (art. 19, §§ 4º, 5º e 7º, da Lei nº 10.522, de 2002).

19. A manifestação conclusiva acerca da proposta de Ato Declaratório sobre a matéria, porém, demanda, como de praxe, a oitiva prévia da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

III

20. Ante o exposto, e tendo em vista o entendimento reiterado e pacífico do Egrégio Superior Tribunal de Justiça acerca do tema objeto da presente Nota, propõe-se a inclusão, nos termos do art. 2º, VII, da Portaria PGFN nº 502/2016, na forma proposta na presente Nota.

21. Sugere-se, ainda, o encaminhamento da presente Nota à Secretaria da Receita Federal do Brasil, para eventuais considerações quanto à possível edição de ato declaratório do Procurador-Geral da Fazenda Nacional sobre a matéria em enfoque, com esteio no art. 19, inciso II, da Lei nº 10.522, de 2002.

22. Por fim, recomenda-se a ampla divulgação da presente manifestação.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 27 de setembro de 2016.

FLÁVIA PALMEIRA DE MOURA COELHO
Procuradora da Fazenda Nacional



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Coordenação-Geral da Representação Judicial da Fazenda Nacional – CRJ
Coordenação de Consultoria Judicial – COJUD

Registro nº 00354101/2016

DESPACHO PGFN/CRJ/ S/N/ 2016

Documento: Registro nº 354101/2015

Interessado: PGFN/CRJ

Assunto: Documento público. Ausência de sigilo. Contribuição previdenciária. Servidores Públicos. Licença-prêmio convertida em pecúnia. Inexigibilidade. Análise quanto à inclusão do tema na lista de jurisprudência reiterada e pacífica do STJ, desfavorável à Fazenda Nacional, conforme art. 2º, VII, da Portaria PGFN nº 502/2016. Oitiva prévia da RFB acerca da possível edição de ato declaratório sobre a matéria pacificada.

Trata-se da NOTA PGFN/CRJ/Nº 953/2016, da lavra da Procuradora FLÁVIA PALMEIRA DE MOURA COELHO, com a qual manifesto minha concordância.

À consideração superior.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 29 de setembro de 2016.

ROGÉRIO CAMPOS

Coordenador-Geral da Representação Judicial da
Fazenda Nacional

Aprovo. Dê-se o encaminhamento proposto e divulgue-se à carreira.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 29 de setembro de 2016.

CLAUDIO XAVIER SEEFELDER FILHO

Procurador-Geral Adjunto de Consultoria e Contencioso Tributário